

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Dissertação de Mestrado**



**NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL EM LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)**

**Patrícia Duarte Pinto**

**Pelotas, 2021.**

**PATRÍCIA DUARTE PINTO**

**NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL EM LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Lisiane Sias Manke

Pelotas, 2021.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

P659n Pinto, Patrícia Duarte

Narrativas da abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de história (1889-1930) / Patrícia Duarte Pinto ; Lisiane Sias Manke, orientadora. — Pelotas, 2021.

144 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

I. Abolição. 2. Narrativas. 3. Livros didáticos. 4. História. 5. Ensino. I. Manke, Lisiane Sias, orient. II. Título.

CDD : 981

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

**PATRÍCIA DUARTE PINTO**

**NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL EM LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 23/04/2021

Banca examinadora:

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lisiane Sias Manke (Orientadora)**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas.

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Teresinha Peres**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Jonas Moreira Vargas**

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Magno Francisco de Jesus Santos**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense

## **AGRADECIMENTOS**

Durante estes dois últimos anos, foram inúmeros os desafios encontrados pelo caminho para então chegar à conclusão deste trabalho. Enquanto estudante e trabalhadora, acredito que consegui superar inúmeras dificuldades e pude crescer tanto intelectualmente como profissionalmente. Hoje, ao concluir mais esta fase em minha vida, percebo o quanto outras pessoas fizeram a diferença na minha história e, por isso, a elas devo minha gratidão.

À Deus....

À professora Lisiane Sias Manke, que além de orientadora sempre se mostrou uma amiga nos momentos difíceis e compreendeu as minhas dificuldades enquanto estudante e enquanto profissional, ajudando-me a superá-las; um exemplo de ser humano e profissional a ser seguido. Grata pelo sua paciência, dedicação e disponibilidade. Além disso, foi ela a minha inspiradora e incentivadora nas pesquisas em/sobre livros didáticos.

Aos colegas de mestrado, pelos conhecimentos compartilhados e amigável convivência.

Aos profissionais da educação que encontrei durante esta caminhada, na E.M.E.F Alberto Cunha e E.M.E.F Dom Pedro II, os quais muitos contribuíram e me auxiliaram nos momentos que precisei e me incentivaram na caminhada.

Aos colegas e amigos do Grupo de pesquisa HEDUCA (História e Educação: textos, escritas e leituras).

À Professora Dr.<sup>a</sup> Eliane Peres e ao Professor Dr.<sup>o</sup> Jonas Vargas, pelas contribuições e sugestões que trouxeram no momento de qualificação desta pesquisa. E ao Professor Dr. Magno Santos, pela sua participação e contribuição no momento da defesa.

À minha família, meu pai e minha mãe, os quais sempre depositaram em mim a sua confiança, e acreditaram em um futuro para mim na educação. A vocês, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional, pelo incentivo, pelo amor e pelo ombro amigo.

Aos demais amigos e familiares, obrigado por compreenderem minha ausência em certos momentos e por estarem torcendo pelas minhas conquistas.

Ao Taisson, pelo amor e companheirismo.

## RESUMO

PINTO, Patrícia Duarte. **Narrativas da Abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de História (1889-1930)** 2021. 144 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Este estudo analisa como a Abolição da escravidão no Brasil foi abordada em livros didáticos de História publicados entre os anos de 1889-1930, observando o espaço concedido à temática nos livros e aos agentes sociais eleitos como protagonistas nas narrativas. Para a realização da pesquisa foram selecionados livros didáticos de História que possuísem o conteúdo Abolição da escravidão nos seguintes acervos: Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História (LEH/UFPEL); Centro de Documentação de História da Educação da Faculdade de Educação (CEDOC/UFPEL); Centro de Memória e pesquisa Hisales (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares); e no Laboratório de ensino e material didático da USP (LEMAD), que disponibiliza livros didáticos de história digitalizados em seu site institucional. Desta forma, tal investigação permitiu que se analisasse como o tema foi abordado nos livros didáticos de História selecionados e se compreendesse as narrativas desenvolvidas por diferentes autores a partir do contexto em que foram publicadas as obras. Os livros didáticos foram divididos por décadas de publicação de modo a estabelecer as categorias de análise de conteúdo. Assim, a partir da metodologia da análise de conteúdo, aplicada em 19 obras, constatou-se que durante a Primeira República houve uma ampliação da abordagem acerca da Abolição nas narrativas históricas didáticas. Além disso, é perceptível que cada autor abordou a temática contemplando diferentes aspectos, tais como: a Abolição vista como uma data (13 de maio de 1888); a Abolição vista como fato histórico protagonizado pelo ato da Princesa Isabel; a Abolição como um movimento; a Abolição como resultado de ações parlamentares do Império, leis e abolicionistas; e a Abolição vista como resultado de uma propaganda. A partir da análise das fontes é possível notar que as narrativas apresentadas nos livros didáticos de História acerca da Abolição da escravidão apresentam uma determinada compreensão da história que contribuiu para perpetuar a ideia de que a população escravizada não teria participado desse processo. Portanto, a história da Abolição nas narrativas didáticas é construída, no período pesquisado, de modo que se compreenda a Abolição como uma concessão à população negra. Os textos apresentados possuem a “experiência do tempo” daqueles autores e editores que viveram no pós-abolição e escreveram sob a influência historiográfica da época.

Palavras-chave: Abolição. Narrativas. Livros didáticos de História.

## ABSTRACT

PINTO, Patrícia Duarte. **Narratives of the Abolition of slavery in Brazil in History textbook (1889-1930)** 2021. 144 f. Dissertation Masters. History Graduate Program, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

This study analyzes how the Abolition of slavery in Brazil was approached in History textbooks published between the years 1889-1930, observing the space granted to the theme in books and the social agents elected as protagonists in the narratives. To carry out the research, History textbooks were selected that had the content Abolition of slavery - in the following collections: History Textbook Collection from the History Teaching Laboratory (LEH / UFPEL); Documentation Center for the History of Education of the Faculty of Education (CEDOC / UFPEL); Hisales Memory and Research Center (History of Literacy, Reading, Writing and School Books); and the USP Teaching and Didactic material Laboratory (LEMAD), which makes digitized history textbooks available on its institutional website. In this way, this investigation allowed us to analyze how the theme had been approached in the selected History textbooks and to understand the narratives developed by different authors from the context in which the works were published. Textbooks were divided by decades of publication in order to establish the categories of content analysis. Thus, based on the content analysis methodology, apply in 19 works, it was found that during the First Republic there was an expansion of the approach to Abolition in didactic historical narratives. In addition, it is noticeable that each author addressed the theme with different aspects, such as: Abolition seen as a date (May 13, 1888); the Abolition seen as one that saw the historical fact starring the act of Princess Isabel; Abolition as a movement; Abolition as a result of parliamentary actions by the Empire, laws and abolitionists; and Abolition as a result of propaganda. From the analysis of the sources, it is possible to notice that the narratives presented in the History textbooks about the Abolition of slavery present a certain understanding of history that contributed to perpetuating the idea that the enslaved population would not have participated in this process. Therefore, the history of Abolition in didactic narratives is constructed, in the researched period, so that Abolition is understood as a concession to the black population. The texts presented have of the “experience of time” of those authors and editors who lived in the post-abolition and wrote under the historiographic influence of the time.

Keywords: Abolition. Narratives. History textbooks.

## **Lista de Quadros**

|                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1- Abolição e escravidão em livros didáticos de História..... | 40 |
| Quadro 2- Livros didáticos de História.....                          | 56 |

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**BTD** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**CEDOC** Centro de documentação

**FAE** Faculdade de Educação/UFPeI

**HISALES** História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares

**IHGB** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IHGRS** Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

**LEH** Laboratório de Ensino de História

**LEMAD** Laboratório de Ensino e Material didático

**PNLD** Plano Nacional do Livro Didático

**PPGE** Programa de Pós-Graduação da Educação

**USP** Universidade de São Paulo

**UFPEL** Universidade Federal de Pelotas

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                       |           |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>Introdução.....</b>                                                                                | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>A disciplina de História e os livros didáticos: perspectivas históricas.....</b>                   | <b>16</b> |
| 2.1      | A história da disciplina de História no Brasil.....                                                   | 16        |
| 2.2      | Alguns aspectos da História do Livro didático no Brasil.....                                          | 27        |
| 2.3      | Narrativa e história em livros didáticos.....                                                         | 33        |
| 2.4      | Narrativas da Abolição: uma revisão da produção acadêmica sobre o tema<br>.....                       | 39        |
| <b>3</b> | <b>Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa.....</b>                                             | <b>46</b> |
| 3.1      | Livro Didático como fonte de pesquisa.....                                                            | 48        |
| 3.2      | Dos acervos aos livros investigados.....                                                              | 54        |
| 3.3      | Perfil dos autores dos Livros Didáticos (1889-1930).....                                              | 58        |
| <b>4</b> | <b>A Abolição da escravidão na historiografia didática.....</b>                                       | <b>72</b> |
| 4.1      | A Abolição em Livros Didáticos publicados na década de 1890.....                                      | 77        |
| 4.1.1    | História do Brasil (1891) – R. Villa Lobos.....                                                       | 77        |
| 4.1.2    | Licções de História do Brasil (1895) – Padre Raphael Maria<br>Galanti.....                            | 79        |
| 4.1.3    | Pátria (1899) – João Vieira de Almeida.....                                                           | 80        |
| 4.1.4    | História do Brasil (1900) – João Ribeiro.....                                                         | 83        |
| 4.2      | A Abolição em Livros Didáticos publicados na década de 1900.....                                      | 86        |
| 4.2.1    | Lições de História do Brasil(1905) – Joaquim Manuel de<br>Macedo.....                                 | 86        |
| 4.2.2    | Pequena História do Brasil por perguntas e respostas (1907) – Dr.<br>Joaquim Maria de<br>Lacerda..... | 90        |
| 4.2.3    | Elementos de História do Brasil (1907) – Dr. Feliciano Pinheiro<br>Bittencourt.....                   | 93        |
| 4.2.4    | História do Brasil (1910) – Mario Bulcão.....                                                         | 95        |
| 4.3      | A Abolição em Livros Didáticos publicados na década de 1910.....                                      | 98        |
| 4.3.1    | Resumo de História do Brasil (1911) – José E.C de Sá e<br>Benevides.....                              | 98        |

|       |                                                                                             |       |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| 4.3.2 | Epítome da História do Brasil (1911) – Alfredo Moreira Pinto.....                           | 100   |
| 4.3.3 | Licções de História do Brasil (1916) – Esmeralda Masson de Azevedo.....                     | 101   |
| 4.3.4 | Pequena História do Brasil (1918) – Coleção FTD.....                                        | 103   |
| 4.3.5 | História do Brasil (1918) – Rocha Pombo.....                                                | 108   |
| 4.4   | A Abolição em Livros Didáticos publicados na década de 1920.....                            | 111   |
| 4.4.1 | Alma Brasileira (1922) – Assis Cintra.....                                                  | 111   |
| 4.4.2 | História do Brasil por perguntas e respostas (1925) – João Von Frankenberg.....             | 114   |
| 4.4.3 | Noções de História do Brasil (1925) – Afonso Guerreiro Lima.....                            | 117   |
| 4.4.4 | Resumo da História do Brasil (1928) – Maria G.L Andrade.....                                | 119   |
| 4.4.5 | História da Minha Terra (1928) – Jorge Sallis Goulart.....                                  | 122   |
| 4.4.6 | Pequena História do Brasil para uso das escolas primárias (1930) Mario da Veiga Cabral..... | p.124 |
| 5     | Considerações Finais.....                                                                   | 127   |
|       | Fontes.....                                                                                 | 134   |
|       | Referências Bibliográficas.....                                                             | 136   |

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe investigar como os livros didáticos de História publicados entre os anos de 1889 e 1930 abordaram o conteúdo da Abolição da escravidão no Brasil após a promulgação da lei Áurea, observando de forma mais específica a abordagem histórica desse acontecimento em um período recente ou próximo ao fato histórico<sup>1</sup>. Bem como, objetiva analisar se tais narrativas sofreram alguma alteração até o final da Primeira República. Desta forma, a pesquisa elenca como objetivos específicos: 1) identificar nas narrativas dos livros didáticos quais agentes sociais aparecem envolvidos no processo de abolição da escravatura no Brasil; 2) analisar a relação entre o conteúdo dos livros didáticos e a produção historiográfica; 3) identificar a abordagem das narrativas sobre abolição que constam em livros didáticos pós-Lei Áurea; 4) investigar as alterações ou permanências nas narrativas sobre o acontecimento histórico abolição em livros publicados até 1930; e 5) analisar o espaço concedido à temática, a partir da análise do conteúdo e dos dispositivos textuais dos livros didáticos.

O recorte temporal da pesquisa (1889-1930) se justifica, pelo menos, por quatro razões: a primeira está relacionada à História do Ensino de História e aos estudos que tratam da construção da História como disciplina escolar. Conforme Schmidt, até 1931 ocorreu a construção do código disciplinar da História no Brasil, que tem como marco inicial a inserção do conteúdo de História no currículo do Colégio Dom Pedro II<sup>2</sup>. A segunda questão corresponde a um período específico da História política do Brasil denominada Primeira República, o qual teve início com a proclamação da República, em 1889, e término em 1930, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas. A terceira questão está relacionada com o período pós-abolicionista, que compreende o momento após a

---

<sup>1</sup> O fato histórico não está presente "bruto" na documentação. O historiador não é um colecionador e empilhador de fatos. Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. O fato histórico não é "dado", assim como o passado não é "dado". (REIS, 2000, p.24-25). Pode se concluir, acerca do conceito de fato histórico que ao confrontar o relato que nos é oferecido por um texto oficial, um romance, uma música, uma imagem, um testemunho oral ou escrito, temos uma poderosa ferramenta de esclarecimento em mãos. Entretanto, essa ferramenta só encontra sentido, porém, se utilizada em um contexto específico, com a devida cautela e o exame criterioso do historiador (CARNEIRO, 2017, p.89).

<sup>2</sup> O Colégio Dom Pedro II, antigo Colégio dos Órfãos de São Pedro, foi criado em 1837 por decreto do regente Pedro de Araújo Lima (SCHMIDT, 2009, p. 12).

promulgação da Lei Áurea em 15 de maio de 1888, quando os escravizados foram libertos em termos da Lei. O quarto item, não menos importante, é que até a década de 1930, o IHGB e o Colégio Dom Pedro II mantinham importante influência na construção da História enquanto disciplina escolar, sendo os principais responsáveis pela organização dos estudos históricos desse período. No entanto, essas não eram as únicas instituições formadoras, haviam Cursos Normais e os Institutos Históricos e Geográficos estaduais que atendiam também as demandas educacionais da Primeira República. O primeiro curso de História foi criado somente em 1934, na USP, e os primeiros cursos de formação<sup>3</sup> de professores, em termos de licenciatura, surgiram no Brasil nos anos 1930 com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Assim, definiu-se a escolha do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, no sentido de observar as narrativas sobre a Abolição em livros didáticos de história, a partir do período da construção do regime republicano que se deu com a Proclamação da República em 1889.

O interesse pela temática abordada neste trabalho iniciou-se quando, estudante de Licenciatura em História e bolsista de extensão, tive contato com o Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História, dado que a experiência como bolsista me permitiu explorar o acervo e encontrar o objeto de estudo desta pesquisa.

Dentre as atividades desenvolvidas como bolsista de extensão do Laboratório de Ensino de História/UFPel, ocupei-me da elaboração de Oficinas para alunos da Educação Básica, com a temática da Escravidão. Ao consultar os livros didáticos mais antigos do acervo encontrei textos sobre o assunto que acabaram me causando certo desconforto, o que foi uma ótima experiência enquanto historiadora (e futura professora de História), quando passei a questionar as fontes, o que elas diziam e porque diziam daquela forma. Tal experiência me levou a pesquisar mais e realizar meu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História, intitulado “Uma análise acerca da abordagem sobre escravidão em livros didáticos de História (1901-1950)”, a partir do qual verificou-se que as narrativas veiculadas em manuais didáticos acerca da

---

<sup>3</sup> Ver a este respeito em SILVA, Norma; FERREIRA, Marieta; 2011

escravidão apresentavam inúmeros estereótipos sobre os negros, além de discursos reducionistas sobre esse fato histórico.

Além desta aproximação à temática, o estudo tem também um caráter social de grande importância para a sociedade como um todo, pois objetiva contribuir com a historiografia, ao analisar as narrativas da Abolição da escravidão em textos didáticos produzidos na e pela sociedade brasileira em um período histórico que é recente ao acontecimento. Enquanto mulher, historiadora e professora, desejo contribuir socialmente com esta pesquisa para a comunidade brasileira em geral, pois acredito que o conhecimento histórico auxilia na construção de nossa identidade social e da nossa cidadania.

Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa faz com que conheçamos o espaço destinado ao ensino sobre a Abolição da escravatura em livros didáticos de História no pós-Abolição. Assim, a análise das narrativas divulgadas nos livros didáticos possibilita compreender quais os agentes sociais eleitos como protagonistas históricos e qual a participação dos negros e negras neste processo. Ao problematizar os livros didáticos como uma fonte de pesquisa é preciso apontar que, de maneira alguma, apresentam neutralidade pois veiculam dada ideologia, que na maioria das vezes é uma reprodução dos valores e conceitos dos setores dominantes da sociedade em determinado período histórico. Desta forma, é possível encontrar discursos em livros didáticos de História que privilegiem a visão de uma sociedade elitista e excludente, que muitas vezes procura inibir o papel das minorias sociais, tais como a participação dos negros e negras no movimento abolicionista.

Assim, observa-se a relevância do livro didático como fonte e objeto de pesquisa para compreensão de dada sociedade, sendo um recurso utilizado de forma sistemática nos últimos anos. O corpus documental analisado é composto por 19 obras de diferentes autores e publicadas por diferentes editoras. Dessas, quatro foram publicadas na última década do século XIX, quatro na primeira década do século XX, cinco na segunda década e seis na terceira década do mesmo.

Quanto ao texto da dissertação está dividido em três capítulos. No primeiro, aborda-se a disciplina de História e suas perspectivas históricas, percorrendo sobre a história do ensino de História no Brasil no final do século XIX até a década de 1930, considerando também os livros didáticos. No segundo

capítulo, indica-se o percurso teórico-metodológico da pesquisa, apontando os principais referenciais teóricos e os métodos para a realização da pesquisa científica, tratando sobre os caminhos trilhados para construção do problema, e a proposta de análise de dados. No terceiro capítulo realiza-se a análise de conteúdo das obras selecionadas, que correspondem à edição mais antiga de cada autor localizado nos acervos pesquisados, de modo a perceber quais as abordagens sobre a Abolição da escravidão circulavam nessas obras.

## 2 A disciplina de História e os livros didáticos: perspectivas históricas

### 2.1 A história da disciplina de História no Brasil

Maria Auxiliadora Schmidt (2012), a partir de reflexões sobre a cultura escolar e a didática da História, propõe uma periodização da história do ensino de história no Brasil<sup>4</sup>, abordada partir do conceito de código disciplinar proposto por Fernandez Cuesta (1998)<sup>5</sup>. A autora, em seu artigo “História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização”, explica essa periodização, quando considera que no período de 1838 a 1931 se deu a construção do código disciplinar da História no Brasil. De acordo com Schmidt:

Pode-se afirmar que a construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II, que determinou a inserção da História como conteúdo no currículo. Em obra considerada uma referência para o estudo da história do ensino de História no Brasil, Nadai (1993), além de considerar esse momento como o marco fundador da história enquanto disciplina escolar no Brasil, indica alguns matizes que delinearam o que pode ser considerado como elementos do código disciplinar da História na sociedade brasileira no período (2012, p. 78).

A autora descreve os elementos que são característicos desse período: algumas experiências diferenciadas de ensino, a presença de certos conteúdos de História em algumas séries da escola, e a produção de livros didáticos destinados a alunos (SCHMIDT, 2012). Pode ser também considerada a existência de uma forte influência das concepções europeias da história, especialmente a francesa, fazendo com que, inicialmente, a História da Europa Ocidental fosse apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História do Brasil surgia como seu anexo, sem ter um currículo autônomo e ocupando papel secundário, seu ensino era destinado aos anos finais dos ginásios, com número reduzido de aulas, e a aprendizagem do aluno seria acerca de datas, batalhas e biografias de homens ilustres da História (NADAI, 1993, p. 146 apud SCHMIDT, 2012, p. 78).

<sup>4</sup> Periodização do ensino de História do Brasil, de acordo com Schmidt (2012): construção do código disciplinar da história do Brasil (1838-1931); consolidação do código disciplinar da história do Brasil (1931-1971); crise do código disciplinar da história do Brasil (1971-1984); reconstrução do código disciplinar da história do Brasil (1984-?).

<sup>5</sup> Para Cuesta (1988), o processo de constituição do código disciplinar relaciona-se à construção do processo de escolarização e de formação da cultura escolar, para ele há uma transmutação entre o saber acadêmico para o saber ensinado na escola. E essa transmutação implica na produção do que Cuesta chama de “textos visíveis do código disciplinar”, tais como currículos e manuais didáticos, além dos “textos invisíveis do código disciplinar”, isto é, as práticas do professor e do aluno em sala de aula. (SCHMIDT, 2012, p. 77 e 78).

A partir da segunda metade do século XIX, esse processo de construção da História como disciplina escolar insere-se no próprio movimento de construção e consolidação do Estado Nacional brasileiro, no qual se destacam os conflitos entre monarquistas e republicanos e a necessidade de definição de uma identidade nacional.

A proclamação da República (1889) indica a importância da História, principalmente a História do Brasil, para a formação de um cidadão fundamentado na identidade comum de seus vários grupos étnicos e classes sociais constitutivas da nacionalidade brasileira (NADAI, 1993). E, de acordo com Schmidt (2012, p. 79) “este processo consolida-se com a Revolução de 1930, no bojo do movimento de defesa da importância da educação para a formação do cidadão e para o desenvolvimento do país”, quando é ressaltada a importância da educação para a formação dos indivíduos e o desenvolvimento do país.

Neste período os professores defendem a necessidade da difusão da escola, principalmente a escola pública, a formação profissional dos novos mestres e a renovação pedagógica. Tais questões somadas, em função das demandas nacionais, apoiam e estimulam a produção e difusão de elementos típicos de uma cultura escolar, como os manuais didáticos para alunos e manuais de didática da História destinados à formação renovada de docentes.

A partir desta periodização da história do ensino de história no Brasil proposta por Schmidt, e de um aporte teórico a respeito do assunto, será abordada neste estudo a história da disciplina de História, desde a sua constituição – no século XIX – até a década de 1930, abarcando o período de publicação das obras selecionadas para esta investigação.

Para analisar a história da disciplina de História em todos os seus aspectos, é preciso deter-se em sua constituição ao longo do tempo; pensar o que essa disciplina historicamente representou e representa para a sociedade.

A disciplina de História passou por diferentes reformas curriculares atendendo a diferentes objetivos específicos. Havia, sobretudo, a preocupação do Estado com a função que a disciplina desempenhava na escola, indicando a influência dos saberes produzidos entre a sociedade e a escola, pois uma estava inserida na outra.

De acordo com Thais Nivia de Lima e Fonseca:

A constituição da História como disciplina escolar no Brasil – com objetivos definidos e caracterizada como conjunto de saberes originado da produção científica e dotado, para seu ensino, de métodos pedagógicos próprios – ocorreu após a independência, no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império. (2011, p.42)

A autora considera que embora a História estivesse presente no Brasil Colônia por meio de estudos ministrados pela Companhia de Jesus, não havia se constituído ainda como disciplina escolar, caracterizada assim após a independência do Brasil de Portugal. A partir daí, surgiram vários projetos educacionais que, ao definir e organizar os currículos, abordavam o ensino de História incluindo a “História Sagrada”, a “História Universal” e a “História Pátria”. Levando-se em conta o momento tenso em que estava o Brasil, em meio a enfrentamentos políticos e sociais envolvendo o Estado e a Igreja, acirrava-se uma discussão do que deveria ser ensinado nas escolas e como isso deveria ser feito.

A disciplina de História surgiu e se efetivou com a criação do Colégio Dom Pedro II, no final da regência de Araújo Lima, em 1837, no Rio de Janeiro, e foi sustentada por “diferentes concepções de História e de tendências historiográficas” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.12. A História como campo de conhecimento, no Brasil, não teve um percurso “tranquilo”, tanto em relação à sua inserção na grade curricular da escola secundária quanto à elaboração de seus programas.

Logo quando surgiu a disciplina, não havia uma política nacional de Ensino de História; o modelo de ensino existente era inspirado no modelo francês. Não havia também uma política de distribuição de livros didáticos em âmbito nacional, e os livros utilizados, em sua maioria, eram traduções de compêndios franceses. Na ausência de traduções, apelava-se para os próprios manuais escritos em francês (NADAI, 1992; 1993).

De fato, os planos de estudos para a disciplina só foram estabelecidos a partir do momento em que o Colégio Dom Pedro II foi criado e instituiu seus programas curriculares, inserindo, a partir de 1838, o ensino de História para o ensino secundário. Considera-se que com a criação do Colégio “inicia-se, ao menos, oficialmente, o ensino secundário entre nós, [...], a discussão sobre fins e objetivos estabelecidos para essa instituição específica, bem como sua

estrutura pedagógico-administrativa (MENDONÇA; LOPES; SOARES e PATROCLO, 2013, p. 988).

Segundo Fonseca (2011), durante a segunda metade do século XIX, várias reformas curriculares foram realizadas, modificando-se a disposição dos conteúdos de História pelas séries, ou reunindo conteúdos que antes eram dados separadamente. Deste modo, por exemplo, a partir das duas últimas décadas de 1800, as histórias Antiga, da Idade Média, Moderna e Contemporânea passaram a integrar a História Geral e depois a História Universal.

Em um primeiro momento, ensinou-se a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira história da civilização. A História do Brasil surgia como um estudo complementar, que compreendia o estudo de biografias de pessoas ilustres e datas comemorativas brasileiras, ocupando um lugar secundário. A História pátria era destinada aos anos finais do ginásio, com número mínimo de aulas.

De acordo com Kátia Abud (2013), a disciplina de História surgiu juntamente com a História acadêmica. No mesmo ano em que foi criado o Colégio Dom Pedro II, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Enquanto aquela escola foi criada para formar os filhos da elite da Corte do Rio de Janeiro e preparar-os para o exercício do poder, cabia ao IHGB organizar e zelar pela história nacional, construir a genealogia nacional, no sentido de dar uma identidade à nação brasileira e “formar, através do ensino de História, uma ciência social geral que (ensinasse) aos alunos, ao mesmo tempo, a diversidade das sociedades do passado e o sentido de sua evolução” (FURET apud ABUD, 2013, p. 30).

O Colégio Dom Pedro II, durante o período imperial, transformou-se em uma instituição modelo. Segundo Lília Schwarcz, “De orfanato humilde, o ‘Pedro II se transformaria na glória do ensino, uma espécie de símbolo de civilidade, de um lado, e pertencimento de uma elite, de outro” (SCHWARCZ, 2003, p. 150 apud KRENISKI, 2014). Foi criado para ser um “colégio padrão” do ensino secundário imperial, devendo ter sido encerrado com o início da República, porém a escola ainda se manteve em funcionamento nas primeiras décadas republicanas. Com o início da República, tal instituição passou a ser ginásio nacional.

De acordo com Kreniski (2014):

Desde a fundação do colégio até a Proclamação da República, a instituição teve como mecenas e protetor o Imperador D. Pedro II. A relação do monarca com o “seu colégio”, como ele mesmo costumava mencionar, era muito próxima e notada por todos. Com frequência visitava o instituto, assistindo provas, selecionando professores e até mesmo conferindo as médias dos alunos. (KRENISKI, 2014, p. 19)

Ainda, segundo a autora, o colégio teria servido de modelo para os liceus e estabelecimentos particulares da província. O Colégio Dom Pedro II foi fundado para ser um referencial de ensino no Império, sendo uma referência tanto em programas quanto em seus livros didáticos, projetando sua metodologia pedagógica e o seu modelo de formação para todo o país.

Após a Independência do Brasil, em um momento em que o país se estruturava como nação, a História como disciplina escolar e a História acadêmica se confundiam em seus objetivos, já que a nacionalidade era um grande assunto imposto à sociedade brasileira.

Os membros do IHGB eram professores do Colégio Dom Pedro II, e as resoluções do IHGB sobre a História afetavam amplamente a instituição escolar, na qual os professores eram responsáveis pela elaboração dos programas. Segundo Abud (2013, p. 30), o Colégio Dom “Pedro II e o IHGB representavam, na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização”.

As diretrizes para o ensino de História, de acordo com os objetivos definidos pelo IHGB, apareciam nas propostas de autores de livros para o ensino secundário. E apesar de já haver programas de estudo desde 1838, o ensino de História ainda necessitava de material e metodologias que o orientassem. Foi esta a motivação de Joaquim Manuel de Macedo, também professor de História do Colégio Dom Pedro II, para escrever a obra “Lições de História do Brasil” para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, em 1861. Esse teria sido o livro de maior sucesso da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX (FONSECA, 2011).

A obra teria sido escrita a partir das anotações de sala de aula e serviu para formar inúmeras gerações. No terceiro capítulo deste trabalho, tal obra será analisada com o intuito de observar as narrativas acerca da Abolição da escravidão no Brasil, porém a edição analisada é de 1905.

De acordo com Fonseca (2011):

Neste livro, que se tornaria referencial, Macedo estabeleceu a ligação entre a produção historiográfica do IHGB – deixando claras suas referências na obra de Varnhagem -, mas, sobretudo, contribuiu para a constituição da História como disciplina escolar no Brasil, definindo métodos e procedimentos. A partir daí, além das diretrizes de formação moral e cívica dos jovens, o ensino de História apresentaria a marca da preocupação com os métodos, delineando-se mais claramente o seu perfil como disciplina escolar. (p. 49- 50)

Como dito anteriormente, os autores de manuais didáticos do século XIX eram professores do Colégio Dom Pedro II e membros do IHGB. Esses professores não possuíam formação pedagógica, tendo formação, em sua grande maioria, nos cursos de Medicina e Direito.

Entretanto, entre os anos de 1870 e 1880, surgiu uma nova geração de autores que possuíam experiências pedagógicas vindas de cursos primários, secundários, ou provenientes de escolas normais direcionadas à formação de professores (XAVIER; CUNHA, 2011).

De acordo com a notícia de criação do IHGB, publicado no primeiro número de sua revista de 1839, a grande maioria de seus fundadores (25 sócios efetivos) desempenhava funções dentro do aparelho do Estado. Entre eles estavam: conselheiros de Estado, senadores, professores, desembargadores, funcionários públicos, militares, entre outros. Além do mais, todos os componentes da primeira geração de membros haviam nascido em Portugal e estavam, por razões das guerras napoleônicas, residindo no Brasil. Assim, pode-se dizer que o IHGB estava comprometido com o setor conservador e tradicional da sociedade brasileira. (CALLARI, 2001, p.59-61).

No campo historiográfico, o IHGB, por meio da publicação de sua revista e sua participação na produção de livros didáticos, influenciava a sociedade brasileira. É visível também a sua atuação tanto dentro do Estado, com cargos políticos, como também sua inserção na sociedade civil, com atuação de seus membros sempre em profissões respeitáveis da época como, por exemplo, médicos e professores.

No ano de 1843, o IHGB questionou a seus sócios como se deveria escrever a História do Brasil. E assim foi realizada uma seleção de monografias, no qual a proposta vencedora foi a do alemão Karl Philipp Von Martius (1794-1868), que afirmava que para escrever a História do Brasil necessitava,

primeiramente, olhar com atenção para a formação étnica do Brasil e a contribuição do branco, do negro e do índio para a formação da população brasileira. Von Martius destacou a atitude dos portugueses no descobrimento e colonização, compreendida apenas em contato com suas ações marítimas, comerciais e guerreiras. Ressaltou também o papel dos jesuítas na catequização, na colonização e a importância de se estudar as relações entre a Igreja Católica e a Monarquia.

Nesse momento, Von Martius propõe uma historiografia que faça uma reflexão crítica sobre o Brasil, lançando a proposta de incluir a importância das três raças na história brasileira:

É o primeiro a dizer que seria um erro, em face de todos os princípios da historiografia, desprezar as forças dos indígenas e dos negros importados, forças essas que igualmente concorreram com o elemento europeu para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população (RODRIGUES, 1969<sup>a</sup>, p. 131).

Através do trabalho de Von Martius concebeu-se uma forma de se construir a História nacional por meio da seleção de alguns fatos que deveriam ser fatores determinantes de explicação. Do mesmo modo, o autor fez uma listagem na qual a linearidade do processo histórico e o distanciamento do locutor foram apropriados pelos organizadores/produtores da História como disciplina escolar (ABUD, 2013, p. 31).

No campo da História e do ensino, Lima (2011) afirma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o principal responsável pela difusão da ideia de nação no campo do ensino da História brasileira, justificando sua pretensão como uma maneira de manter a ordem, não somente como um anexo dos modelos franceses de ensino de História. Os intelectuais do IHGB esperavam a formação de um passado comum, a noção de nação, com o objetivo de preservar a identidade de unidade territorial.

As propostas para escrever a História do Brasil não só repercutiram entre os sócios do IHGB enquanto pesquisadores da História da Pátria, mas atingiram também os professores do Colégio Dom Pedro II. As sugestões foram a base dos programas de História do Brasil e de compêndios e sinopses, como os de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde e José Inácio de Abreu e Lima, utilizados com muito êxito como manuais didáticos.

Segundo Reis (2006, p. 25), “Até 1931-33, o IHGB exercerá uma grande influência e será o único centro de estudos históricos no Brasil”. De acordo com o autor Guimarães (1988), o imperador Dom Pedro II precisava dos “historiadores” do IHGB para legitimar-se no poder. Mas durante o império, no século XIX, houve também uma explosão de ideias “novas”, intelectuais externos ao Instituto que influenciaram com suas concepções e escreveram sobre a História do Brasil, entre eles estão: Joaquim Nabuco, Alberto Salles, Capistrano de Abreu e Silvio Romero.

Alguns destes intelectuais do final do século XIX notavam algumas diferenças entre a realidade brasileira e sobre os seus escritos acerca do Brasil. Havia um esforço de todos para encarar de forma “nova” o passado brasileiro. Tal geração de intelectuais possuía uma preocupação “cientificista”. Algumas das referências que influenciaram esses intelectuais foram autores como: Comte, Buckle, Darwin, Spencer.

Nos anos posteriores a 1870 havia uma nova época intelectual vivida no Brasil. Segundo Reis (2006, p. 89), “pós-1870, o ambiente intelectual brasileiro era mais complexo, refletindo também a maior complexidade da vida brasileira, que se inquietava depois do fim da Guerra do Paraguai”. De acordo com a autora Ângela Alonso, a geração de 1870 era composta por diferentes grupos: liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e federalistas científicos de São Paulo. Ângela Alonso<sup>6</sup> investigou o movimento intelectual da Geração de 1870 e procura demonstrar que as atividades intelectuais e políticas dos grupos que a compunham eram indissociáveis e, portanto, que os fundamentos de suas escritas devem ser buscados na conjuntura da crise do Império. A partir deste ângulo verifica-se que o movimento intelectual foi de contestação da ordem imperial.

Eram grupos socialmente heterogêneos, mas que compartilhavam uma situação de marginalização política, e, por isso, decidiram ter um novo repertório político-intelectual, que estava pautado no cientificismo, propondo uma reinterpretação da tradição brasileira para exprimir sua crítica às instituições, valores e formas de agir do status quo imperial.

Neste sentido, Reis (2006) afirma que:

---

<sup>6</sup> ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. Paz e Terra: 2002.

O pensamento brasileiro do final do século XIX, portanto, estava dividido. A Escola de Recife mantinha a distinção entre natureza e cultura, resistia ao cientificismo sociológico. Este dominava a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola de Minas de Ouro Preto, o Colégio Pedro II, a Escola Normal, o Colégio e a Escola Militares, a Escola Naval, as Faculdades de Medicina e Direito, que formavam os profissionais liberais, políticos, intelectuais, empresários, impregnados de Comte, Spencer e Darwin (REIS, 2006, p. 90).

Até o ano de 1931, o Colégio Dom Pedro II continuou sendo escola-modelo, responsável pelos programas e, como única escola autorizada a fornecer o certificado de conclusão do curso secundário, era encarregado também pelas provas eliminatórias das disciplinas que constituíam a grade curricular do secundário.

Com a proclamação da República, o sentido do ensino de História não foi alterado no que diz respeito às ideias predominantes neste campo de conhecimento. Mas, após esse acontecimento, surgiu uma preocupação mais explícita com os métodos empregados. Exemplo disso são os numerosos textos de orientação publicados nos livros didáticos, e indicados aos professores e aos estudantes, sobre a pretensão de se obter os resultados esperados em função dos objetivos definidos para o ensino de História.

Desde o início do século XX, diferentes autores de livros didáticos destinavam suas obras para os ensinos primário e secundário, dentre os quais alguns se tornariam elaboradores de programas educacionais, como, por exemplo, Jonathas Serrano, sustentando na aplicabilidade do Ensino de História a formação de indivíduos apropriados à ordem social e política presente; Bem como Francisco Rocha Pombo, um dos mais importantes entre esses autores, que escrevia desde a segunda década de novecentos, afirmando em sua narrativa o quão necessário era desenvolver nos jovens o “gosto pela história” como condição para criar um espírito de pertencimento ao povo brasileiro. Segundo ele, seria necessário

...ir começando por aliviar da massa dos fatos o contexto histórico, reduzindo a narração aos sucessos mais significativos, de modo a esclarecer a consciência, a infundir o sentimento, poupando o mais que for possível a memória. E depois, aqueles que desejarem entrar mais fundo nas causas e mais amplamente nos assuntos – que recorram a mais largas fontes. O primeiro trabalho, e o mais interessante, é este –

o de mostrar como a nossa história é bela, e como a pátria, feita, defendida e honrada pelos nossos maiores, é digna do nosso culto.<sup>7</sup>

Desde o século XIX, quando já se discutia sobre a História nacional, ideias como essa estavam presentes nas orientações do governo para o ensino de História. Porém, a discussão tornou-se mais intensa no início do século XX, quando procurou-se romper com uma certa coincidência entre história sagrada<sup>8</sup> e história profana<sup>9</sup>. A partir da segunda década de noventa, introduziu-se, com esse objetivo, a disciplina escolar Instrução Moral e Cívica, que, ligada ao Ensino de História, pretendia intensificar o patriotismo da população.

A produção intelectual e política do Brasil nas primeiras décadas do século XX esteve focada na questão da formação da nacionalidade e da identidade nacional brasileira. A ideia de desenvolver o sentimento pela pátria se espalhou pela sociedade brasileira por meio da formação de associações como, por exemplo, a Liga de Defesa Nacional, dirigida por Olavo Bilac. Amparou também movimentos culturais, como o modernismo<sup>10</sup>, e movimentos políticos, como o tenentismo<sup>11</sup> (ABUD, 2013, p. 33).

Quanto às etnias que compunham o povo brasileiro, o indígena fazia parte de um dos vértices do triângulo étnico, eram chamados de “selvagens” e eliminavam a sua existência contemporânea. Na narrativa dos livros didáticos, o “índio”, apresentado sempre no singular, era ainda o povo nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o índio prejudicado pela colonização europeia que persistia em sobreviver nos séculos posteriores. Os indígenas simbolizavam as nossas origens, embora não fosse admitido como uma etnia raiz da nação brasileira. Ainda, as narrativas em livros didáticos os apresentavam

---

<sup>7</sup> POMBO, Rocha. História do Brasil para o ensino secundário. 19 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d. p.3. Conforme a autora Thais Nivia de Lima Fonseca (2011), a primeira edição é do ano de 1918.

<sup>8</sup> **História Sagrada:** o tempo era determinado por desígnios divinos.

<sup>9</sup> **História Profana:** marcos temporais definidos pelo Estado, com datações organizadas por uma sequência cronológica.

<sup>10</sup> **Modernismo** foi um movimento cultural, artístico e literário da primeira metade do século XX, tendo como marco inicial a Semana de Arte Moderna (1922).

<sup>11</sup> **Tenentismo:** movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930.

como se já tivessem completamente desaparecido e sem nenhuma relação com seus descendentes contemporâneos (ABUD, 2013, p. 37).

Estudos demonstram (ABUD, 2013) que aos negros, como elemento formador do povo brasileiro, era destinado pouco espaço nas narrativas didáticas. Na maioria das vezes o negro foi tratado como uma mercadoria, produtora da subsistência econômica. Se ao indígena se atribui a sua contribuição racial, os livros didáticos enfatizavam a importância do negro para a economia do país, procurando mostrar que a negritude estava sendo diluída pela miscigenação, como se observa no excerto que segue:

Em consequência da maior robustez física do elemento europeu, da imigração do mesmo, da extinção do tráfico de escravos há quase um século e do efeito das leis da hereditariedade no crescimento demográfico de nosso país, tem sido cada vez maior o embranquecimento do nosso povo (MAGALHÃES, 1955 apud ABUD, 2013, p. 38).

Assim, buscava-se encontrar para o povo brasileiro uma unidade étnica, que seria a branca, tentando transformar a miscigenação, dada a presença do negro, num processo de branqueamento. Contudo, evidenciava-se a influência que os indígenas e negros teriam exercido sobre nossa formação cultural, isto é, na culinária, na língua e nas “superstições”, forma como os livros se remetiam às religiões de origem africana (ABUD, 2013, p. 38).

A História, como disciplina escolar, possuía uma concepção pragmática, que fundamentava a formação dos indivíduos para o estudo centralizado, que tinha como um dos seus objetivos diminuir o poder das oligarquias regionais, formando o que concebia como “sentimento nacional brasileiro”. Sentimento este que teria como base um território sob uma única administração com uma única raça, língua e religião em comum.

É importante também discutir as dimensões do livro didático como um objeto de memória e como formador de identidades, que evidencia saberes já consolidados, aceitos na sociedade como narrativas atualizadas da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum (FONSECA, 2011, p. 73). Desta maneira, é possível por meio dos livros didáticos de História perceber as relações entre política, cultura e ensino, pelas representações construídas, oportunidade na qual pode ser analisado o papel de determinados acontecimentos históricos como a Abolição da escravidão.

Ao percorrer a trajetória do Ensino de História percebe-se que a disciplina escolar de História passou por várias interferências do Estado e sofreu alterações ao longo do tempo. Torna-se, assim, relevante considerar os importantes processos que colaboraram para as mudanças em seu perfil e em sua estrutura, referentes às transformações do campo do conhecimento histórico, à formação dos professores, às políticas públicas relativas a educação de forma geral e ao ensino de História em particular, entre outras questões que contribuíram para a constituição desta área do conhecimento (FONSECA, 2011, p. 70)

## **2.2 Alguns aspectos da História do Livro Didático no Brasil**

A história dos livros didáticos<sup>12</sup> de História está vinculada com a própria história do ensino de história e com o intento de formação de valores culturais da nação brasileira. Desta forma, considera-se relevante discorrer sobre a história dos livros didáticos no Brasil, como premissa para que se possa analisar as narrativas presentes neste suporte.

Os estudos sobre os textos e impressos escolares no Brasil cresceram significativamente nos últimos anos, constituindo um campo fértil e reconhecido de estudos de livros didáticos em nosso país. Há muitas investigações a serem feitas utilizando tal fonte, a partir dos questionamentos a respeito do passado, de acordo com nossas carências de orientação no tempo.

O Brasil é reconhecido, no campo da História da Educação, como um país pujante na pesquisa sobre/de livros didáticos. No entanto, a recorrência destas investigações ocorreram a partir da década de 1970 e mantêm-se até os dias atuais. Em um país em que até a metade do século XX havia uma proporção maior de analfabetos em relação aos alfabetizados, e os índices de formação eram significativamente baixos<sup>13</sup>, o livro didático consolidou-se como principal

---

<sup>12</sup> De acordo com Batista (2009), a conceituação do livro didático apresenta alguns problemas. No entanto, o autor aponta que o livro didático seria, aquele “livro impresso empregado pela escola, para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação” (p.41). Para Alaíde Lisboa Oliveira (1968, p.13), eles são “os compêndios escolares e livros de leitura em classe”; para Magda Soares (1996, p.54), são o “livro escolar”, seja este o “livro utilizado para ensinar e aprender”, seja o “livro propositalmente feito para ensinar e aprender”.

<sup>13</sup> Ver mais em: FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? Educação & Sociedade. vol. 23. n 81. Campinas, dez. 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100003). Acesso em 23 de nov. de 2020.

fonte de informação utilizada por parte significativa de alunos e professores brasileiros.

Conforme Batista e Galvão (2009),

[...] o manual escolar desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura, das culturas do escrito brasileiras, do campo de nossa produção editorial e na criação dos próprios modos de organização das relações pedagógicas. Estudá-lo significa não apenas estar atento a seu papel na inculcação de uma cultura escolar e de um conjunto de valores, mas também ao papel que exerce nesse complexo quadro mais geral (BATISTA & GALVÃO, 2009, p. 19).

Assim, os livros didáticos são para parte significativa da população brasileira o principal impresso em torno do qual a escolarização e o acesso à cultura escrita estão organizados e constituídos (BATISTA & GALVÃO, 2009). Ou seja, se grande parcela da população brasileira teve acesso à cultura escrita apenas por meio de obras didáticas, estas foram as principais fontes de informação para essa sociedade.

Uma característica singular do livro didático que o difere da produção cultural dos demais livros é que ele está vinculado ao Estado e aos seus interesses no que diz respeito à educação. Desta maneira é preciso percorrer o caminho do livro didático que vai desde a sua concepção até a sua utilização em sala de aula.

Arelados à organização educacional que nasceu com o Império, os primeiros manuais escolares foram produzidos com a interferência do Estado, e, embora o papel deste fosse central nas decisões de aprovação/reprovação, compra, distribuição e uso, é preciso estar atento também aos diferentes colaboradores das produções didáticas, como editores, editoras, autores, autoras, grupos sociais, ilustradores, famílias, escolas, etc.

Desde então, "o livro didático constitui-se em instrumento privilegiado de controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares" (BITTENCOURT, 1993, p. 17-18). E desde o início o livro era proposto com o intuito de consolidar a uniformidade de pensamento, divulgar determinadas crenças, normas, regras de procedimentos e valores.

Os primeiros livros utilizados nas escolas brasileiras eram traduções de livros estrangeiros, especialmente alemães e franceses. Contudo, segundo o estudo de Bittencourt (1993), os relatórios oficiais relativos à escolarização nas primeiras décadas do Império registraram constantes reclamações sobre a

ausência de livros didáticos nas escolas. As dificuldades encontradas em sala de aula eram explicadas parcialmente pela ausência de uma literatura escolar.

Conforme Bittencourt (1993):

As propostas de "nacionalização" da literatura escolar corresponderam ao período de crescimento da rede escolar, decorrente, em parte, das mudanças sociais surgidas com a urbanização, imigração, do esfacelamento do trabalho escravo e modernizações tecnológicas nos meios de comunicação. ...] (BITTENCOURT, 1993, p. 20).

Tal projeto de nacionalização do livro didático representava o domínio do Estado na escola pública, ao qual um grupo de professores era favorável, e que danificaria o poder da Igreja. Isso demonstrava conflitos de setores em luta pelo poder no nível central ou para obter o controle político nas esferas regionais. Em meio às disputas entre os dois setores, Igreja e Estado, o livro didático desempenhava um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais de ambas as tendências. Assim, o livro didático foi se transformando em uma importante mercadoria das empresas editoriais que se aliaram ao Estado na divulgação dessa produção cultural que tendia a se ampliar (BITTENCOURT, 1993).

A partir da década de 1870, intensifica-se o debate entre liberais e católicos em torno da laicidade do ensino. Os liberais defendiam a implantação da disciplina histórica como um conteúdo laico, em substituição à história sagrada. Nas décadas finais do Império e início da República, acentuaram-se as críticas à produção didática da história. Foi o momento em que "a história como disciplina escolar passava a vigorar como 'disciplina de formação da cidadania', como matéria obrigatória para as gerações escolares" (BITTENCOURT p. 220). Os manuais desse período associavam o discurso ideológico nacionalista com um cientificismo baseado no rigor e objetividade (BITTENCOURT, 1993).

Assim, o livro didático serviu, durante todo o século XIX e meados do XX, como instrumento de formação tanto do professor quanto do aluno (BITTENCOURT, 1993). Atendia a um padrão uniforme de currículo. Segundo Bittencourt, "as exigências dos exames para os cursos superiores e o padrão do colégio Pedro II davam uma certa homogeneidade às obras [...]" (BITTENCOURT, 1993, p. 62). No tocante à legislação, a autora aponta as propostas das autoridades para a elaboração de compêndios, para todo o

Império, comprometidos com as ideias liberais e republicanas de defesa da unificação do ensino, pois

o livro era entendido como a possibilidade de unificar a educação escolar em todo o território nacional, favorecendo a inserção de determinadas categorias de jovens em uma mesma comunidade cultural, determinando uma única e determinada forma de se expressar e de se comunicar (BITTENCOURT, p. 64).

A produção didática acerca da história do Brasil e os autores dos livros para o ensino secundário eram, em sua maioria, sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e tinham proximidade com o governo. Segundo Bittencourt, "os primeiros escritores de textos didáticos tinham estritas ligações com o saber oficial não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecido, mas porque estavam 'no lugar' onde este mesmo saber era produzido" (BITTENCOURT, p. 205).

No que se refere à característica textual dos livros didáticos de História, as pesquisas indicam que os conteúdos contemplados nas obras publicadas no final do século XIX e primeira metade do século XX, de modo geral, aparecem organizados de modo cronológico e descritivo, narrando acontecimentos que contribuíram para a construção da nação brasileira, ressaltando o sentimento de nacionalidade e a figura de heróis que fariam parte da memória social, partindo da concepção de história "como mestra da vida" (BITTENCOURT, 1993).

Para Fonseca (2011, p. 47), a partir dos livros didáticos e dos programas de ensino, é possível afirmar que se ensinava uma história sobretudo política, nacionalista, que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja e a Monarquia. O prefácio das obras possibilita indicar que o leitor visado pelos autores seria, primeiramente, os professores, que direcionariam o uso dos manuais por seus alunos.

Ainda de acordo com a autora, ao observar programas curriculares, bem como materiais didáticos produzidos na época, é possível perceber que o ensino de História, ao enaltecer ações heroicas de alguns personagens da História como modelos de conduta moral e patriótica, do mesmo modo que fazia a historiografia do IHGB, exercia noções e valores de forte herança cristã e católica. A identificação dos alunos com esses valores facilitaria a aprendizagem do que se queria transmitir e reforçar, do ponto de vista da formação moral e

política do Estado. Conforme Fonseca (2011), pequenas foram as alterações desses conteúdos ao longo da primeira metade do século XX.

Bittencourt (1993), ao referir-se à produção e uso dos livros didáticos do final do século XIX e início do século XX, afirma que esses desempenhavam o papel de homogeneizar o saber escolar e reforçar os métodos de ensino, que tinham como propósito a memorização de conteúdo específico, que deveria ser repetido oralmente diante da classe, propondo um conhecimento superficial de informações breves e pontuais, que privilegiavam datas, nomes e fatos históricos.

A prática mais comum na utilização do livro didático parece ter sido, no entanto, a do ditado. Os professores liam os livros, selecionando trechos que eram “ditados” para seus alunos, valendo-se dessa atividade como meio de exercitar a escrita, mas que servia igualmente para ter um texto único a ser “estudado” (BITTENCOURT, 1993, p. 335)

O ditado era uma prática pedagógica que dificultava o surgimento de dúvidas e problematização do conhecimento, estando voltada à memorização de fatos, datas e nomes. De acordo com Bittencourt (2019, p. 163), a história era ensinada cronologicamente, e, pelos livros didáticos do século XIX, “eram apresentados esquemas instrucionais mnemônicos, cuja função era situar no tempo os fatos descritos nos textos”. Ainda de acordo com a autora, neste período

[...] os métodos atendiam a determinados objetivos da história escolar: apresentar a origem e constituição da nação brasileira pelo Estado unificado sob o domínio das elites econômicas agrárias, católicas, monarquistas e escravocratas para alunos provenientes de setores privilegiados da sociedade. (BITTENCOURT, 2019, p.163)

De acordo com Nadai (1993), no Brasil República o ensino de história não teve grande modificações:

A República, desde o início, tratou de cuidar da constituição da galeria de heróis nacionais, pela instituição tanto dos feriados e festa cívicas quanto pela seleção dos personagens a serem cultuados[...].

A periodização utilizada e a abordagem do conteúdo conduzem à uma concepção de história da qual sobressai a grande influência do positivismo. O conceito de fato histórico a neutralidade e objetividade do historiador/professor ao tratar do social, o papel do herói na construção da Pátria, a utilização do método positivo permearam tanto o ensino quanto a produção histórica (NADAI, 1993, p. 151-152).

Assim, o conceito de História desse período, dos programas e do currículo, é uma versão reelaborada dos acontecimentos do passado. De acordo

com Nadai (1993, p. 152), "essa forma de ensino, determinada desde sua origem como disciplina escolar, foi o espaço da história oficial na qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as elites".

De acordo com Gontijo (2006, p. 2), "a história deveria ser útil no sentido de formar tradições comuns, glorificando heróis e valorizando a consciência nacional". É visível, então, que a instrução histórica dada no período de 1889-1930 era exclusivamente política ou militar (nomes de príncipes, listas de datas, indicação de casas reinantes). Conforme Gontijo:

[...] nesse trabalho de construção de uma nação republicana, era necessário identificar no passado os elementos capazes de contribuir para legitimá-la. Heróis, símbolos, hinos e celebrações foram articulados de modo a constituir um espaço simbólico nacional-republicano. Era preciso afirmar que o novo regime político não era obra do acaso, mas resultado de um longo processo, cuja memória precisava ser resguardada. (GONTIJO, 2006, p. 4)

Ainda de acordo com a autora:

Cabe lembrar que essa (re) construção da história nacional ocorria num momento em que a escrita da história não era trabalho específico de historiadores de ofício. A história era escrita e ensinada por homens de letras: um conjunto bastante amplo e heterogêneo de polígrafos, que incluía bacharéis em direito, médicos, engenheiros e literatos, que se ocupavam de modo diferenciado do ensino, da escrita da história, dos debates políticos, da literatura e dos temas sociais, através de atividade como, por exemplo, o jornalismo, o magistério a crítica literária [...] (GONTIJO, 2006, p. 4).

A partir desta constatação observa-se que esses homens de letras não possuíam uma formação plena em História, eles faziam parte de determinadas redes de sociabilidade, compostas em torno de figuras-chaves do mundo intelectual que estimulavam pesquisas, indicavam leituras, propunham temas e roteiros de trabalho, de modo a estabelecer a colaboração em projetos individuais e coletivos. Tais redes, dessa forma, eram responsáveis pelo reconhecimento do historiador, contribuindo para atestar sua competência no estudo da história (GONTIJO, 2009, p. 6). Deste modo a pesquisa e a escrita da história eram atividades desenvolvidas ao longo do tempo e exigiam um acúmulo de saber, a disponibilidade de tempo e recursos financeiros.

Portanto, a escrita da história das primeiras décadas republicanas, tal como ocorrera ao longo do século XIX, era ligada à ação política. Assim, a constituição de um campo de estudos históricos e a identificação de um profissional atuante nesse campo conciliava os projetos intelectuais com as

demandas do campo político. Tais demandas eram dirigidas diretamente àqueles que se dedicavam à escrita e ao ensino da história (GONTIJO, 2006, p. 9)

De acordo com Gontijo (2006), é

[...] possível considerar que o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX constituem um período importante para a construção de um campo de estudos históricos no Brasil, quando se discutiu a tradição historiográfica herdada do Império, buscando novos paradigmas para a historiografia e o ensino da história nacional, considerados estratégicos para a República (GONTIJO, 2006, p. 9)

Na Primeira República, aos poucos, os campos de atuação de intelectuais, iam melhor se definindo, o que exigia maior especialização profissional. No entanto, tal distinção não se completara de todo. Na década de 1920, ser literato, intelectual ou historiador, não constitua atividades totalmente diferentes. No caso dos historiadores:

São enquadrados como trabalho de historiador tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar, e até mesmo a elaboração dos verdadeiros e bons romances históricos (GOMES, 1996 p. 38).

Desse modo, o perfil do historiador não estaria bem definido, sobretudo porque não havia distinção disciplinar rígida entre as várias áreas do conhecimento.

Segundo Schmidt (2009), o ensino de História era factual, anacrônico e positivista e nesse ensino a preocupação estava pautada no estudo dos fatos, na neutralidade do professor e da explicação histórica. Havia um destaque para a história dos fatos políticos e na história como produto da ação dos indivíduos. Ainda, de acordo com a autora Schmidt, até a década de 1980, o ensino de História teria sido caracterizado pelo ensino tradicional, o qual era centrado na figura do professor como transmissor e na do aluno como receptor do conhecimento.

### **2.3 Narrativa e história em livros didáticos**

Em nossa sociedade, por muito tempo, observou-se grupos que foram marginalizados na e pela História, como os negros, os indígenas e as mulheres. Entretanto, há alguns anos, esses têm reivindicado seu espaço e suas histórias, pautados em disputas de memória. Estas disputas de memória não estão

presentes somente na historiografia, como também imersas nas narrativas escolares.

Deste modo, estas narrativas escolares também são objeto de discussão e apresentam um problema visível do livro didático em sua função social quanto à correção dos conteúdos que tratam de temas sensíveis à memória, debatendo-se assim qual seria a narrativa correta. De acordo com Rocha (2017, p. 13) pode-se afirmar que “os livros didáticos de história se tornaram objeto de disputa social pela narrativa válida, especialmente no que se refere ao tratamento conferido a determinados conteúdos curriculares”.

Como buscou-se esclarecer, assim como a disciplina, os livros didáticos de História modificaram-se ao longo do tempo. Por esse motivo, para que se compreenda a evolução da abordagem do conteúdo sobre Abolição, é preciso compreender, além da História enquanto código disciplinar, as narrativas presentes nos livros didáticos do final do século XIX e início do século XX.

No final do século XIX a História era entendida como o resgate de fatos ocorridos, ao longo do século XX passa a ser a representação destes, por meio da interpretação das fontes e testemunhos. Deste modo, é preciso ter certo cuidado com as fontes e o texto didático a ser analisado, para que não se venha cometer anacronismo.

De acordo com a autora Helenice Rocha (2017), a concepção de livro didático também sofreu modificações ao longo do tempo, seus textos não são mais entendidos como “uma narrativa sobre o que aconteceu”, mas como uma interpretação de fontes e testemunhos. Ou seja, assim como na escrita da História não há uma verdade absoluta, mas um conhecimento em construção, toda e qualquer informação contida no livro didático deve ser compreendida desta maneira.

Segundo Nilton Pereira (2017):

A construção de uma narrativa implica criar um modo de dizer o mundo, estabelecer, pelos vazios que entremeiam os documentos, um enredo que atribui sentido ao passado. Os manuais didáticos, ao constituírem narrativas, criam significados que podem ser partilhados pelos estudantes e professores, mas também selecionam o que pode se tornar história ensinada na escola, recortando uma maneira singular de apresentar tempo que passou às novas gerações. O elemento estético está, portanto, profundamente implicado na construção das narrativas pelos livros didáticos, uma vez que a apresentação do conhecimento histórico se dá mediante a inserção de elementos narrativos (esquemas explicativos, boxes, atividades...) que têm o objetivo de dar sentido à verdade enunciada aos estudantes, que não estão

acostumados com a narrativa histórica do campo acadêmico e da pesquisa. Especificamente em relação ao texto, sobretudo aquele chamado de “texto principal”, o elemento estético se torna central, uma vez que a construção do texto e o uso de subsídios retóricos, figuras de linguagem e o modo de demonstrar a temporalidade se apresentam em uma direção que constitui a própria verdade enunciada. Logo, não se pode pensar a verdade histórica (os recortes feitos no passado, as escolhas por determinados temas, a seleção teórica, as problematizações aos temas e as noções temporais) sem os elementos estéticos que constroem a narrativa que a apresentam. Compreende-se, portanto, que o livro didático, tal como a escrita da história, é formado por narrativas, que é a maneira como se cria e se apresenta a verdade histórica a diferentes públicos (PEREIRA, 2017, p. 171).

Assim é essencial observar as narrativas nos livros levando em conta que elas apresentam uma determinada compreensão da história em um determinado período do tempo. Os textos apresentados constituem diversos significados a seus leitores, que podem ser alunos e professores. Ainda de acordo com Nilton Pereira (2017):

[...] as escolhas que os livros didáticos realizam ao criar uma narrativa para contar o passado, ainda que se furtem de esclarecer isso, consistem em um modo de reconstruir o passado segundo posicionamentos estéticos, éticos e políticos determinados, seja pelos autores, seja pelo mercado editorial, seja mesmo por uma memória coletiva que tem estabelecido os limites do que se pode ser a história e do que pode se recortar do passado para ensinar às novas gerações [...] (PEREIRA, 2017, p. 173-174).

No século XIX constituiu-se uma tendência historiográfica na qual a história deveria ser concebida como uma narrativa fiel dos fatos passados. Assim, a história definia-se como o passado dos homens, cabendo aos historiadores recolher, por intermédio de uma gama de documentos oficiais, os fatos mais “importantes”, ordená-los cronologicamente e narrá-los em sua fidedignidade.

Essa tendência historiográfica esteve relacionada às concepções desenvolvidas pelo historiador prussiano Leopold von Ranke (1795-1886), que exerceu um papel importante na conformação dos aportes teóricos que possibilitaram fornecer um caráter científico à história. Os fundamentos de Ranke baseavam-se no pressuposto da singularidade dos acontecimentos históricos, ou seja, cada fato histórico é único e sem possibilidade de repetição, devendo a reconstrução de um passado ter como base a objetividade, para ser “história verdadeira”. Os historiadores tinham como objetivo registrar o que realmente aconteceu a partir do método da busca e verificação de documentos

oficiais em arquivos, cuja análise deveria ser objetiva, pois o historiador deveria ter uma atitude imparcial e ser neutro diante dos acontecimentos.

Tal metodologia ficou conhecida como positivista, por fundamentar-se nos princípios da objetividade e neutralidade no trabalho do historiador. Os adeptos desta corrente teórica dedicavam-se a investigar os indivíduos, destacando pessoas das elites e suas biografias, além da elaboração das “histórias nacionais”, de cunho político e militar.

De acordo com Circe Bittencourt (2008):

A reconstituição do passado da nação por intermédio de grandes personagens serviu como fundamento para a História escolar, privilegiando-se estudos das ações políticas, militares e das guerras, e a forma natural de apresentar a história da nação era por intermédio de uma narrativa (BITTENCOURT, 2008, p.141).

Desde o século XIX e no decorrer do século XX, essa produção historiográfica coexistiu com muitas dúvidas e críticas. E embora tenha se tornado a corrente predominante da História escolar, as premissas teóricas do positivismo sempre foram questionadas, principalmente no que se refere à objetividade total do historiador e à sua neutralidade (BITTENCOURT, 2008, p. 141).

Desta maneira, a história da nação se constituía por meio de narrativas históricas, sobre as quais a autora Bittencourt afirma que:

É certo que as narrativas criam identidades, porque os personagens são apreendidos de forma mais "humana", com sofrimentos, alegrias e dúvidas tais como ocorrem com todos os seres humanos. As experiências passadas podem ser compartilhadas com quem vive no presente, despertam maior empatia com os fatos e criam afinidades. Contar ou falar sobre o passado é uma forma de criar identidades, afirma o filósofo francês Paul Ricoeur. Este autor nos indica as diferenças e as semelhanças entre a narrativa como ficção e a narrativa histórica. A narrativa histórica possui inteligibilidade por se caracterizar por uma operação que corresponde a uma totalidade orgânica, temporal, com um título no início, um meio, um fim, um conjunto com tempo bem determinado dentro de uma ordenação linear. (BITTENCOURT, 2008, p. 143).

Em um sentido mais amplo, conforme considera Lawrence Stone (2013) a narrativa significa:

[...] a organização do material em uma ordem sequencial cronológica, com o conteúdo direcionado para um relato único e coerente, não obstante se sirva de tramas secundárias. Os dois modos essenciais pelos quais a história narrativa difere da história estrutural são: seu arranjo é mais descritivo que analítico e seu foco está no homem, não nas circunstâncias. Assim ela lida antes com o partícula e específico no lugar do coletivo e estatístico. A narrativa é um modo de escrita

histórica, mas um modo que afeta conteúdo e método e, em contrapartida, deixa-se afastar por eles (STONE, 2013, p. 10).

De acordo com o mesmo autor (2013), é perceptível nos últimos anos uma retomada da história narrativa. Uma das razões desta retomada seria “uma ampla desilusão com o determinismo do modelo econômico de explicação histórica e o arranjo em três camadas hierárquicas que surgiu em decorrência dele” (STONE, 2013, p. 16). Outro fator ligado ao renascimento da narrativa entre os “novos historiadores” seria a substituição da sociologia e da economia pela antropologia como maior influenciadora das ciências sociais. Além disso, os “novos historiadores” têm refletido sobre suas narrativas e pensado em uma maneira de tornar seus achados mais acessíveis a um público não especializado (STONE, 2013, p. 23-24).

No entanto, há cinco diferenças entre a “nova história” e a história narrativa tradicional, as quais Lawrence Stone (2013) explicita:

[...] Em primeiro lugar, eles estão, quase sem exceção, preocupados com a vida, os sentimentos e o comportamento dos pobres e obscuros, e não com os dos grandes e poderosos. Em segundo, a análise permanece tão essencial à sua metodologia quanto a descrição: seus livros tendem a variar, de modo um tanto desajeitado, entre uma forma e outra. Em terceiro, eles estão trazendo à tona novas fontes, muitas vezes registros de tribunais que usavam procedimentos legais romanos, uma vez que estes contêm transcrições de testemunhos inteiros de indivíduos sob interrogatório e exame. Em quarto lugar, eles muitas vezes contam histórias de forma distinta daquela de Homero, Dickens ou Balzac. Sob a influência do romance moderno e das ideias freudianas, exploram com vivacidade o subconsciente e não se atêm aos fatos pura e simplesmente; e sob a influência dos antropólogos, tentam usar o comportamento para revelar significados simbólicos. Em quinto, eles contam a história de um indivíduo, um julgamento ou um episódio dramático não por si sós, mas para lançar luzes sobre as operações internas de uma cultura passada ou de uma sociedade. (STONE, 2013, p. 30)

Nesta perspectiva ampliada das narrativas históricas, Rüsen (2010) destaca que a normalidade das relações humanas é colocada à prova do “abismo das incertezas”. Para o autor a narrativa histórica:

[...] é um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica. Aqui o tempo é visto como uma ameaça à normalidade das relações humanas, lançando-as para o abismo das incertezas. A experiência mais radical do tempo é a morte. A história é uma resposta a este desafio: é uma interpretação ameaçadora do tempo. Ela supera a incerteza ao compreender um padrão significativo no curso do tempo, um padrão que responde às esperanças e às intenções humanas. Este padrão dá um sentido à história. A narrativa é portanto, o processo de constituição de sentido da experiência do tempo. (RÜSEN, 2010, p. 95).

Deste modo, compreende-se que as narrativas apresentadas nos livros didáticos de História publicados entre os anos 1889 e 1930 apresentam como sentido a “experiência do tempo” daqueles autores, editores e ilustradores que viveram naquele período e escreveram sob a influência historiográfica daquela época.

Jorn Rüsen (2010), ao tratar da constituição da consciência histórica da humanidade, considera quatro diferentes tipos funcionais de narrativa, com correspondência às formas historiográficas: tradicional, exemplar, crítica e genética. A narrativa tradicional apresenta as tradições como condição necessária para os seres humanos viverem, elas lembram as origens constituintes dos sistemas de vida do presente. A narrativa exemplar é descrita pela compreensão de uma *historia magistral vitae* (a história é a mestra da vida). A narrativa crítica é baseada na capacidade do ser humano em não aceitar as tradições e exemplos e se basear em seus próprios fundamentos. E a genética seria aquela que apresenta uma transformação de fato significativa, “histórias deste tipo, fornecem uma direção para a mudança temporal do homem e do mundo, para a qual os ouvintes devem, conseqüentemente, ajustar suas vidas a fim de lidar com as desafiadoras alterações do tempo” (RÜSEN, 2010, p. 102).

A partir da categorização apresentada por Rüsen (2010), as narrativas históricas<sup>14</sup> apresentadas nos livros didáticos podem ser caracterizadas como exemplares, pois seriam elaboradas a partir da concepção de história como mestra da vida, em que por meio dos exemplos do passado busca ensinar os homens do presente a agirem da melhor forma e com mais prudência. Logo,

[...] As narrativas exemplares lembram os casos que demonstram a aplicação de regras gerais de conduta; elas impõem a continuidade como a validade supratemporal das normas que abrangem os sistemas de vida temporalmente diferentes; e formam uma identidade ao generalizar as experiências do tempo para as regras de conduta [...] (RUSEN, 2010, p. 100)

Em conformidade com a discussão realizada até aqui, as narrativas históricas sobre a Abolição nos livros didáticos analisados devem ser

---

<sup>14</sup> De acordo com Jorn Rüsen os quatro tipos de narrativa: tradicional, exemplar, crítica e genética não se excluem uma a outra, mas estão intimamente ligadas, embora cada uma delas seja distinta. “Todos os quatro elementos são encontrados em todos os textos históricos, um implica necessariamente o outro. Há uma progressão natural do tradicional ao exemplar e do exemplar à narrativa genética. A narrativa crítica serve como catalisador necessário dessa transformação (RÜSEN, 2010, p.103)”.

observadas levando-se em conta as características e objetivos do tempo em que foram escritas. Assim é possível considerar, de modo geral, que as narrativas presente em livros didáticos de História do final do século XIX e início do XX eram do tipo “exemplar” (RÜSEN, 2010), convergindo com uma linha historiográfica positivista, o que será possível observar de modo mais específico no capítulo 3.

#### **2.4 Narrativas da Abolição em Livros didáticos: uma revisão da produção acadêmica sobre o tema**

Nos últimos anos, muitas pesquisas vêm sendo realizadas no Brasil tendo o livro didático como fonte e objeto de investigação, com diferentes abordagens e problematizações históricas. Esta parte do texto ocupa-se em apresentar uma revisão da produção acadêmica sobre a temática Abolição e escravidão no Brasil em livros didáticos de História. A leitura atenta de dissertações, teses e artigos publicados na área de Educação e História possibilita estabelecer conexões e discussões acerca da temática, além de verificar a produção acadêmica e a evolução da mesma.

Para tanto, a investigação de produções acadêmicas voltadas para a temática em evidência foi realizada nos seguintes sites: Banco de Teses e Dissertações da Capes; BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); Scielo; Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico. No sentido de localizar publicações que contribuíssem para a pesquisa, foi realizada uma busca a partir dos seguintes descritores: abolição, escravidão, livros didáticos. Essa busca levou em consideração esses três descritores com a finalidade de trazer um levantamento de publicações referentes ou próximas ao assunto pesquisado, e que contribuíssem de forma mais efetiva com a pesquisa. Verificou-se que há vários trabalhos acadêmicos relacionados com a temática da pesquisa que possibilitam novos questionamentos acerca do tema.

O quadro a seguir apresenta as investigações que foram localizadas que tratam da temática abolição e/ou escravidão em livros didáticos de História. As pesquisas a seguir contribuem como referências para a pesquisa em questão.

**Quadro 1- Abolição e escravidão em livros didáticos de História**

| <b>ABOLIÇÃO E ESCRAVIDÃO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA</b>                                                                                 |                                                |                          |                                                                                                 |                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>Título do Trabalho</b>                                                                                                                    | <b>Autor</b>                                   | <b>Ano de publicação</b> | <b>Área de estudo/Programa</b>                                                                  | <b>Tipo de documento</b> |
| Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros em livros didáticos de História                                                         | João Bernardo da Silva Filho                   | 2005                     | Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais         | Dissertação              |
| O negro no livro didático de História do Brasil para o ensino fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife                   | Raynette Castello Branco                       | 2005                     | Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco            | Dissertação              |
| As imagens dos negros em livros didáticos de História                                                                                        | Andréa Aparecida de Moraes Cândido de Carvalho | 2006                     | Educação/ Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina              | Dissertação              |
| A escravidão no livro didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930).                                                   | Maria Cristina Dantas Pina                     | 2009                     | Educação /Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas                            | Tese                     |
| Escravo, africano, negro e afrodescendente: a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012) | Mírian Cristina de Moura Garrido Ribeiro       | 2011                     | História e Sociedade/ Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista | Dissertação              |
| A escravidão no Brasil colonial nos livros didáticos de 6ª série                                                                             | Claudinéia da Silva Vargas                     | 2011                     | História /Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá             | Dissertação              |

|                                                                                                                           |                                  |      |                                                                                      |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| A abolição da escravidão e os modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918)        | Fabiany Glaura Alencar e Barbosa | 2012 | História/ Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília          | Dissertação |
| “Homens de cor” representados por “homens de letras”: uma análise de livros didáticos de História do Brasil do século XIX | Cristina Carla Sacramento        | 2018 | Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas | Tese        |

Organização: autora, 2020.

Como se observa no quadro 1, João Bernardo da Silva Filho (2005), Mirian Ribeiro (2011) e Claudinéia da Silva Vargas (2011) analisam como a escravidão e o negro escravizado são representados em livros didáticos de História contemporâneos, todos trabalham com o conceito de representação em suas pesquisas. A dissertação realizada por João Bernardo da Silva Filho, além de analisar os discursos verbais acerca dos negros em livros didáticos, procura também identificar imagens relacionadas à temática e analisá-las. Ribeiro optou metodologicamente pela análise de discurso, pautado nas discussões de Eni Pulcinelli Orlandi. Tais pesquisas apresentam contribuição para a investigação que se realiza, especialmente por demonstrarem que ocorreram mudanças nos textos acerca da temática escravidão ao longo da História do Brasil.

Castello Branco, em sua dissertação “O negro no livro didático de História do Brasil para o ensino fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife”, procurou, por meio da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), estabelecer categorias de análise para a temática da escravidão em livros didáticos de História do Brasil para o Ensino Fundamental. Da mesma forma, Carvalho (2006) utilizou como fonte principal de sua pesquisa o livro didático e baseou-se na metodologia de análise de conteúdo para compreender como e de que forma foram abordadas a participação e as contribuições culturais e religiosas da população negra na História do Brasil através dos livros didáticos de História, entre os anos de 1996 e 2004, adotados nas escolas no município de Florianópolis, Santa Catarina.

A tese de doutorado de Maria Cristina Dantas Pina analisa como a escravidão negra foi retratada nos livros didáticos de História do Brasil de João Ribeiro (1900), Rocha Pombo (1919) e Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915), manuais utilizados no Ginásio da Bahia entre os decênios finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX. O objetivo foi identificar o lugar que a temática da escravidão ocupou na narrativa didática dos autores e os seus desdobramentos no contexto em estudo.

Além disso, o estudo apresenta informações acerca da trajetória dos autores João Ribeiro e Rocha Pombo que contribuíram também para esta investigação na realização da análise de conteúdo, pois, de forma semelhante a ele esta investigação identifica e analisa o conteúdo Abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de História escritos por estes autores e outros diferentes. Além deste que coincide, acredita-se que por meio de um corpus documental maior é possível observar o que estava sendo escrito sobre o assunto no período 1889-1930.

Barbosa (2012), em sua dissertação “A abolição da escravidão e modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918)”, teve como objetivo perceber quais representações sobre a abolição foram veiculadas nos livros didáticos de história no final do século XIX e início do século XX. A pesquisadora optou por conhecer a escrita da história da abolição através de três autores e suas obras didáticas. A pesquisa permitiu concluir que cada obra didática estudada, a seu modo, correspondeu a projetos políticos de formação da nação brasileira, em que as representações, a historiografia e o ensino de história foram estrategicamente pensados como meios de se atingir tal finalidade. Tal pesquisa aponta o conceito de representação como conceito histórico norteador da pesquisa.

A tese defendida por Kênia Hilda Moreira teve como objetivo investigar os conteúdos historiográficos e didáticos de oito livros de História do Brasil em circulação no campo educacional brasileiro no período de 1889-1950. Além disso, a autora analisa as mudanças e permanências relacionadas aos conteúdos das obras didáticas na temporalidade delimitada.

Por fim Sacramento (2018) em sua tese “Homens de cor representados por ‘homens de letras’: uma análise de livros didáticos de História do Brasil do século XIX”, analisa os discursos sobre os negros em quatro livros didáticos de

História do Brasil publicados no período compreendido entre 1831 e 1887. De acordo com a autora, ao selecionar as fontes preferiu as primeiras edições das obras - e quando isso não foi possível trabalhou com o exemplar mais próximo da primeira edição - destinadas à instrução primária, com o intuito de averiguar como a população negra foi representada no século XIX.

A partir do levantamento de trabalhos acadêmicos publicados foram encontrados também alguns artigos relacionados com a temática no portal de periódicos Scielo ou em revistas acadêmicas *on-line*, que também contribuíram para a proposta de investigação indicada aqui. Estes serão descritos e comentados abaixo.

O artigo de Maria Cristina Dantas Pina, intitulado "A escravidão no livro didático de história: Rocha Pombo e o ensino de história na primeira República", analisou na obra "História do Brasil", de Francisco José da Rocha Pombo, o conteúdo acerca da escravidão e suas implicações político-sociais no contexto da formação da Primeira República. Enquanto Pina utiliza apenas um autor e sua obra, Lucindo (2010)<sup>15</sup> realiza o seu estudo a partir de um livro didático apenas, "A escrita da História", e analisa se nesta obra estão presentes renovações historiográficas sobre o tema.

Warley da Costa (2006)<sup>16</sup>, em seu artigo, analisa textos e imagens da escravidão nos livros didáticos de História e sua influência na produção de representações e identidades. Já Ribeiro (2008)<sup>17</sup> realiza a análise a partir das representações concebidas pelos livros didáticos de História a respeito dos negros e da história da escravidão no Brasil colonial.

Os autores Ricardo Oriá<sup>18</sup>, Bárbara Vergas<sup>19</sup> e Adrina Barbosa, em seus artigos, analisam a forma como a história da escravidão está colocada em

---

<sup>15</sup> LUCINDO, Willian Robson Soares. Desvitimizar para humanizar: uma análise sobre a escravidão nos livros didáticos. **Antíteses**, vol.3, n.6, jul.-dez. de 2010, p. 879-897.

<sup>16</sup> COSTA, Warley da. Olhares sobre olhares: imagens da escravidão nos livros de História: representações do ser negro e construção de identidades. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo6.pdf>. Acesso em 20 de fev. de 2020.

<sup>17</sup> ROSA RIBEIRO, R. Exóticos, infantis e submissos na colônia identitária: as representações dos negros nos livros didáticos de História do Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 38, 31 mar. 2009.

<sup>18</sup> ORÍÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. **XVIII Simpósio Nacional de História**: Recife, jul. 1995.

<sup>19</sup> VERGAS, Bárbara.; BARBOSA, Adrina Mendes. A Legislação abolicionista nos livros didáticos. **Revista Fórum Identidades**, vol.9, n.9, jan.-jun. 2011.

materiais produzidos para a educação básica e se os novos estudos acerca da história e cultura dos africanos e seus descendentes no Brasil têm sido postos nos livros didáticos, ou seja, se as novas perspectivas de estudos acadêmicos estão de acordo com a produção didática.

As autoras Natiele Gonçalves Mesquita e Carmen G. Burget Schiavon (2013)<sup>20</sup> visam a análise das representações de negros nos textos e imagens em dois livros didáticos de História – “Projeto Araribá História” e “História, Sociedade & Cidadania” - destinados ao nono ano do ensino fundamental. Tais obras foram as mais compradas pelo governo federal, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

De igual modo, Pastore (2015)<sup>21</sup> explora os discursos e perspectivas sobre a Abolição da Escravidão difundidos pelos livros didáticos de História do Brasil no início do século XX até a década de 1980. O autor investiga como é representado o tema da Abolição e qual o lugar concedido aos negros escravos nas produções didáticas de Antônio José Borges Hermida e Joel Rufino dos Santos, considerando a articulação entre textos e imagens.

Por sua vez, Vogt e Brum (2016)<sup>22</sup> analisaram como o negro e a temática da escravidão eram explanados em livros didáticos de Ensino Médio no início da década de 1980, e de que maneira os autores abordavam os assuntos. Posteriormente, os pesquisadores compararam esses livros antigos com livros recentes notando que houve uma profunda alteração nos conteúdos relacionados ao negro e a escravidão nos livros didáticos de história.

Carvalho e Siqueira (2019)<sup>23</sup> analisaram a partir dos dispositivos textuais as representações das culturas afro-brasileira e africana em livros didáticos de História. Para a realização da pesquisa utilizaram como metodologia a análise de conteúdo.

---

<sup>20</sup> MESQUITA, Natiele Gonçalves.; SCHIAVON, Carmen G. Burget. Análise das representações de negros e negras em dois livros didáticos de História. **Identidade!** São Leopoldo, vol. 18, n.3, ed. esp., dez. 2013, p. 334-344.

<sup>21</sup> Pastore, V. D. (2015). A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos: Textos e Imagens na Construção da História na Escola. **Epígrafe**, 2(2), 109-135. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v2i2p109-135>

<sup>22</sup> VOGT, Olgário Paulo.; BRUM, Meline de Barros. Escravidão e Negros em livros didáticos de História. **Aedus**, Porto Alegre, vol.8, n.18, p.52-74, ago. 2016.

<sup>23</sup> CARVALHO, Guilherme Paiva de.; SIQUEIRA, Adriel Jonathas Fernandes. Representações das culturas africanas e afro-brasileiras em livros didáticos de História. **Educação & Linguagem**. ISSN: 2359-277X, ano 6, n.1, p.90-101, jan.-abr.2019.

A partir desse levantamento de algumas pesquisas realizadas em âmbito nacional sobre as temáticas, é possível perceber a amplitude das investigações que tomam o livro didático como fonte e objeto de pesquisa, buscando compreender como a temática abolição e escravidão são dados a ver na sociedade brasileira. Tais pesquisas contribuem significativamente para compreender como estes conteúdos foram desenvolvidos em narrativas de livros didáticos ao longo do tempo, assim como as mudanças sobre as temáticas nesse material de ensino.

Percebe-se uma gama de pesquisas que foram realizadas até o momento sobre a temática, mas considera-se que um tema de pesquisa não se esgota, uma vez que há diferentes aspectos que podem ser observados e problematizados a partir das fontes históricas acerca de um mesmo fato histórico. A pesquisa que ora se propõe busca compreender como os livros didáticos de História publicados entre os anos de 1889 e 1930 abordaram o conteúdo da Abolição da escravidão no Brasil após a promulgação da lei Áurea, observando de forma mais específica o que estava sendo escrito sobre esse acontecimento em um período recente ou próximo ao fato histórico. Assim como, objetiva analisar se tais narrativas permaneceram sem alteração até o final da Primeira República.

Além disto, a investigação analisa um corpus documental composto por dezenove obras, nas quais é possível observar como dezenove autores provenientes de diferentes instituições, narraram a Abolição da escravidão e escreveram sobre esse tema, permitindo também compreender o tempo presente nos livros escolares de História, um desafio tão caro aos homens e mulheres de letra da época.

Deste modo, é importante destacar a importância desta pesquisa e sua relevância, pela contribuição que busca trazer ao campo de Ensino de História, assim como para o campo de estudos sobre a Abolição. Em um período (1889-1930) no qual a imprensa estava consolidada, os livros se constituíam enquanto objeto de memória e de informação à muitas pessoas, além de formar opiniões e proporcionar a aquisição de saberes. As obras a serem analisadas constituem uma memória pública, e por meio delas, por um tempo, foram divulgadas informações e conhecimentos para a sociedade que objetivavam a formação de uma identidade nacional.

### 3 Aspectos teórico-metodológicos

Este estudo busca uma aproximação com a História Cultural, que se coloca como corrente teórica a ser aprofundada de maneira a embasar a investigação. De acordo com Chartier (1990), a História Cultural seria o fazer histórico que tem como objetivo identificar o modo como uma realidade social é construída, pensada, dada a ler, localizando-a em seu tempo e em seu espaço. De acordo com Peter Burke (2005, p. 10), a História Cultural possui "a preocupação com o simbólico e suas interpretações", em que pese "a abordagem do passado em termos de simbolismo".

O desenvolvimento da História Cultural se deu a partir da escola dos *Annales*, um movimento que surgiu na França, durante a primeira metade do século XX, marcando uma virada nos domínios da história. Naquele momento, a História Cultural voltava-se ao levantamento de fontes e para a análise de informações, buscando uma abordagem interdisciplinar da história, vinculada aos campos da história social e econômica. A primeira geração dos *Annales*, a fase de fundação, é identificada por seus criadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que difundiram os ideais contrários ao paradigma da historiografia tradicional com a publicação do periódico *Annales d'histoire économique et sociale*. A segunda geração, já em torno de 1950, é caracterizada pela direção e produção de Fernand Braudel. A partir dos anos 1970 desenvolveu-se uma nova fase, com a terceira geração dos *Annales*, na qual se destacaram vários pesquisadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. A quarta geração da Escola dos *Annales* é referente a um período que se inicia em 1989, com o desenvolvimento evidente da História Cultural, a partir de autores como Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Roger Chartier e Georges Duby (BURKE, 1991).

No decorrer dos anos 1960 e 1970 ocorreu uma importante mudança de interesses na Escola dos *Annales*. O percurso intelectual de alguns historiadores dos *Annales* transferiu-se da base econômica para a cultural (BURKE, 1991). A década de 1970 define uma nova forma de compreender a História, amplia os objetos e estratégias de pesquisa, além de desenvolver uma aproximação com outras áreas de conhecimento expandindo o campo historiográfico, conforme expõe Burke (1991):

[...] a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las (BURKE, 1991, p. 126).

Assim, a terceira geração foi assinalada pelo crescente predomínio de temas voltados ao campo da cultura, à apropriação de bases estruturalistas, vinculados à filosofia, à linguística e à etnologia. Concepções que se contrapõem à perspectiva crítica de cunho marxista das gerações anteriores da Escola dos *Annales*. Além disso, esta nova concepção do fazer histórico tem por base a ideia de que a realidade é social e culturalmente construída, abrindo espaço, dessa forma, para novas perspectivas de estudo.

Segundo Chartier (2009), a crítica que foi feita à modalidade dominante da História Cultural possibilitou o surgimento de novas maneiras de pensar as produções e as práticas culturais. A esse respeito afirma:

Do exterior ou do interior da tradição dos *Annales*, essas novas perspectivas partilharam um certo número de exigências: privilegiar os usos individuais em desfavor das distribuições estatísticas; considerar, contra a suposta eficácia dos modelos e normas culturais, as modalidades específicas da sua apropriação; conceber as representações do mundo social como constitutivas das diferenças e das lutas que caracterizam as sociedades. São essas deslocamentos, concretizadas no recorte e na análise dos objetos históricos, que a categoria de nova história cultural pretendia designar e reunir em 1989 (CHARTIER, 2009, p. 33).

A partir da Nova História Cultural é estabelecida uma nova postura nos estudos da História Cultural diante dos métodos, das fontes e dos temas estudados, buscando nos diversos ramos especializados da História um diálogo mais fértil com a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a teoria literária.

Desta maneira, observa-se uma renovação epistemológica do fazer historiográfico por outras formas de questionar o passado que possibilitou abranger temas como, por exemplo, a história da leitura, a partir das práticas individuais.

Este novo paradigma historiográfico permitiu a ampliação das fontes a serem tomadas pelo historiador como documento, entre estas pode-se considerar o livro didático uma importante fonte documental que passa a ser explorada pelos historiadores para compreender as práticas socioculturais que perpassam o contexto educacional.

Assim, a contribuição da Nova História Cultural demonstra-se potencial quando busca-se perceber como as narrativas sobre a abolição da escravidão foram construídas, pensadas e dadas a ler em livros didáticos no período pós-abolição<sup>24</sup>.

### 3.1 O livro didático como fonte de pesquisa

No estudo intitulado “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”, o francês Alain Choppin aponta que por muito tempo os livros didáticos foram negligenciados tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos. Nesse estudo, Choppin (2004) apresenta as principais temáticas abordadas e os principais problemas identificados pela pesquisa em História sobre os livros e as edições didáticas, evidenciando as tendências mais marcantes e as possíveis perspectivas de evolução.

De acordo com o autor, em um país como o Brasil os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda, em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional. Após terem sido esquecidos por longo tempo, as pesquisas históricas sobre livros didáticos e, posteriormente, sobre as edições escolares, tiveram, desde os anos 1960 e, sobretudo, nos últimos quarenta anos, um considerável impulso. Ainda de acordo com o autor, é no decorrer dos anos 1970,

que os historiadores começam a manifestar um real interesse pelo livro e pela edição escolares. O fim da década testemunha essa tomada de consciência com a publicação, quase concomitante, de contribuições que sublinham a importância que revestiu o manual como fonte para os historiadores da educação, em diferentes países [...] (CHOPPIN, 2002, p. 11).

Alain Choppin, pioneiro no campo de estudos sobre a história dos manuais escolares demonstra, em seus artigos, a riqueza e a complexidade dos livros didáticos como uma fonte histórica, assim como indica algumas dificuldades de natureza metodológica com as quais os pesquisadores podem se deparar. O

---

<sup>24</sup> O Pós-Abolição se constitui enquanto um campo historiográfico no qual se discute, para além da Abolição da Escravidão (13 de Maio de 1888), os processos que culminaram nesse fato, assim como a participação dos negros e negras no processo e sua vida após a liberdade. De acordo com Rios e Mattos (2004), o pós-abolição é um campo que passou a incluir e discutir variáveis e preocupações múltiplas, como a participação dos ex-senhores, escravizados e libertos no fim da escravidão, assim como os conceitos de cidadania e liberdade após a Lei Áurea.

autor preconiza que o manual é, antes de mais nada, um instrumento - em suma complexo -, e que a análise de seus conteúdos é indissociável de seus usos, reais ou supostos.

Nesse mesmo sentido, Circe Bittencourt aponta para a complexidade do trato dos livros didáticos, ao considerá-los “objeto cultural de múltiplas facetas”. A autora, em sua tese de doutorado intitulada “Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar”, defendida em 1993, percorre a história do livro didático brasileiro desde o fim do século XIX até a primeira década do século XX. Ela também trata da trajetória da construção do saber escolar organizado pelo poder educacional, dividido entre o Estado civil e a Igreja Católica. O livro didático em meio a esta disputa desempenhava um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais da Igreja Católica e o Estado civil.

Bittencourt (1993) analisou também as disciplinas de História Geral e do Brasil, expondo o processo de transposição do saber erudito para o saber escolar a ser ensinado. Nessa problemática, a autora situa o papel dos autores de livros didáticos de História e o “lugar” de sua produção. Assim, analisa o processo de produção do livro didático e os inúmeros agentes que interferiam em sua produção, procurando identificar como esse material era usado por professores e alunos nos diferentes espaços escolares, detectando as questões que envolveram o processo de ensino e aprendizagem do período.

Na produção de livros didáticos atuam vários agentes, começando pela figura do autor (ou autores) e do ilustrador (ou ilustradores), passando pelo diagramador, editor, etc. Como objeto da indústria cultural o livro didático estabelece uma maneira de leitura organizada por diferentes profissionais e não exatamente pelo autor da obra, como bem ressalta Chartier: “façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p. 126).

Ainda, conforme, Bittencourt (2009), o livro didático também é um “depositário dos conteúdos escolares”, base e estrutura privilegiados dos conteúdos dispostos pelas propostas curriculares; é por esse meio que são passados os saberes e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade

em determinado tempo. No processo de explicitação curricular, os autores de livros didáticos realizam uma transposição dos conhecimentos acadêmicos, desenvolvidos por meio de pesquisas, para o conhecimento escolar. Nesse procedimento, são criados padrões linguísticos e formas específicas de comunicação ao elaborar textos com fácil vocabulário, divididos entre capítulos, utilizando-se também de resumos e imagens.

Por fim, o livro didático, segundo Bittencourt (2009), é um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas têm demonstrado como textos e ilustrações de obras didáticas apresentam estereótipos e valores de grupos dominantes, universalizando temas como família, etnia, de acordo com os princípios da sociedade branca e elitizada. Nesse sentido, o livro didático ultrapassa a questão pedagógica, apresentando "implicações políticas, econômicas, ideológicas e teóricas" (CAIMI, 1999, p.28). Como alerta Caimi:

O autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc., os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Não há, pois, absoluta neutralidade e objetividade; ainda que se esforcem para evitar a parcialidade, não há como se desvencilhar totalmente desses condicionamentos (CAIMI, 1999, p. 43).

Deste modo, entende-se o livro didático como um produto de um grupo social, pelo qual, intencionalmente ou não, perpassam suas formas de pensar e agir, suas identidades culturais e tradições. Choppin evidencia tal aspecto:

Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas. (CHOPPIN, 1992, p. 19)

Outro aspecto a ser considerado é que, embora o livro didático possa estar em outros lugares de formação, ele é um objeto característico da escola, pois a sua existência e permanência só se justifica pela e na escola. O entendimento de que a escola carece de livros específicos se dá desde Comenius, que no século XVII, em *Didáctica Magna* (1985 [1632]), afirmou que a escola deveria ter um livro concebido especialmente para ela, para assim "manter longe da juventude todas as ocasiões de corrupção, como são as más companhias, as conversas grosseiras, as leituras frívolas e fúteis" (cap. XIV, § 17 apud MUNAKATA, 2016, p.122).

Outra referência importante em relação aos estudos sobre livros didáticos pode ser atribuída ao estudioso brasileiro Kazumi Munakata. Em sua tese de doutorado, defendida em 1997, o autor buscou descrever e analisar as práticas desenvolvidas por vários agentes que participam da produção do livro didático. Dessa forma, explorou a dimensão do mercado de livros didáticos no Brasil, e as relações entre Estado e mercado editorial, várias ações e reações desse processo. Além disso, Munakata explorou vários exemplos de livros didáticos da Argentina, Espanha, França e do Brasil, abordando elementos típicos da cultura escolar, como conteúdo das disciplinas escolares, exercícios e atividades, avaliações, ideologias, valores morais e de civilidade, cotidiano escolar, organização das práticas de ensino e aspectos estéticos dos materiais escolares.

Munakata (2016), a partir dos estudos que vem realizando, aponta o livro didático como artefato da cultura escolar, dispondo da possibilidade de se remeter a essa cultura utilizando o livro didático como fonte de investigação. De acordo com o autor, o conceito de cultura escolar refere-se não apenas a normas e regras, representações e símbolos, além dos conhecimentos dispostos, mas principalmente às práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas que geralmente ocorrem na escola.

Segundo Munakata (2016, p. 123), "o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou o que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização". Assim, os livros didáticos constituem-se enquanto um importante veículo de consolidação, produto das disciplinas escolares, de mudanças e de divulgação universal do conhecimento.

Deste modo, o livro didático é produto de uma determinada época, contemplando diferentes interesses; particularidades que fazem dele um objeto privilegiado para compreender as mentalidades e intencionalidades de um período histórico. Segundo Choppin, os manuais escolares participam do universo cultural e, portanto, se constituem como um testemunho escrito, ou seja, "representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências" (CHOPPIN, 2002, p. 13).

Dada a importância social destas obras e a complexidade que envolve os processos de produção, circulação e usos deste produto cultural, as pesquisas de e sobre livros didáticos requerem profundidade e comprometimento investigativo. Segundo Choppin (2004):

[...] escrever a história dos livros escolares - ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra - sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido (CHOPPIN, 2004, p. 561).

Em conformidade com os autores Batista e Galvão (2009), pretende-se compreender os livros e os textos didáticos como objeto de estudo, nas suas variadas dimensões; assim, analisar o conteúdo abolição da escravidão nos livros, considerando, nessa análise, e sempre que as fontes possibilitarem, as práticas e apropriações que asseguram a transmissão de conteúdo ou as mudanças e permanências acerca do tema nos textos. A partir disso, torna-se necessário compreender essa fonte de pesquisa.

Assim:

[...] é importante chamar a atenção para o fato de que, mesmo considerado como objeto de investigação, o manual escolar, ao ser pesquisado em qualquer momento de sua história, deve ser problematizado. Um dos maiores riscos das pesquisas que o analisam não o tomando apenas em sua transparência, mas considerando as especificidades acima esboçadas, é a de realizar um trabalho de natureza predominantemente descritiva. Por isso, a importância e a necessidade de se estabelecerem, como ponto de partida das pesquisas, perguntas centrais, questões fundamentais a que se buscam responder ao longo do trabalho. [...] (GALVÃO; BATISTA, 2009, p.20)

Ao analisar as fontes pretende-se realizar não apenas uma descrição dos textos das obras selecionadas, mas, a partir da análise de conteúdo, perceber como foi (é) abordado o conteúdo sobre abolição da escravidão após a promulgação da Lei Áurea, observando de forma mais específica quais são as abordagens sobre a Abolição. Desta maneira, a problematização do objeto de pesquisa é muito importante. Nesta pesquisa, os documentos históricos que foram analisados seguirão a proposta da análise de conteúdo, que consiste em analisar dados e explorar qualitativamente mensagens e informações. Tal metodologia faz parte do campo das ciências sociais, compreendendo teoria e prática investigativa. Assim, a análise de conteúdo constitui um procedimento de

análise de dados utilizado para descrever e interpretar o conteúdo de todo tipo de documentos e textos.

Para a análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (1977) temos as seguintes fases: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise das fontes tem como objetivo a organização de um *corpus* que é instituído por meio da escolha, ou seja, quais as obras que possuem maior representatividade no período proposto da análise documental. A partir disso, realizou-se um recorte do texto didático em unidades comparáveis de categorização para a então análise temática (abolição da escravidão).

Assim, ao preparar e organizar o material, a próxima fase, de análise propriamente, não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Já a terceira parte trata de analisar os resultados, o que foi encontrado sobre a temática no *corpus*, de que maneira o tema foi abordado e apresentado; por fim, a análise da mensagem impressa na narrativa. De acordo com Bardin (1977), é necessário também codificar o material.

A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...] (BARDIN, 1977, p.103).

A escolha dos textos deve corresponder de maneira pertinente aos objetivos da análise. A unidade de registro neste caso é a temática abolição, podendo ser uma frase, uma frase composta, um resumo ou um capítulo. De acordo com Bardin, “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os <<núcleos de sentido>> que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p.105).

Sobre a análise qualitativa, a autora nos diz que:

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis. [...] (BARDIN, 1977, p.115)

Desta forma, considera-se a análise qualitativa pertinente para essa investigação, pois pretende-se compreender abordagens sobre um acontecimento em específico - a Abolição - registrado em textos didáticos, com vista a perceber de que maneira o fato histórico foi abordado pouco tempo depois do seu acontecimento, em livros didáticos. Esta análise, realizada de maneira qualitativa, colabora no sentido de reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados em um estágio que vai além de uma leitura superficial do texto.

### 3.2 Dos acervos aos livros didáticos investigados

Para alcançar os objetivos propostos e tendo em vista as especificidades das fontes para a investigação, foi necessário investir na constituição do *corpus* documental. Portanto, uma questão inerente à realização de pesquisas que envolvem livros didáticos diz respeito à escolha, seleção e localização das fontes, pois por muito tempo houve uma dificuldade de acessar coleções de livros didáticos, “pela sua incompletude e sua dispersão [...], ou devido à grande quantidade de sua produção, a conservação das obras não foi corretamente assegurada” (CHOPPIN, 2002, p.8). No entanto, um exemplo de salvaguarda desses materiais são os acervos no âmbito da Universidade Federal de Pelotas, como se verá a seguir.

Em um primeiro momento, foi realizado o levantamento das fontes - livros didáticos de História que possuísem o conteúdo Abolição da escravidão - nos seguintes acervos: Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História (LEH/UFPEL)<sup>25</sup>; Centro de Documentação de História da Educação da Faculdade de Educação (CEDOC/UFPEL)<sup>26</sup>; e o Centro de Memória e pesquisa Hisales<sup>27</sup> (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares), assim como no Laboratório de ensino e material didático da USP (LEMAD), que disponibiliza livros didáticos de história digitalizados em seu site institucional<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> Site: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/>

<sup>26</sup> Site: <http://www.acervo.com.br/centro-de-documentacao-cedoc/>

<sup>27</sup> Site: <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/>

<sup>28</sup> Site: <http://lemad.fflch.usp.br/>

É importante destacar o papel desses acervos que têm contribuído significativamente para que as pesquisas que tomam o livro didático como fonte e objeto de pesquisa possam ser realizadas.

O Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História, vinculado ao departamento de História da Universidade Federal de Pelotas e ao Programa de Pós-graduação em História, foi constituído a partir de arrecadações, doações ou aquisições de livros didáticos de História, e atualmente conta com cerca de 1652 exemplares de livros didáticos da disciplina de História, datados desde o final do século XIX até os dias atuais, além de livros paradidáticos, revistas, coleções e outros impressos que veiculam parte significativa da história dessa disciplina escolar. O acervo também conta com exemplares de materiais relacionados às práticas de ensino-aprendizagem, como jogos didáticos.

O centro de memória e pesquisa Hisales (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares), é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Pelotas. Além da investigação na área da alfabetização, leitura e escrita, o centro de memória e pesquisa Hisales tem como um de seus objetivos fundamentais constituir acervos para manutenção da história e da memória da alfabetização.

O Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Cedoc), ligado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, foi criado em 2002 com o objetivo de reunir um grupo de pesquisadores da área de História da Educação. Enquanto centro de documentação procura recuperar a memória da história da educação regional preservando todo o tipo de material educacional e constituindo acervos documentais temáticos.

O Laboratório de Ensino e Material Didático-História (LEMAD) foi organizado no ano de 2008, a partir do Programa de Formação de Professores da USP, no processo das reformulações dos cursos de licenciatura, quando disciplinas, estágios e atividades passaram a ser de responsabilidade também dos cursos de graduação. Por meio das disciplinas, dos projetos de pesquisa e dos estágios supervisionados, o laboratório cumpre a função de incentivar, promover e difundir pesquisas e materiais educativos, na articulação entre universidade e instituições públicas de ensino. O laboratório dispõe de um acervo

de quatro mil livros, principalmente didáticos, produzidos desde o século XIX, e foi constituído por meio de doações. O site do LEMAD disponibiliza para o público em geral a lista do seu acervo bibliográfico, livros didáticos digitalizados, biografias de alguns autores de livros didáticos, entre outros materiais.

A busca nesses espaços foi fundamental para o êxito da proposta de pesquisa. O critério de seleção das obras que correspondem ao *corpus* investigado obedeceu a pelo menos quatro critérios: livros didáticos destinados à disciplina de História; livros didáticos publicados entre 1889 a 1930; publicações brasileiras; e livros que apresentassem conteúdo sobre a abolição da escravidão. Ao todo, foram 44 obras localizadas com tais características, nos quatro acervos indicados.

Para uma análise adequada do conteúdo e das circunstâncias de produção destas obras, optou-se por analisar apenas uma obra de cada autor, escolhendo sempre a edição mais antiga localizada. As obras selecionadas estão listadas no quadro 2, que segue:

**Quadro 2- Livros didáticos de História (edições mais antigas localizadas)**

| <b>Título</b>                                               | <b>Autor</b>                   | <b>Editora</b>                                        | <b>Ano</b> | <b>Edição</b> | <b>Local de Publicação</b> | <b>ACERVO</b> |
|-------------------------------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------------------------|------------|---------------|----------------------------|---------------|
| <b>História do Brasil</b>                                   | R. Villa Lobos                 | Comp. Typographica do Brasil                          | 1891       | 3ª            | Rio de Janeiro             | LEH           |
| <b>Lições de Historia do Brazil</b>                         | P. Raphael M. Galanti S. J     | Typographia da Industrial de São Paulo                | 1895       | 2ª            | São Paulo                  | LEH           |
| <b>Pátria</b>                                               | João Vieira de Almeida         | Casa Eclectica                                        | 1899       |               | São Paulo                  | LEMAD         |
| <b>Historia do Brasil</b>                                   | João Ribeiro                   | Livraria Cruz Coitinho de Jacintho Ribeiro dos Santos | 1900       |               | Rio de Janeiro             | CEDOC         |
| <b>Lições de Historia do Brasil</b>                         | Joaquim Manuel de Macedo       | Garnier                                               | 1905       |               | Rio de Janeiro             | LEMAD         |
| <b>Pequena Historia do Brazil por perguntas e respostas</b> | Joaquim Maria de Lacerda       | Livraria Francisco Alves                              | 1907       |               | BH/SP                      | LEMAD         |
| <b>Elementos de Historia do Brasil</b>                      | Feliciano Pinheiro Bittencourt | Livraria Francisco Alves                              | 1907       |               | Rio de Janeiro             | LEH           |
| <b>Historia do Brasil</b>                                   | Mario Bulcão                   | Typographia Magalhães                                 | 1910       |               | São Paulo                  | LEMAD         |

|                                                                    |                                    |                                                           |      |                 |                           |         |
|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------|-----------------|---------------------------|---------|
| <b>Resumo de Historia do Brasil</b>                                | José E. C de Sá e Benevides        | Livraria Francisco Alves                                  | 1911 | 7 <sup>a</sup>  | RJ/SP/BH                  | LEMAD   |
| <b>Epítome da Historia do Brasil</b>                               | Alfredo Moreira Pinto              | Livraria Francisco Alves                                  | 1911 | 10 <sup>a</sup> | SP/BH                     | LEMAD   |
| <b>Licções de Historia do Brasil</b>                               | Esmeralda Masson de Azevedo        | Papelaria Mecedo                                          | 1916 | 2 <sup>a</sup>  | Rio de Janeiro            | LEMAD   |
| <b>Pequena Historia do Brasil</b>                                  | Autor desconhecido (Coleção F.T.D) | Livraria Francisco Alves & Cia                            | 1918 | 4 <sup>a</sup>  | RJ/SP/BH                  | CEDOC   |
| <b>Historia do Brasil</b>                                          | Rocha Pombo                        | Weisflog Irmãos                                           | 1918 |                 | São Paulo /Rio de Janeiro | LEH     |
| <b>Alma brasileira</b>                                             | Assis Cintra                       | EDITORA PROPRIETÁRIA-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO | 1922 |                 | São Paulo                 | LEH     |
| <b>Historia do Brasil por perguntas e respostas</b>                | João Von Frankenberg               | Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & cia.               | 1925 | 6 <sup>a</sup>  | Porto Alegre              | CEDOC   |
| <b>Noções de Historia do Brasil</b>                                | Afonso Guerreiro Lima              | Barcellos, Bertaso & cia.                                 | 1925 | 3 <sup>a</sup>  | Porto Alegre              | LEH     |
| <b>Resumo da Historia do Brasil</b>                                | Maria G. L. Andrade                | Typ. Siqueira                                             | 1928 | Edição ampliada | São Paulo                 | LEMAD   |
| <b>História da Minha Terra</b>                                     | Jorge Sallis Goulart               | Livraria do Globo-Barcelos                                | 1928 |                 | Pelotas                   | HISALES |
| <b>Pequena Historia do Brasil : para uso das escolas primárias</b> | Mario da Veiga Cabral              | Jacinto Ribeiro dos Santos                                | 1930 | 7 <sup>a</sup>  | Rio de Janeiro            | CEDOC   |

Organização: autora, 2020.

Tratam-se de 19 obras de autoria de 19 diferentes autores, publicadas por diferentes editoras, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Dessas, quatro foram publicadas na última década do século XIX, quatro na primeira década do século XX, cinco na segunda década e seis na terceira década do mesmo.

Inicialmente realizou-se uma leitura exploratória das obras, seguida da interpretação dos textos e do estabelecimento de categorias de análise de

conteúdo, de modo a compreender as abordagens mais recorrentes no período investigado sobre a abolição da escravidão.

Num segundo momento, buscou-se compreender como os autores de livros didáticos do período (1889-1930) construíram narrativas sobre a abolição da escravidão, de modo a observar as semelhanças e diferenças entre as abordagens realizadas pelos autores durante o período analisado.

### **3.3 Perfil dos autores dos livros didáticos de História (1889-1930)**

Este subcapítulo procura traçar o perfil de cada um dos autores dos livros didáticos de História escolhidos para o corpus documental, com o objetivo de caracterizar o processo de intervenção de cada sujeito nessa produção; assim como estabelece semelhanças e diferenças entre os sujeitos, apontando, se possível, a que grupos sociais da época pertenciam e em quais institutos ou escolas lecionavam.

Para isso, apresenta-se a biografia e os dados encontrados acerca dos autores, informações as quais foi possível ter acesso por meio de pesquisas já desenvolvidas acerca dos mesmos. Os autores das obras analisadas serão apresentados pela ordem cronológica de publicação das suas obras, sendo eles: Padre Raphael Maria Galanti, João Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Lacerda, Feliciano Bittencourt, Mario Bulcão, José E.C de Sá e Benevides, Alfredo Moreira Pinto, Esmeralda Masson de Azevedo, Rocha Pombo, Assis Cintra, João Von Frankenberg, Afonso Guerreiro Lima, Maria G.L Andrade, Jorge Sallis Goulart e Mario da Veiga Cabral.

Padre Raphael Maria Galanti, teria sido o mais famoso escritor didático entre os jesuítas (BITTENCOURT, 2004). Lecionou em vários colégios jesuítas: Colégio dos Jesuítas de Desterro (Florianópolis), Colégio São Luiz de Itu (São Paulo), e no Colégio Anchieta de Nova Friburgo (Rio de Janeiro), onde deu aulas de história até ficar enfermo e vir a falecer (MENDONÇA, 2016).

De acordo com Mendonça (2016), o autor Padre Raphael Galanti nasceu na cidade de Ascoli-Piceno, na Itália, em 15 de novembro de 1840. No ano de 1860 ingressou na Companhia de Jesus e dedicou-se às viagens, estudos e a ensinar nos Colégios e Seminários da Companhia. Sua primeira obra, "Compêndio de História do Brasil", foi publicada em 1896, tardiamente visto que

em 1860 o padre assumira sua vocação na Ordem, e seis anos depois já lecionava no Colégio do Desterro (SC).

Além disso, como jesuíta italiano, o Padre Galanti percorreu o extenso solo brasileiro, tanto nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro como nas missões em comunidades indígenas da Amazônia. Publicou entre o final do oitocentos e 1913 inúmeros livros escolares, também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde publicou um artigo sobre a data do descobrimento do Brasil. Segundo Magno Santos (2019),

o padre jesuíta ficou conhecido no âmbito intelectual, pela sua produção de uma historiografia escolar. Em alguns estudos sobre a escrita da história brasileira, Raphael Galanti aparece como uma das principais referências na escrita da história escolar (MAGNO SANTOS, 2019, p. 47).

A produção historiográfica escolar de Galanti também foi enfatizada por Maria Lígia Conti (2011), ao analisar o tratamento dado à questão do negro nos livros didáticos produzidos no período do pós-abolição. Em âmbito comparativo com as demais obras do período, Conti enfatiza o caráter inovador desta, no que diz respeito ao uso de documentos históricos. Na assertiva de Conti, o "autor esclarece, de forma bastante convincente, questões sobre as quais outros autores passam à margem ou dão informações que ele corrige, indicando fontes documentais" (CONTI, 2011, p. 90). Ainda de acordo com a autora,

Italiano, branco. Padre jesuíta, foi professor e autor de diversas obras reconhecidamente relevantes. Galanti apresenta uma obra extensiva e sua habilidade na escrita é impressionante. O autor, ao longo de suas narrativas conduz o leitor a sentir com ele suas emoções. Seu discurso é bastante religioso em muitos momentos. Defende-se com excelente argumentação de autores que o procederam, como Varganhagem, por exemplo, fazendo bom uso da vantagem de ser "posterior" àqueles que foram "agressores" dos jesuítas. Bastante didático - talvez o mais didático de todos os autores aqui consultados, explica, ilustra, exemplifica cada questão que possa parecer difícil ao seu leitor. Contudo, a obra está impregnada com sua religiosidade e as características circunstanciais que o cercam - trata-se de um jesuíta, educador, europeu, idoso, lecionando em salas de aula em escolas clássicas (CONTI, 2011 p. 90).

Já a autora Antônia Terra de Calazans Fernandes (2017), ao realizar seu estudo acerca de livros escolares e autores, insere Galanti entre os escritores e professores do início do século XX que utilizavam de sua experiência em sala de aula para escrever os livros escolares. Ainda de acordo com a autora, ele não teria sido o único, alguns professores de história que utilizaram do mesmo

método foram: Luís de Queirós Mattoso Maia, Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Álvares Pereira Coruja.

Deste modo é preciso refletir sobre os escritos históricos do padre, autor e intelectual Galanti, observando que nos livros escolares está contido o processo do conhecimento histórico do autor que perpassa também a sua atuação no IHGB e na Casa da Memória Nacional, lugar privilegiado nos embates atinentes ao campo da pesquisa histórica no país. Galanti tornou-se conhecido, pelo menos no meio educacional, por conta dos livros de sua autoria.

João Ribeiro, como muitos intelectuais de seu tempo, atuou em diversos setores da vida cultural, tendo sido jornalista, filólogo, ficcionista, folclorista, diretor de almanaques e professor. O seu egresso no Colégio Pedro II foi um fator importante para que ele pudesse se credenciar como autor de livros didáticos. Prestou concurso para professor de Português nesse colégio no ano de 1887, mas foi nomeado em 1890 para a cadeira de História Geral, assumindo nos anos 1890 também a cadeira de História do Brasil. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, membro do IHGB, jornalista, crítico literário, poeta, artista plástico e tradutor de livros didáticos.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em Itaboraí, Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1820, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 1882. Era filho do casal Severino de Macedo Carvalho e Benigna Catarina da Conceição. O autor transformou-se num dos dirigentes imperiais por meio do exercício de inúmeras atividades, destacando-se as de professor e escritor. Foi um autor que ficou muito conhecido pelas suas publicações didáticas, nas quais permaneceram por muitos anos sendo utilizados nas escolas

O ano de 1844 marca de modo significativo a dupla jornada de Macedo na Corte. Ele defende sua tese concluindo o curso de Medicina; mas antes mesmo de sua colação de grau, publicaria "A Moreninha", seu primeiro romance. O sucesso da obra acabou contribuindo para que Macedo desistisse de sua carreira como médico, logo de início. Porém, o encerramento do ofício de médico não significou a dedicação exclusiva ao ofício de escritor.

Na sociedade imperial, os "homens de letras" assim identificados, recebiam inúmeras atividades e atribuições. Desse modo, Macedo foi um homem de múltiplas atividades: escritor, jornalista, professor, político, membro de associações e sociedades científicas e culturais. Por meio de folhetins,

contos, crônicas, poesias, Macedo esteve presente, desde cedo, na imprensa periódica da Corte, colaborando em jornais e revistas.

Sua participação na política se deu em diferentes ocasiões e, por mais que não estivesse entre as atividades que mais lhe interessassem, Macedo foi deputado provincial e geral pelo Partido Liberal, em diferentes ocasiões (1864/66, 1867/68 e 1878/81). Segundo Mattos (1993, p.15):

[...] Teve a oportunidade então de reafirmar a sua adesão irrestrita à Monarquia constitucional, augurando que o governo tivesse a capacidade de realizar as reformas necessárias - jurídica, eleitoral, administrativa -, que "abririam o caminho seguro em direção à libertação dos escravos, isto é, sem os riscos da luta entre os partidos políticos e da conflagração social (MATTOS, 1993, p. 15).

Macedo, com menos de vinte e cinco anos de idade se tornou membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1848 foi eleito segundo Secretário, depois, em 1851, primeiro secretário e membro da Comissão de Trabalhos Históricos, recebendo a tarefa de apresentar os relatórios anuais nas sessões magnas. Em fins de 1857 foi eleito orador efetivo, cargo que ocupou por cerca de vinte e cinco anos. No que se refere à historiografia, o autor escreveu muito pouco como historiador (MATTOS, 1993). O autor teria se distinguido na história como professor do Colégio Pedro II, era muito ligado à família imperial e teria sido professor das princesas D. Isabel e D. Leopoldina (MATTOS, 1993).

Joaquim Maria de Lacerda foi “um autor religioso de variadas obras para o ensino elementar produzidas na década de 1880” (BITTENCOURT, 2004, p. 489). Nasceu em 1838, na cidade do Rio de Janeiro, e faleceu no ano de 1886, em Paris. Foi advogado, literato, professor e escritor, teve uma grande atuação no final do século XIX e possuía várias obras destinadas ao ensino primário, principalmente com ênfase nas áreas de História e Geografia. Além desses livros escreveu obras de matemática como “Arithmetica da Infancia” (1890).

Feliciano Bittencourt teria sido Lente<sup>29</sup> catedrático da Escola Normal da Capital Federal, onde lecionou Pedagogia. Além desta instituição ele lecionou em diversos colégios, foi professor de História e Geografia do Instituto Comercial; diretor da Escola Primária do Sexo Masculino de 2º grau, onde também lecionou as disciplinas de Ciências Físicas e História Natural. Além de ter sido membro

---

<sup>29</sup> Lente era um termo utilizado no passado para denominar professor universitário. Tratavam-se de docentes com a categoria de Professor Catedrático, que corresponde ao topo da carreira universitária.

do Conselho Superior de Instrução Pública da Diretoria Geral de Instrução Pública (SILVA, 2013).

O autor ainda fez parte de associações e sociedades científicas culturais, dentre elas, foi membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de primeiro secretário, em 1890. No Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ocupou o cargo de segundo secretário e, no ano de 1895, integrou a comissão de pesquisas em etnografia e arqueologia do Brasil (SILVA, 2013). Além da obra Elementos de História do Brasil (1907), o autor ainda produziu outras, tais como: Resumo de História Geral e do Brasil (1900), Compêndio de Geografia Geral (1907), Compêndio de Pedagogia Escolar (1908), Compêndio de Corografia do Brasil (1909).

Dr. Feliciano Bittencourt formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi professor do Liceu de Artes e Ofícios e do Colégio Pedro II, sendo responsável pela cadeira de História e Corografia. O autor abordou inúmeros temas em sua carreira como escritor: medicina, higiene, história, antropologia e evolucionismo (CARULA, 2013).

Mario Bulcão foi inspetor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, diretor do Ginásio de Campinas e do Ateneu Paulista, -Lente de Frances e de Italiano no mesmo Ginásio, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade de Psicologia de São Paulo, e professor de diferentes colégios de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Outras obras escritas pelo Dr. Mario Bulcão foram: Primeiro Livro da Vida Infantil, Segundo Livro da Vida Infantil, Terceiro Livro da Vida Infantil, Quarto Livro da Vida Infantil, Educação Cívica, História do Brasil.

José Estácio Corrêa de Sá e Benevides foi professor de História da Escola Normal de São Paulo, atuando na docência entre os anos de 1880 e 1914, com formação de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas. De acordo com Fernandes (2017), o professor E.C. de Sá e Benevides teria se sentido motivado a escrever as aulas que ministrava no formato de material didático, assim como Joaquim Manuel de Macedo, Luís de Queirós Mattoso Maia e Raphael Maria Galanti, professores de história que transformaram as suas escritas didáticas em livros escolares.

Segundo Circe Bittencourt (2004; 2008), no século XIX e ao longo do XX, este era um fato decorrente, muitos professores costumavam organizar suas

lições em obras para posteriormente serem publicadas. Isso pode ser explicado a partir da expansão das escolas públicas e dos convites feitos aos educadores das novas instituições, pelas editoras, para serem autores de livros didáticos. "Esse foi o caso do professor Benevides, com longa experiência no magistério. Já lecionava na Escola Normal há mais de vinte anos, quando se empenhou na escrita de suas lições de história" (FERNANDES, 2017, p. 10).

Para o ensino de história publicou as seguintes obras: Lições de História da Civilização (1903); Lições de História do Brasil (3 edição, 1912); Resumo de História do Brasil (7ª edição, 1911). Ainda de acordo com Fernandes (2017), o autor publicava seus escritos também em revistas destinadas aos educadores.

Alfredo Moreira Pinto (1847-1903) escreveu 15 livros voltados para a Geografia (entre 1873 e 1909), com 48 reedições, incluindo livros destinados ao ensino secundário, livros de consultas/paradidáticos, e livros de Geografia das províncias. Formou-se como Bacharel em Letras (Colégio Pedro II); ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas não concluiu o curso. Atuou como professor de Geografia e História (curso preparatório anexo à Escola Militar da Corte); foi sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto dos bacharéis em Letras; e escreveu para jornais que circularam no período. (ANGELO; ALBUQUERQUE, 2019). Também foi autor do Dicionário Geográfico do Brasil e professor jubilado de História e Geografia na Escola Militar da Capital Federal.

Dentre os autores listados destacam-se também a trajetória de duas mulheres. A primeira, Esmeralda Masson de Azevedo, sobre a qual Santos (2017) afirma que:

foi uma importante professora do ensino primário do Rio de Janeiro ao longo da Primeira República. Ela tornou-se uma das mais proeminentes autoras de livros escolares para crianças, voltados para diferentes disciplinas como Aritmética, Geografia, Corografia e História (SANTOS, 2017, p. 204).

Esmeralda Azevedo realizou sua formação na Escola Normal Livre do Rio de Janeiro. De acordo com Magno Santos (2017, p. 208), tal instituição era "tida como o centro irradiador do método intuitivo e da modernização da educação brasileira". A Escola Normal Livre do Distrito Federal era uma instituição escolar que estava em destaque na capital federal, de modo que eram realizadas exposições de suas festas cívicas e resultados de suas avaliações.

Esmeralda Azevedo atuou como docente por mais de 30 anos em instituições públicas e primárias. Além de ser professora, conciliava sua prática docente com atividades de administração educacional na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal e também no Conselho Superior de Instrução do Rio de Janeiro (SANTOS, 2018).

A segunda mulher que compõe o corpus da análise é Maria Guilhermina Loureiro de Andrade(1839-1929), a mesma era luterana, professora, tradutora e escritora. A respeito de sua formação, Chamon (2005) afirma que não encontrou fontes que permitisse identificar a escola onde estudou ou seus professores, mas indica que Maria Guilhermina teria sido instruída por sua própria mãe, professora de meninas. Deste modo, sua formação teria se dado em um ambiente familiar, já que eram poucas as mulheres que na primeira metade do século XIX teriam acesso à instrução primária.

De acordo com a tese "Maria Guilhermina Loureiro de Andrade nas redes do Kindergarten" (2018) de Vinicius de Moraes Monção, Maria Guilhermina seguiu um movimento característico de algumas mulheres que buscaram formação profissional no exterior, na segunda metade do século XIX. A professora teria ido em companhia de sua mãe, Dona Leonor, para a cidade de Nova York, nos Estados Unidos, em busca de aperfeiçoamento profissional. No Colégio Andrade, a autora exerceu a docência e identificou as fragilidades no cenário educativo carioca e, por causa deles, viu a potencialidade em investir na sua formação de modo a disputar espaço no concorrido comércio educativo da Corte. Atuou também nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. "Maria Guilhermina apropriou-se do magistério, enfrentou limites sociais impostos ao sexo feminino e inscreveu seu nome na história da educação brasileira" (DE MORAES MONÇÃO, 2018, p.196).

José Francisco de Rocha Pombo nasceu em 4 de dezembro de 1857 em Morretes, no Paraná, e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1933. Era filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica da Rocha. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Aos dezoito anos teve sua primeira experiência na área da educação, substituindo seu pai, ensinando primeiras letras no Anhaia, subúrbio da sua cidade natal. Trabalhou em diferentes áreas além da educação, atuando como jornalista, poeta e historiador.

Rocha Pombo era uma pessoa envolvida com a política do seu tempo. Ao voltar para seu estado natal, Curitiba, fundou e dirigiu, em 1879, o jornal “O Povo”, no qual fez campanhas abolicionistas e republicanas. Ao lado de João Ribeiro e Preto do Couto, republicanos convictos, Pombo via os sinais do progresso no fim da monarquia e na ascensão do regime republicano. Sua colaboração se estendeu a outros órgãos da então província, pela qual foi eleito deputado provincial em 1886 pelo Partido Conservador.

Rocha Pombo ingressou por concurso público no Colégio Pedro II, também lecionando na Escola Normal do Rio de Janeiro, como já citado anteriormente. Foi membro do Instituto Geográfico e Brasileiro e terceiro membro da 39ª cadeira da Associação Brasileira de Letras (ABL), mas não chegou a ser empossado. Pombo era conhecido como historiador dedicado ao estudo da formação da nacionalidade brasileira. Para escrever os seus livros serviu-se de materiais levantados e publicados por outros historiadores (GOMES, 1999).

No Rio de Janeiro ele iniciou sua carreira como “historiador”, com a publicação de sua primeira obra didática “História da América” (1900). Essa obra foi fruto de um trabalho escrito para um concurso promovido pelo IHGB, o qual ele venceu, ganhando uma premiação em dinheiro e a publicação da mesma. Ainda em 1900, publicou outro trabalho de caráter historiográfico, “O Paraná no Centenário”. Em 1905, publicou o primeiro dos dez volumes de “História do Brasil”, considerada uma das mais vastas e completas obras do gênero, e com certeza sua mais importante obra historiográfica, pela sua abrangência e pelo rigor em sua produção (OLIVEIRA, 2015).

Rocha Pombo lamentou que na “História do Brasil” utilizou poucas fontes primárias, pela impossibilidade de ir até Portugal e Espanha, onde estariam a maior parte dos documentos oficiais. Sua produção está sobretudo em fontes secundárias compostas por monografias, dissertações, teses e diversas obras já escritas em variados momentos de nossa história, além das revistas publicadas pelo IHGB.

As obras didáticas de Rocha Pombo foram permeadas pelo ideal proposto pelo IHGB, escritas especialmente para a educação da elite que constituía o núcleo favorecido pela instrução do período. Um legítimo representante da elite, Rocha Pombo, como professor no Colégio Dom Pedro II, contou, por este motivo,

com uma legitimação para suas obras didáticas, o que facilitou sua aceitação e difusão.

Francisco de Assis Cintra foi jornalista, crítico literário, historiador, filólogo e professor. Nasceu em Bragança Paulista, pequena cidade do Estado de São Paulo, em 13 de março de 1887. Pertencia a uma família constituída, inicialmente, por agricultores e fazendeiros. Casado pela segunda vez, com Eponina Leite de Moraes, não deixou filhos e faleceu em 28 de junho de 1953.

Ainda nos anos 1910, por meio de uma herança inesperada, Assis Cintra viajou à Europa com Silveira Brasil, também historiador. Naquele tempo a viagem à Europa representava, sobretudo, condição de prestígio social e possibilitou ao escritor percorrer a Torre do Tombo e o Arquivo de São Bento, em Portugal, a Biblioteca do Escorial, em Madrid, a Biblioteca do Vaticano, e a de Paris e Amsterdã, onde teria encontrado documentos que, segundo Cintra, desmentiam a História do Brasil contada.

Segundo Machado (2004), Assis Cintra atuava enquanto historiador, mas sua escrita se aproximava de uma dramatização teatral e da construção de um personagem para si, a ser oferecido ao público leitor, evidenciando uma forte proximidade entre história e literatura.

Entre os anos 1914 e 1917, residindo no Rio de Janeiro, exerceu diversas atividades. Desempenhou o cargo de revisor no jornal *Correio da Manhã* e foi secretário e docente de História e Português no *Anglo Brazilian School* (Colégio Anglo-Americano), além de ter lecionado na Faculdade de Odontologia e Farmácia do Rio de Janeiro. Durante a sua estada no Rio de Janeiro, Cintra estabeleceu relações com membros do IHGB, tais como Ramiz Galvão e Vieira Fazenda. Nos anos 1910, Assis Cintra já estava envolvido com a imprensa e a história, levantando documentos nos arquivos do Brasil e do exterior (MACHADO, 2004, p. 27).

Publicou uma surpreendente quantidade de livros em importantes editoras, além de escrever centenas de matérias nos principais jornais da época. Sua primeira obra foi publicada pela Editora Monteiro Lobato, em 1920, outras se seguiram pelas mais diversas: Weiszflog (Melhoramentos), Leite Ribeiro, Globo, Record, Civilização Brasileira, Renascença, Imprensa Nacional, J. Magalhães, Mayenca, Francisco Alves, Editora Nacional, Civilização Brasileira, Unitas, Guanabara, Calvino Filho, Pongetti, Andersen, Recor, J. Fagundes,

Melhoramentos, Cruzeiro do Sul, Renascença, Cupolo, Castella & Niccolis, Schetino, Scientifica, Rodrigues e J. R. dos Santos.

De acordo com Machado (2004), o material escrito por Assis Cintra se distingue em três principais momentos ou etapas de seu trabalho intelectual, relacionados à História. A primeira etapa compreende o início da década de 20, quando este se posiciona como um historiador/pesquisador. Um segundo momento, após 1930, também escrevia biografias e não se considerava mais como um historiador. No terceiro momento de sua vida como escritor, esteve voltado para a redação de manuais escolares e civismo, como “Pequenas Histórias e Alma Brasileira”. Assis Cintra investe no mercado editorial didático acreditando que se suas histórias marginais encontravam mercado receptivo, os livros didáticos teriam um público ainda maior. “Enquanto professor da Escola Normal de São Paulo encontrou lacunas pelas quais os livros didáticos preenchiam as necessidades de um mercado editorial ascendente” (MACHADO, 2004, p. 104).

João Von Frankenberg foi um autor e professor gaúcho, sobre o qual não há pesquisas mais aprofundadas. Suas obras circularam no estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República e muitas delas foram adotadas no ensino público escolar. No acervo do LEH e CEDOC foram encontradas várias edições do livro “História do Brasil por perguntas e respostas”, mas infelizmente nenhuma delas traz informações a respeito do autor e de sua trajetória.

Afonso Guerreiro Lima (1870-1959) era professor, diplomado pela Escola Normal de Porto Alegre. Destacou-se no magistério gaúcho, foi diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul e do Anuário Indicador do RS. Foi também membro da Sociedade de Ensaio Literários do IHGRS e da Sociedade Rio Grandense de Educação. Lecionou no Instituto de Educação de Porto Alegre, local onde se aposentou (MARTINS, 1978).

O professor Afonso Guerreiro Lima atuava na Escola Complementar e fez parte de um grupo de professores que viajaram a Montevideu, no Uruguai, com o objetivo de estudar os métodos de ensino adotados nas escolas públicas. O grupo foi designado pelas autoridades gaúchas, liderado por Alfredo Clemente Pinto e era composto por Lima e pelas professoras Ondina Godoy Gomes, Georgina Godoy Moritz, Marieta de Freitas Chaves e Florinda Tubino. A viagem, ocorrida no ano de 1913 ao Uruguai teria possibilitado à Afonso Guerreiro Lima

e aos demais educadores registrarem suas impressões acerca das visitas realizadas nas escolas uruguaias e de certo modo havia uma idealização da comissão rio-grandense ao modelo uruguaio de ensino (MICHEL; ARRIADA, 2017).

Jorge Sallis Goulart, nascido em Bagé, filho de Virgílio da Silveira Goulart e de Jandira Salis Goulart. Ainda menor de 15 anos foi estudar no Ginásio Pelotense, em Pelotas; bacharelou-se em Direito, na mesma cidade, em 1922. Dirigiu três jornais: “Jornal da Manhã” (1922-1925), “Diário Popular” e “Diário Liberal”. Entre os anos de 1924 e 1925 desempenhou a função de professor na Escola Prática de Comércio, na Faculdade de Direito e no Ginásio Pelotense. Casou-se em Rio Grande, em 1923, com Walkyria de Araújo Neves, poeta.

No início da década de 1920, Sallis Goulart estreou na literatura através da poesia, que na época era o estilo de maior prestígio no campo literário brasileiro. Para se inserir no campo dos intelectuais e ser legitimado, Jorge Salis Goulart adotou uma estratégia de legitimação no campo literário seguindo os padrões intelectuais vigentes de inculcar o sentimento do nacionalismo nos cidadãos.

Na trajetória do escritor, outro aspecto interessante é a sua participação nas redes de relações das quais faziam parte escritores que estavam mais próximos do Rio de Janeiro, considerado "centro" do campo intelectual brasileiro, o que lhe permitia desfrutar de certa visibilidade em jornais e revistas da capital federal. É por meio dessas redes, também, que buscou ser inserido no campo literário nacional e se consolidar, recebendo reconhecimento dos demais intelectuais do campo (MARTINS, 2011).

Em 1931, na política, participou da Comissão Executiva do PRR de Pelotas, sendo também inspetor de Instrução Municipal. Nesse cargo, teve participação significativa na reforma educacional pelotense.

O autor teria dado início à sua produção didática e à escrita de livros com temas científicos só a partir da década de 1920:

À medida que o campo intelectual brasileiro se modificou ao longo da década de 1920, também se transformaram os padrões de legitimidade intelectual. A poesia perdeu seu espaço e o centro do campo intelectual foi transferido do Rio de Janeiro para São Paulo. Estas transformações se refletiram na carreira e influenciaram o percurso de Salis Goulart, que migrou da poesia para o temas 'científicos' dedicando-se ao ensaísmo sociológico. Outra adaptação de Salis Goulart ao novo cenário intelectual que se configurava em meados da década de 1920,

após a ruptura política dentro do campo intelectual com os modernistas de São Paulo, foi voltar sua atenção e focar seus esforços na busca pela consagração no âmbito regional. Nesse contexto, firmava-se uma linha editorial da Livraria do Globo de valorização dos escritores locais e dos temas regionalistas. A publicação de *A formação do Rio Grande do Sul* (1927), que foi a primeira tentativa de aplicar métodos e conceitos da sociologia no estudo sistemático da história do Rio Grande do Sul, garantiu a Salis a entrada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituição que desfrutou da hegemonia da produção historiográfica na primeira metade do século XX (MARTINS, 2011, p.136 -137).

No estudo de Jefferson Martins (2011) é percebível que não se tratava de uma tarefa fácil tornar-se um intelectual de sucesso e consagrado na área de ciências como era na literatura, em locais fora do "centro" Rio de Janeiro e São Paulo. Era preciso participar dessas redes de relações com os intelectuais da época e, além disso, muitas vezes, entrar para o meio político para alcançar êxito em seus escritos e obras.

Mario Vasconcelos da Veiga Cabral nasceu no ano de 1894, no Distrito Federal, e faleceu em 1969. Sua formação em engenharia e geografia, no Colégio Militar, possibilitou que se tornasse docente do Ginásio 28 de setembro, no Liceu Rio Branco e no Instituto de Educação. Foi autor de livros didáticos referentes a Geografia, História do Brasil e livros de leitura, alcançando marcas significativas em relação à longevidade, atingindo, algumas vezes, após sucessivas reedições, vários estados do país.

Ainda, de acordo com Silva (2014), o seu sucesso profissional teria advindo da publicação de obras didáticas:

Para autores como Mario da Veiga Cabral, escrever livros didáticos parece ter constituído uma profissão e não mais como uma de muitas "especialidades literárias". Sua especialidade era exatamente esta, escrever livros didáticos, daí veio seu renome e projeção como professor, e não o contrário, como João Ribeiro, Luís Queirós Mattoso Maia, dentre outros (SILVA, 2014, p.163).

É por meio dos livros didáticos que tal autor ficou conhecido, e embora não fosse um especialista na área de História ou tivesse formação docente, ele destacava-se no meio didático. Conforme Silva (2014), a escrita e a publicação de um livro didático era uma tarefa árdua e estava dentro de um campo social repleto de embates e disputas em diversas instâncias: políticas, sociais, de mercado; assim como escrever um livro didático não apresentava o mesmo significado para todos.

Na lista de autores das obras selecionadas para a análise de conteúdo há alguns nomes famosos da literatura, da vida política e cultural do final do século XIX e início do XX. Muitos deles acabaram atuando como literatos, políticos, jornalistas e médicos, ocupando diferentes espaços da sociedade. Além de exercer a docência, esses sujeitos acrescentaram em seus currículos a escrita de livros didáticos.

Uma rápida observação sobre a trajetória dos autores permite compreender as relações estabelecidas, de muitos destes, com o poder do Estado, ou em atividades político partidárias, como é o caso de João Ribeiro, Rocha Pombo e Jorge Sallis Goulart. Assim, a biografia de cada um dos autores listados permite traçar um perfil acerca dos mesmos, sendo homens e mulheres pertencentes à elite intelectual e política da nação.

Muitos destes autores de livros didáticos se destacaram como secretários do IHGB, ou membros do instituto, como: João Ribeiro, Feliciano Bittencourt, Mario Bulcão, Rocha Pombo, Joaquim Manuel de Macedo, Padre Raphael Galanti Afonso Guerreiro de Lima e Jorge Sallis Goulart (nestes dois últimos casos, o IHGRS). Alguns deles também faziam parte do Colégio Pedro II: João Ribeiro, Feliciano Bittencourt e Rocha Pombo. Ainda, no caso de Assis Cintra, estabeleceu relação com o IHGB mesmo sem ser um membro efetivo.

Os vínculos dos autores de livros didáticos com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com o Colégio Pedro II permite notar as influências provenientes destas instituições de ensino do Império, que acabaram influenciando a escrita de suas narrativas históricas em livros didáticos. Dentre eles, destacam-se intelectuais que, ao exercerem seu ofício de professor, utilizavam-se de seus escritos, anotações e planejamentos para dedicar-se à produção de materiais didáticos, a fim de instruir outros professores. Esse foi o caso de: João Ribeiro, José E.C Benevides e Padre Raphael Galanti, dentre outros.

Durante a primeira República, podemos listar um número significativo de autores que exerciam cargos de inspetores de instrução, inspeção educacional, conselhos ou diretorias como, por exemplo, Esmeralda Masson de Azevedo, Afonso Guerreiro Lima, Jorge Sallis Goulart e Feliciano Bittencourt. Embora muitos deles tivessem produzido obras pouco conhecidas e com edições limitadas, algumas conseguiram se sobressair tendo importante circulação.

É importante frisar que muitos desses sujeitos se tornaram autores de livros didáticos em razão de serem membros do IHGB ou professores do Colégio Pedro II. Segundo Bittencourt (2004), as primeiras editoras tinham como estratégia a aproximação com o Estado e isso poderia se dar pela escolha de seus autores, o critério de seleção estava pautado em uma dependência política. Ou seja, textos, cartilhas, livros, precisavam ser aprovados pelo Estado e também pelo crivo do IHGB. Portanto, entende-se a preferência por autores provenientes desses espaços.

Outro aspecto a ser considerado é o de que o conhecimento no Brasil na primeira República não estava por completo uniformizado, prevaleciam as influências culturais e científicas advindas da Europa. E os dados apresentados acerca dos autores Assis Cintra e Maria G.L. Andrade indicam, além da sua formação acadêmica, essa aproximação com os grandes centros internacionais do mundo científico e cultural.

Além disso, persistia ainda a influência dos padres jesuítas no ensino nesse período. Segundo Bittencourt (2004), a contribuição do setor católico para a literatura escolar ocorreu com a vinda dos irmãos maristas que instalaram a editora FTD no Brasil, publicando obras como “Pequena História do Brasil” (1918), que não possuíam autoria explícita na obra, mas que, ao que tudo indica, teriam sido escritas pelos jesuítas. Entre os católicos destacam-se também os jesuítas Padre Raphael Maria Galanti e Joaquim Maria Lacerda, que publicaram no final do século XIX.

Ao traçar o perfil dos autores de obras didáticas é possível realizar uma maior reflexão acerca da função do autor nesta produção específica, e neste corpus documental. Alguns autores não foram descritos devido à falta de informações a respeito de suas trajetórias, é o caso de R. Villa Lobos e João Vieira de Almeida. Do mesmo modo, uma das obras não indica autoria, sendo preciso discutir e conhecer mais sobre a edição da mesma. A história do livro didático mostra as mudanças e interferências que esse objeto sofreu ao longo do tempo, assim como aponta os diferentes sujeitos envolvido na produção, edição e ilustração do mesmo. Deste modo, serão abordados no próximo capítulo os demais aspectos que envolvem estas obras didáticas, ao analisar-se as narrativas sobre a Abolição presentes nelas.

#### **4 A Abolição da escravidão na historiografia didática**

Neste capítulo, a partir das edições mais antigas de cada autor localizadas nos acervos investigados, realiza-se a análise dos textos acerca da Abolição, identificando quais foram as abordagens privilegiadas sobre esse acontecimento histórico. Para a aplicação da análise de conteúdo foi preciso deter-se também na produção subsequente sobre a Abolição da escravidão, especialmente como parâmetro para a elaboração das categorias de análise.

Uma referência clássica sobre a Abolição da escravidão é a obra de Joaquim Nabuco intitulada “O abolicionismo”, publicada em 1883. O autor, em sua obra, preocupava-se em obter simpatizantes à causa abolicionista, porém suas ideias restringiam-se apenas aos proprietários de escravizados. Para Nabuco, tal assunto não caberia aos escravizados, o movimento em prol da libertação deveria ser negociado entre os proprietários de escravizados e seus pares políticos e sociais. Desta maneira, a liberdade deveria ser concedida aos negros, pois eles seriam “incapazes” de obtê-la sem prejudicar a ordem social vigente na época (NABUCO, 2012).

Ainda, Nabuco argumentava que o legado da escravidão para os escravizados seria a incapacidade de lutar pela sua liberdade e de exercê-la. No entanto, ao apontar a violência da escravidão e os castigos sofridos pelos escravizados, se opunha à outra visão em voga no período, de que no Brasil a escravidão caracterizava-se pela benignidade de seus senhores.

Para Joaquim Nabuco, as manifestações contra a escravidão remontam ao ano de 1879, quando, por meio de seu ingresso na imprensa e na política, segundo ele, teria sido um dos precursores do movimento no Brasil. Entretanto, o movimento abolicionista é anterior a 1879 e a Joaquim Nabuco. Associações e grupos antiescravistas remontam às vésperas da lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico ultramarino de escravos em 1850, e manifestações coletivas contra a escravidão cresceram na segunda metade dos anos 1860, antes da Lei do Ventre Livre (ALONSO, 2014, p. 117).

Segundo Ângela Alonso (2014), quem teria primeiro explicado a Abolição teriam sido os próprios abolicionistas, os quais em seus discursos na imprensa

e memórias fizeram surgir fatos, líderes e datas importantes do abolicionismo. Entre esses destacavam-se, além de Joaquim Nabuco<sup>30</sup>, José do Patrocínio<sup>31</sup>, Duque Estrada<sup>32</sup> e Evaristo de Moraes<sup>33</sup>.

Após a década de 1930 é publicada pelo sociólogo Gilberto Freyre a obra “Casa Grande e Senzala”, que fez consolidar o mito da democracia racial, uma vez que teria formulado a ideia de uma visão harmônica da convivência entre as diferentes raças (negra, indígena e branca) no Brasil. Ao desenvolver sua obra, o autor trata sobre a contribuição de cada uma dessas raças na formação da família brasileira, sob regime da economia patriarcal. A obra, de início, esclarecia a relação entre senhores e escravizados, mas atribuía a mesma um caráter de passividade, no qual os escravizados nada haviam feito em prol de sua liberdade, contribuindo para a ideia de uma Abolição realizada pelo próprio Império.

Contudo, de acordo com Alonso (2014), Nabuco teria permanecido como referência ao assunto Abolição, até mais ou menos os anos 1950, seja pela sua participação política no parlamento ou pela riqueza de seu arquivo pessoal. Entretanto, a partir dos anos 1960 a Escravidão e Abolição acabaram se tornando objeto de muitos estudos acadêmicos, dando-se outros enfoques ao fato histórico.

Após a década de 1960, a sociedade escravocrata passou a ser entendida como um mundo dirigido pelos interesses dos senhores, no qual a exploração e a dominação dos escravizados tinham a violência como marca, pois a repressão seria a principal maneira de controle social. Autores como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Emília Viotti e, de forma protagonista, os membros da Escola Sociológica Paulista, deram à escravidão e aos escravizados um novo olhar: da ruptura total na sistemática da escravidão.

---

<sup>30</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro. Na política atuou em favor da Abolição no Brasil, publicando também uma obra a respeito do assunto denominada “O Abolicionismo”.

<sup>31</sup> José Carlos do Patrocínio foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes dos movimentos Abolicionista e Monarquista no país.

<sup>32</sup> Joaquim Osório Duque Estrada foi um poeta, crítico literário, professor e ensaísta brasileiro. Ficou conhecido pela sua atuação na imprensa brasileira e pela autoria do Hino Nacional Brasileiro.

<sup>33</sup> Evaristo de Moraes foi rábula, professor e advogado.

De acordo com Robert Slenes (2011, p. 36), essa mesma historiografia, que nas décadas de 1960 e 1970 pôs fim à ideia de uma escravidão brasileira “branda” ou “benigna”, dos senhores de escravizados “benevolentes”, não deu conta de perceber a capacidade dos escravizados de formarem suas famílias estáveis, e menos ainda em defendê-las.

A Abolição da escravidão pode ser explicada por diversas linhas de pesquisa. Entre elas a linha marxista, que evidencia tal acontecimento a partir da dinâmica peculiar do capitalismo brasileiro e de sua expansão, que exigiria naquele dado momento histórico um mercado de trabalho livre. Tal contradição estrutural capitalismo-escravidão afirmaria a necessidade da Abolição, na qual importaria aos agentes. Nessa perspectiva temos o clássico “Da senzala a colônia”, de Emília Viotti (1966), no qual o movimento abolicionista nem comparece como objeto de investigação e discussão pela autora. Porém, anos depois Emília Viotti se dedicará a investigar sobre a Abolição da escravidão.

Em reação à explicação estruturalista surge outra vertente, baseada em E. P. Thompson, que objetiva dar enfoque aos anônimos e “vencidos” da história da Abolição, ao invés dos grandes líderes. Estes estudos evidenciaram a resistência dos escravizados no cotidiano em diversos setores da sociedade e apontaram a fragilidade do sistema escravocrata mediante a reação dos escravizados. Além disso, essas pesquisas voltaram-se para os escravizados e para temas da história cultural.

A terceira linha, porém, retomou a tese de Nabuco, da relevância das instituições políticas. E nela alguns autores (ROBERTO CONRAD, 1972, 1975; CARVALHO, 1988, 1980, 2007; NEEDLELL, 2006) apoiaram-se na tese da relevância das instituições políticas, de lideranças parlamentares e da Coroa na condução do processo político que culminaria na Abolição da escravidão. Apoiavam-se, assim, no fato incontornável de que o fim da escravidão teria se dado por via institucional - leis e decretos - e não por meio das revoltas escravas ou mudança no sistema produtivo.

Em conformidade com as três linhas teóricas resumidas e apresentadas, nota-se uma divisão do trabalho intelectual acerca do tema Abolição, no qual uma privilegia fatores estruturais, a outra o ativismo dos escravizados, e a terceira, as instituições políticas. No entanto, nenhuma delas observou este como um movimento complexo, que envolveu vários sujeitos e instituições

Já a autora Ângela Alonso indica uma abordagem relacional para o movimento abolicionista, na qual estabelece a relevância do movimento abolicionista nacional na explicação do processo de Abolição da escravidão. De acordo com a autora, a Abolição teria sido o primeiro movimento social do Brasil, e por esse motivo ela considera o abolicionismo como parte de uma dinâmica que envolve instituições políticas, espaço público e clandestinidade, campos nos quais se trava o jogo do movimento com Estado e contra-movimento. É relacional, porque insere o movimento em seu contexto internacional, considera os abolicionistas brasileiros em sua relação com similares estrangeiros. Segundo Ângela Alonso (2014):

A mobilização brasileira pela abolição da escravidão foi, pois, grande, estruturada e duradoura. Nesse sentido, mais similar ao padrão anglo-americano do que a literatura internacional reconhece. À maneira desses precedentes, os brasileiros construíram uma rede coordenada e nacional de ativistas e associações e se valeram de uma plethora de estratégias de mobilização, inclusive propaganda de massas, recrutando grande número de adeptos. Essa mobilização de feições nacionais permite caracterizar o abolicionismo como nosso primeiro - e grande - movimento social (ALONSO, 2014, p.119-120).

Assim, a partir dos estudos de movimentos sociais ocorridos tanto nas fazendas quanto nas áreas urbanas e de atos de rebeldia que se tornaram ocorrências policiais no final do segundo Reinado, resultados de investigações como o “Plano e o Pânico”, de Maria Helena Machado, combatem a tradicional ideia da Abolição produzida “pelas elites e para as elites”, sem nenhuma participação dos escravizados, forros e homens livres pobres (MACHADO, 1994, p.227).

A historiografia recente defende a ideia dos negros e negras como agentes históricos e protagonistas no processo da Abolição da escravidão no Brasil. Constata-se que a Abolição foi resultado de movimentos sociais ideologicamente plurais, sendo o projeto dos abolicionistas das cortes urbanas apenas um dentre muitos outros. Segundo Emília Viotti da Costa,

o discurso abolicionista unificou os grupos mais diversos e deu expressão aos interesses mais variados. A convivência de amplos setores da sociedade permitiu às camadas populares e aos escravos se mobilizarem na luta contra a escravidão. Foi essa mobilização que levou à aprovação da Lei Áurea. (COSTA, 2010, p.129)

Sob esta perspectiva, a lei teria apenas corroborado o que na prática já ocorria, a derrocada da instituição escravista. Ainda de acordo com a autora:

[...] Os ex-escravos foram abandonados à sua própria sorte. Caberia a eles, daí por diante, converter sua emancipação em realidade. Se a lei lhes garantia o status jurídico de homens livres, ela não lhes fornecia os meios para tornar sua liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativeiro haviam criado. A Lei Áurea abolia a escravidão mas não seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso deixou de ser uma conquista, se bem que de efeito limitado (COSTA, 2008, p.12).

Segundo Rafael de Bivar Marquese (2013), a produção historiográfica posterior à década de 1980 mudou por completo o entendimento da dinâmica da instituição escravista no Brasil. A partir daí surgiu a terceira fase da historiografia a respeito da escravidão brasileira, que teve como principais autores Sidney Chalhoub, Beatriz Nascimento, João José Reis, Flávio Gomes, Sílvia Lara, Leila Algranti e Robert Slenes, os quais lançaram novos estudos sobre o papel do escravizado na sociedade escravista, vendo-o como agente ativo e não mais como submisso. Entendidos como sujeitos históricos, tudo o que diz respeito às práticas cotidianas dos escravizados, atos de resistência, seus costumes, a existência da família escrava, a luta dos escravizados pelas cartas de alforrias, a abordagem sobre a dinâmica dos quilombos na sociedade escravista, vêm ser elementos que aperfeiçoariam as interpretações das relações étnico-raciais no Brasil pós-abolição (SILVA FILHO, 2005).

Em torno desta discussão teórica sobre as correntes historiográficas acerca da escravidão constitui-se esta pesquisa, ou seja, é esse o referencial que orienta, na busca pelo passado, a construção de respostas para as carências históricas do tempo presente. Assim, com olhar atento para que não se tome o passado a partir dos referenciais atuais, analisa-se os aspectos que constituíram inicialmente a história da Abolição nos livros didáticos de História. Desse modo, identifica-se o livro didático como um produto da sua época, que respondia aos interesses educacionais da sociedade para a qual foi produzido. Nessa conjuntura, o livro didático apresentava-se como um espaço privilegiado de disputas políticas e de constituição de identidades.

#### **4.1 A Abolição em livros didáticos publicados na década de 1890**

Nesta seção serão analisadas quatro obras publicadas na década de 1890: “História do Brasil” (1891), de R. Villa Lobos, “Lições de História do Brasil” (1895), de Padre Raphael Maria Galanti, “Pátria” (1899), de João Vieira de Almeida, e “História do Brasil” (1900), de João Ribeiro. Trata-se de obras publicadas logo após a promulgação da Lei Áurea (1888).

##### **4.1.1 História do Brasil (1891) – R. Villa Lobos**

A primeira obra analisada, “História do Brasil”, de R. Villa Lobos, foi publicada no ano de 1891, em sua 3ª edição, pela Companhia Tipográfica do Brasil no Rio de Janeiro. Na obra, é destinado um capítulo adicional para tratar dos últimos acontecimentos da Monarquia, abordando entre eles um tópico acerca da Abolição da escravidão. No capítulo, intitulado “Ultimos acontecimentos do reinado de D. Pedro II desde o fim da guerra do Paraguay até a deposição do governo e subsequente proclamação da Republica. 1870-1889”, o tópico sobre a temática da Abolição é abordada em dois parágrafos apenas.

De início, o autor deixa claro que falar sobre os últimos anos do Império é um tanto difícil, pois:

Arida e monótona é a história do Brasil na prossecução dos dois últimos períodos decenais do reinado de Dom Pedro II, pois apenas nos oferece nesse decurso fatos esparsos e concatenados sem nenhum caráter filosófico e dentre os quais salientam-se como dominantes[...] (VILLA LOBOS, 1891, p.180)

Outrossim, no prefácio da obra, o autor R. Villa Lobos além de apresentar algumas outras obras de sua autoria, faz uma advertência:

No intuito de melhorarmos sempre este trabalho, realisamos na presente edição algumas reformas que no emtanto devem ser consideradas como provisórias, pois, a carencia de exemplares, bem como o desejo de ministrarmos em tempo aos estudantes estes rapidos conhecimentos de historia patria, moveram-nos à presente publicação que, entretanto, não nos exime da exequibilidade futura de determinações anteriores. (VILLA LOBOS, 1891, sem página)

É possível notar a preocupação em relatar os últimos acontecimentos relativos à história da Pátria aos estudantes. Embora não se estabeleça muitas

reflexões sobre eles pois, segundo o autor, seriam fatos “avulsos”, embora possuísem alguma relação, esta não era possível de determinar no momento. Assim, é percebível na publicação de uma nova edição o objetivo de apresentar novos conhecimentos históricos, discorrendo sobre fatos e datas ocorridas ao final da Monarquia.

A respeito a Abolição, o autor diz que Dom Pedro II não teria influenciado diretamente no assunto, deixando a cargo de sua filha, Princesa Isabel, dar a solução, que “talvez coagida pela força das circunstâncias, referendou a decisiva lei de 13 de Maio de 1888, tendo anteriormente sancionado a de 28 de setembro de 1871, enquanto que seu augusto pai viajava por países estrangeiros” (LOBOS, 1891, p. 180).

Logo no início do capítulo, o autor intitula o item “a” como “o problema da extinção da escravidão”, deste modo a temática é apresentada como um “problema” que precisou ser resolvido. Para Villa Lobos, os fatores determinantes para que a Abolição de fato ocorresse teriam sido a atitude da Princesa Isabel, que “coagida pela força das circunstâncias” teria assinado a Lei Áurea em 13 de Maio de 1888, na ausência de seu pai; além da “vontade unanime da nação”, apresentada pelo gabinete João Alfredo<sup>34</sup> e acrescida de outras leis que haviam sido já instituídas pelo fim da escravidão.

a) Em nenhum destes acontecimentos transparece a influencia directa do ultimo descendente bragantino em regiões americanas; assim, a solução do primeiro foi dada por sua filha, a princeza D. Isabel, que talvez coagida pela força das circuntanscias, referendou a decisiva lei de 13 de Maio de 1888, tendo anteriormente sancionado a de 28 de Setembro de 1871, enquanto que o seu augusto pai viajava por paizes estrangeiros.

A historia da libertação do sangue africano no Brasil, além desta ultima data que relembra a lei promovida pelo visconde do Rio Branco em virtude da qual foi declarado livre o ventre escravo, e da lei definitiva de 13 de Maio, incontestavelmente propugnada pela vontade unanime da nação e mandada apresentar pelo gabinete João Alfredo, é assignalada com o tratado de 23 de Novembro de 1826 celebrado com a Inglaterra por uma commissão mixta para a abolição do trafico e com a deshumana lei Saraiva-Cotegipe de 28 de Setembro de 1885 pela qual, sendo os sexagenarios declarados livres, equivalia a accelerar-lhes mais depressa o termo da vida, lançando-os em tal estado valetudinario entregues a si mesmos (LOBOS, 1891, p. 180-181).

---

<sup>34</sup> João Alfredo, político brasileiro, convidado, em março de 1888, para organizar e instalar os 35 gabinetes Imperiais, assumiu também o compromisso de abolir a escravidão organizando um ministério sobre o qual teria todo o controle. Para além, teria apresentado o projeto, no qual, em um artigo decretava o fim da escravidão no Brasil, e no outro estabelecia que estavam revogadas as disposições em contrário (FRAZÃO, 2020).

Para o autor, a Abolição da escravidão teria se dado em um processo lento devido à vontade unânime da população em extinguir a escravidão no Brasil, apresentada por meio do político e ministro João Alfredo, das leis emancipacionistas e da assinatura da Lei Áurea. Observa-se que nesta narrativa a Princesa Isabel teria sido levada ou até mesmo coagida pelas circunstâncias a pôr fim à instituição servil.

Os agentes históricos citados pelo autor no referido acontecimento são: Dom Pedro II, Princesa Isabel, Visconde do Rio Branco e João Alfredo. Em sua maioria homens, brancos e pertencentes ao poder imperial. No entanto, nesta narrativa, a Princesa Isabel não é considerada como a única responsável pelo fim da escravidão.

#### **4.1.2 Lições de História do Brasil (1895) – Padre Raphael Maria Galanti**

O livro “Lições de História do Brasil”, uma 2ª edição publicada no ano de 1895, em São Paulo, pelo autor Padre Raphael Maria Galanti, apresenta aos discentes a História do Brasil por meio de lições. A obra era adaptada pelo Conselho Superior de Instrução Pública de São Luiz do Maranhão.

A escrita de Galanti sobre a Abolição da escravidão é sucinta e direta, ele começa se referindo a um “grande movimento abolicionista”, mas não descreve o que seria esse movimento. Em seguida, aponta a data e dois personagens históricos apenas, indicando esses como agente históricos envolvidos no processo de extinção da escravidão.

No livro didático “Lições de História do Brasil”, o padre jesuíta intitula uma parte da obra como “Datas Principais”, na qual cita e constrói uma breve escrita acerca do fato Abolição: “Grande movimento abolicionista... Abolição da escravatura decretada no dia treze de maio, e sancionada pela Princesa Regente, à qual o Papa manda Rosa de Ouro” (GALANTI, 1895, p. 207).

A breve descrição do acontecimento causa dúvidas. O que seria esse movimento citado no início? Teria sido responsável pelo fim da escravidão? Enfim, a breve descrição e o modo como é abordado o acontecimento não colaboram para a compreensão e interpretação do fato histórico.

Ao considerar a data de publicação da obra, a narrativa apresenta indícios de uma história que ainda está sendo construída, pois trata-se de um registro

acerca do fato histórico após sete anos do ocorrido. E apesar da Abolição não ser compreendida como um processo, se considerarmos as ações abolicionistas desde 1850, o autor a resume como “grande movimento” no ato da assinatura da Lei Aurea.

Também, o texto faz referência apenas a dois personagens históricos envolvidos neste último fato: a Princesa e o Papa. Assim, para Padre Raphael Maria Galanti, o fator determinante para a Abolição teria sido o ato da Princesa Isabel em assinar a Lei Áurea, no dia 13 de Maio de 1888. E por esse motivo tal personagem histórica teria recebido uma condecoração da Igreja Apostólica Romana devido ao seu grande ato de bondade e generosidade. Deste modo, evidencia-se, na abordagem do autor, a vinculação religiosa do mesmo a partir dos termos utilizados em sua escrita.

#### **4.1.3 Pátria (1899) – João Vieira de Almeida**

O livro intitulado “Pátria” é dedicado à “mocidade brasileira” e escrito pelo professor João Vieira de Almeida no ano de 1899, publicado em São Paulo, sem indicação de edição

A obra possui 59 capítulos e 317 páginas, e em cada item é abordado um tema referente à história do Brasil. No livro são destinados dois tópicos para o conteúdo Abolição: “A cruzada abolicionista: os precursores” e “A cruzada abolicionista: os vencedores”, contendo ao todo 12 páginas. A obra possui prefácio, introdução, conclusão e índice. No prefácio, o autor deixa claro o seu objetivo com a obra, em suas palavras: "Esta obra visa um fim útil, porque é patriótico: difundir entre os jovens brasileiros o amor de seu paiz, pelo conhecimento da sua historia" (ALMEIDA, 1899, p. 3).

Na primeira República, obras como a “Pátria” (1889), asseguraram a ideia de fazer da leitura instrumento de divulgação do civismo e patriotismo, privilegiando-se a dimensão pedagógica e moralizante do texto. Nesse período, a história era objeto de estudo desde o início da alfabetização. A referida obra trata-se de um livro de leitura que apresenta conteúdo histórico. Como bem caracteriza Bittencourt (1993):

Foram nos livros de leitura da fase "nacionalista", entretanto, que a História do Brasil passou a ocupar um lugar mais destacado. Começaram a ser escritas histórias sobre tradições brasileiras, informações sobre "costumes indígenas", "heróis nacionais" e seus feitos. Biografias de figuras da História nacional engrossavam, frequentemente, o repertório dessa literatura. Os livros de leitura que se constituíram como os mais representativos na divulgação da História nacional engrossavam, frequentemente, o repertório dessa literatura. Os livros de leitura que se constituíram como os mais representativos na divulgação da História nacional foram os de Olavo Bilac, especialmente *Contos pátrios* e *Através do Brasil*.

De uma maneira geral, a "história" contemplada por estes livros apresentava-se de maneira fragmentária, opondo-se ao cuidado metódico de vários compêndios que primavam pela sequência cronológica. Os temas históricos apresentados eram incorporados, na maioria das vezes, atendendo a outros objetivos, tais como análise de estilo ou de linguagem. Narrações, descrições, contos de ficção, poemas eram compilados e neles a história surgia como gênero literário. (BITTENCOURT, 1993, p. 212-214)

A partir do estudo acima citado, é importante frisar que a história, enquanto disciplina escolar, não foi ensinada somente nas aulas específicas destinadas a esse conhecimento, pois tal saber desempenha um papel importante para a legitimação da tradição e memória nacional. O ensino de história estava presente nos anos iniciais da escolarização e levava as crianças a conhecerem sua Pátria, despertando o interesse e entusiasmo pelo seu país. Eram estudados os vultos mais notáveis da história do Brasil, configurando, por esse caminho, "a construção da imagem da pátria para se buscar a identidade nacional, a qual só poderia se construir com agentes sociais únicos produtores do passado histórico" (BITTENCOURT, 1990, p.132).

No prefácio também é relatado que a obra foi inspirada em outro livro denominado "*Ed. de Amicis, Coração*", obra popular na Itália e também no Brasil, que teria como defeito somente se ocupar de cenas e homens de outro país. A partir disso que surge a motivação em Almeida para escrever acerca do Brasil. O mesmo afirma que: "Escrevendo um livro eminentemente brasileiro, o auctor tem a pretensão de vir preencher uma lacuna, que existia entre os livros destinados ao ensino, em sua terra." (ALMEIDA, 1899, p. 3) Ainda, destaca que a narrativa da obra servirá para despertar o patriotismo no coração das crianças, que se formam para a pátria e para a sociedade. Deste modo, mesmo que eles não frequentem um curso de História, poderão ter acesso a um conhecimento indispensável ao futuro cidadão de um país livre.

Além disso, ainda no prefácio da obra, o autor afirma que além da descrição física do Brasil serão escolhidos os principais episódios da história

pátria, com o intuito de despertar o amor pela Pátria, ao mesmo tempo que ministra vários exemplos de virtude cívica. Dentre os quais cita a campanha abolicionista.

Na introdução, o autor apresenta os personagens da história que segue: avô, pai e um menino. Este último não possuía aulas de História em sua escola, mas em sua sala de aula há vários quadros de pessoas ilustres da história, e a partir das imagens e das brigas que os meninos maiores tinham na hora do recreio sobre diversos assuntos o menino começa a se questionar sobre quem são aquelas pessoas. Desse modo, Almeida constrói em sua obra uma narrativa de sentido literária, em que conta sobre acontecimentos históricos e inclui o avô como narrador e personagem da história.

É por meio dessa narrativa literária que o autor irá abordar o conteúdo da Abolição, dividindo em capítulos quem são os precursores e os vencedores deste fato.

No livro de leitura de João Vieira de Almeida, a narrativa sobre a Abolição contempla a participação, no fato histórico, de negros como Luís Gama e José do Patrocínio. No entanto, para o autor, a força dos senhores dos escravizados era um grande empecilho para que a libertação de fato ocorresse, de modo que a abolição teria advindo da ação da Princesa Isabel, como se observa no excerto que segue:

Se não fosse a coragem, que revelou a princesa imperial, na ocasião da assinatura do decreto libertador, ainda ali estaria a instituição maldita.

A raça negra, portanto, no Brasil, tem a rigorosa obrigação de venerar a memória da humanitária senhora que, com sacrifício do seu turno, quebrou os grilhões que encadeava uma raça infeliz!

Seria um miserável o negro, que se recusasse a beijar mãos, que o arrancaram do tronco!... (ALMEIDA, 1889, p.243 e 244).

Ainda, o narrador-personagem (avô), questiona-se se poderia alguém prejudicar a imagem da Princesa, afirmando que quando o menino se tornar adulto e maduro daria razões a ele, e concordaria que a propaganda abolicionista era "impotente" ante a influência da numerosa classe dos senhores de escravizados. Desse modo o narrador deixa explícita a sua opinião: "Digam, portanto, o que quiserem: a abolição da escravidão, no Brasil, é devida, se não exclusivamente, ao menos em grande parte, a Isabel, a Redentora!" (ALMEIDA, 1889, p.245).

Em uma narrativa literária que apresenta e desenvolve concepções da história do Brasil, o autor contribui para a construção de uma representação acerca da Abolição, que teria sido concedida por uma princesa bondosa, a quem a “raça negra, no Brasil, tem a rigorosa obrigação de venerar a memória da humanitária senhora que, com sacrifício de seu throno, quebrou os grilhões que encadeavam uma raça infeliz”( ALMEIDA, 1899, p. 243-244). Assim, torna-se perceptível o modo pelo qual determinadas compreensões acerca da escravidão e da Abolição e, de igual forma, da necessária subserviência do povo negro ainda persistem na sociedade brasileira.

Mesmo o autor não menosprezando o papel dos abolicionistas no processo de Abolição dos escravizados, considera que todo movimento de resistência não daria conta de acabar com a instituição servil, por isso exalta a figura da princesa ao tomar a decisão de assinar a Lei Áurea e destaca que tal atitude seria digna de louvor.

#### **4.1.4 História do Brasil (1900) – João Ribeiro**

A obra “História do Brasil”, publicada no ano de 1900, em sua 1ª edição, pela Livraria Cruz Coutinho do Rio de Janeiro, foi destinada ao ensino primário e secundário e escrita por João Ribeiro, professor de História da Civilização e História do Brasil do Ginásio Nacional.

O livro possui 30 capítulos, dentre estes um trata especificamente da Abolição, intitulado “A Abolição e a Republica”. O capítulo ocupa 3 páginas do livro. A edição não possui prefácio, notas de rodapé nem questionários e ao final da obra apresenta o índice. “História do Brasil” teve 17 edições publicadas (HANSEN, 2000) e não atendeu somente ao Colégio Pedro II, mas foi adotada em todo o país, influenciando várias gerações. A obra já foi estudada e discutida por vários autores como Melo (2008), Pina (2009), Gasparello (2004) e Bittencourt (2008).

No início do capítulo “A Abolição e a Republica”, o autor destaca que “Em todo o seu reinado sempre D. Pedro II procurou incutir nos seus ministros o sentimento de que era necessário fazer alguma coisa em favor da emancipação dos captivos”. (RIBEIRO, 1900, p. 311). João Ribeiro compreende e busca destacar a relevância do poder Imperial, e mais especificamente de D. Pedro II,

para a Abolição, enquanto uma ação humanitária de um rei que “sempre” procurou incutir o “sentimento” em prol da liberdade em seus ministros.

Entretanto, Joaquim Nabuco, em sua obra "O abolicionismo" (2012), afirma que o Imperador seria um grande adversário da causa abolicionista, pois o poder estava centrado em sua figura e pela sua ordem tal acontecimento poderia ser executado a qualquer momento, mas Dom Pedro II teria prolongado a escravidão no Brasil ao ponto de se tornar insustentável. Assim, observa-se duas abordagens distintas da Abolição, desenvolvidas no mesmo período histórico.

Ainda, a narrativa desenvolvida por Ribeiro (1900) considera que “nosso povo” teria sido um dos últimos a fazer a emancipação dos escravizados, pois essa era uma das questões brasileiras mais difíceis de ser resolvida. Em seguida, apresenta o exemplo dos Estados Unidos: "onde a vida industrial já poderia compensar a ruína da lavoura, e onde a população escrava era relativamente duas vezes menor que a nossa, a abolição custou o sacrifício da mais cruel e monstruosa das guerras civis" (RIBEIRO, 1900, p. 312). Conforme a narrativa, a política do Imperador era a da emancipação gradual, considerando as leis emancipacionistas Lei Eusébio de Queiros (1850) e Lei do Ventre Livre (1871).

Para o autor, a Lei do Ventre Livre, sancionada em setembro de 1871, significava o fim da escravidão. Mas alguns espíritos liberais e outros "exaltados" teriam prosseguido na campanha da Abolição como ansiavam de fato. O texto de Ribeiro considera uma campanha abolicionista em que estariam envolvidos homens da imprensa, literatos, políticos, oradores e escritores.

Além disso, o autor cita que antes mesmo da Abolição de fato ocorrer no país, as províncias do Ceará e Amazonas teriam libertado os seus escravizados no ano de 1884. Os agricultores do Sul e do norte teriam dado exemplo libertando os seus escravizados e, já em alguns lugares, os negros abandonavam o trabalho, ou seja, haviam fugas em massas.

Embora as fugas dos escravizados não fossem consideradas pela bibliografia da época como uma ameaça ao sistema escravista em tempos normais, a autora Emília Viotti considera essas fugas em massa como resistência. E, por isso, um importante fato a ser citado e discutido acerca da Abolição.

Ao remeter-se à data de 13 de Maio, Ribeiro aponta que a princesa Isabel teria se encarregado de organizar o novo ministério, para o senador João Alfredo. E que este abolicionista afirmou que daquele momento em diante cessaria a voz dos partidos e propôs a lei da Abolição. A mesma fora recebida com "applausos quasi unanimes, da nação" (RIBEIRO, 1900, p.313).

Sobre a lei, Ribeiro(1900) discorre:

Entretanto essa lei, mais que todas humana e chirstã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores; ainda havia no Brasil mais de setecentos mil escravos que representavam o valor approximativo de quinhentos mil contos. A humanitaria reforma produziu pois innumeros descontentes entre aquelles que representavam a fortuna publica, eram por isso mesmo os esteios da Monarchia conservadora instituição a custo tolerada pela população das cidades e mal soffrida pelos exaltados radicaes que estavam quasi todos, como era natural, entre os abolicionistas.

Muitos dos agricultores passaram-se ao partido republicano ou ficaram indifferentes ao ataque das instituições; e quando outros descontentamente surgiram nas fileiras do exercito e a imprensa republicana com habilidades os aprofundou, umas e outras forças reunidas levantaram-se em revolta e depondo as antigas instituições proclamaram a Republica (15 de novembro de 1889). (RIBEIRO, 1900, p. 313-314).

Deste modo, é percebível na narrativa do autor as mudanças ocorridas nesse período na sociedade e no mundo do trabalho brasileiro, ao indicar os inúmeros problemas e descontentamentos com a monarquia ao final da escravidão. Principalmente por parte dos senhores de escravos que, se sentindo prejudicados pelo Império e descontentes por não terem recebido indenizações, acabaram se aliando ao Partido Republicano, configurando apoio importante e de grande força para a proclamação da República.

Assim, para João Ribeiro os fatores determinantes para o fim da escravidão seriam as ações parlamentares do Império, as leis, o partido abolicionista e a ação da princesa Isabel. Nesta narrativa, os personagens envolvidos no fato histórico foram: Dom Pedro II, Conselheiro Pimenta Bueno, Visconde do Rio Branco, João Alfredo e Princesa Isabel.

As narrativas analisadas, contempladas nessas quatro obras publicadas logo após a promulgação da lei Áurea, divergem no sentido de apresentação do fato histórico. Observa-se que há uma ampliação da abordagem no texto de João Ribeiro (1900), com diferentes aspectos sendo considerados, o que não se observa no texto de Villas Lobos, publicado 3 anos após a Abolição. Além disso, nota-se que cada autor abordou a Abolição da escravidão no Brasil

contemplando diferentes aspectos. Autores como Villa Lobos (1891), Almeida (1899) e João Ribeiro (1900) trataram da Abolição como um processo longínquo, que contou com a participação de diferentes personagens históricos ligados ao Estado. Apenas o jesuíta Galanti deu enfoque ao acontecimento como um “grande movimento” que teria como resultado a assinatura da Lei Áurea e elenca em sua pequena narrativa apenas a figura da Princesa Isabel e do Papa, embora a Princesa Isabel apareça como “personagem central” nas quatro obras analisadas.

## **4.2 A Abolição em livros didáticos publicados na década de 1900**

Nesta seção serão analisadas quatro obras publicadas na primeira década do século XX: “Lições de História do Brasil” (1905), de Joaquim Manuel de Macedo, “Pequena História do Brasil por perguntas e respostas” (1907), de Dr. Joaquim Maria de Lacerda, “Elementos de História do Brasil” (1907), de Dr. Feliciano Bittencourt, e “História do Brasil” (1910), de Mario Bulcão.

### **4.2.1 Lições de História do Brasil (1905) – Joaquim Manuel de Macedo**

O exemplar analisado foi publicado no ano de 1905 pela Livraria Garnier, no Rio de Janeiro, não constando o número da edição. A obra é revista e atualizada, destinada ao uso das escolas de instrução primária, conforme consta no próprio livro. A primeira edição dessa obra é do ano de 1861.

O livro possui 63 lições distribuídas em 529 páginas, dentre essas uma trata especificamente da Abolição, intitulada “A abolição e a Republica 1888-1889”, a qual apresenta a temática em cinco parágrafos. A obra possui prefácio, apresentação, explicações, quadros sinóticos e questionamentos. Esta reedição da obra apresenta também uma advertência escrita por Olavo Bilac na qual exprime o seu desejo de respeitar o plano adotado pelo Joaquim Manuel de Macedo, pois o livro já teria recebido nove edições sucessivas.

De acordo com Serra (2004), o livro didático “Lições de História do Brasil”, de Joaquim Manuel de Macedo, foi o primeiro manual de História do Brasil publicado no país. Inicialmente foi editado em dois volumes, o primeiro deles destinado aos alunos do quarto ano, cobrindo a história do Brasil até o ano de

1581; o segundo, aos alunos do sétimo ano, enfocando período que vai de 1581 a 1822. Esses volumes foram depois unificados e complementados tornando-se um manual didático destinado a todas as séries do ensino primário, antiga instrução primária, sendo publicado nesse formato em 1865 pela editora Tipografia de Simon Rançon para a Livraria Garnier (BARBOSA, 2012, p. 89).

Além disso, o autor apresenta o seu método e a relevância deste para a composição da obra e adverte que especialmente no ensino primário o professor é a alma do livro, sem aquele não há métodos que possam ser bem aproveitados. No texto comenta-se também sobre a memorização das lições, ao considerar que “o menino ao decorar uma lição não significa que a tenha apreendido e que para que ele saiba é preciso compreender o que exprime, o que significam as palavras” (MACEDO, 1905, sem página). Por tal motivo foram anexadas ao compendio, a cada lição, algumas explicações. Assim, o professor deveria auxiliar o aluno o quanto fosse preciso.

De acordo com Macedo, após compreendida a lição seria importante que o aluno expressasse seu saber nas perguntas destacadas e soubesse reproduzir de memória o quadro sinóptico de cor na pedra ou no papel. Nesse sentido, é percebível uma contradição na escrita do autor no prefácio, no qual, primeiramente, ele adverte acerca da memorização da lição mas, em seguida, aponta que é importante saber de cor o quadro sinóptico e gravar na memória do aluno a matéria estudada. Percebe-se, assim, que embora defendesse a compreensão da lição estudada, não descartava o método da memorização, por meio da repetição dos assuntos, de forma oral ou escrita. Contudo, nessa época, sua proposta era inovadora, pois tratava-se da mediação do professor e a apreciação dos livros didáticos, com suas explicações, questionários e quadros sinóticos, como recursos de compreensão e memorização do conteúdo ensinado nas aulas de história (BARBOSA, 2012).

De acordo com Barbosa (2012), que analisou a mesma obra, edição do ano de 1914:

[...] Seu livro também apresenta uma narrativa perfilada à concepção de história da época, particularmente à do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embora não explicita suas fontes e referências bibliográficas, suas lições são repletas de grandes governantes e de seus feitos, tudo cronologicamente datado. Uma história entendida como “mestra da vida” da qual o passado explicita o presente e ensina a direção do futuro. O ensino de história cumpriria assim esse papel

pedagógico de formação do cidadão brasileiro, pautada nos exemplos dos "grandes homens" do passado (BARBOSA, 2012, p. 91)

Além disso, o livro didático de Joaquim Manuel de Macedo apresenta semelhanças com a narrativa de Varnhagem, pois tece elogios ao passado colonial e aos feitos dos colonizadores portugueses. Esta seria a história que atenderia as demandas do presente e que, de acordo com José Carlos Reis, imprimia:

Em sua visão essencialmente política do Brasil, reconstrói o seu passado, dá sentido aos seus fatos e personagens e estabelece o seu futuro. Os sujeitos da história do Brasil são o homem Branco e o Estado Imperial. O passado colonial deve ser reconstruído como suporte de um Brasil branco e europeu.

O problema político que os historiadores brasileiros enfrentavam teoricamente nos anos 1840-50 era o transformação da ex-colônia em uma nação. A colônia tinha legado uma sociedade heterogênea, incompatível social e etnicamente. (REIS, 2007, p.31).

Nesse sentido, embora a nação brasileira apresentasse uma sociedade heterogênea, a história que respondia aos interesses daquele período era a dos homens brancos e de elite.

A característica da obra e a trajetória intelectual de Macedo contribuem para que se compreenda a abordagem acerca do conteúdo Abolição da escravidão no ano de 1905, quando vêm à público uma reedição do livro publicado originalmente no século anterior.

Sobre a Abolição da escravidão, na "Lição XLVIII - A abolição e a Republica 1888-1889" Macedo inicia o texto afirmando que o Brasil teria sido um dos últimos países a decretar a emancipação dos escravos, e que tal fato teria sido motivado pela impossibilidade do Império em realizar esse golpe sem comprometer a fortuna pública e particular. No dia 13 de maio de 1888, quando fora assinada a Lei Áurea, ainda haveriam muitos escravizados no Brasil. Ressalta, porém, a glória do Brasil em conceder absolvição aos escravizados sem guerras e confrontos diretos, "sem derramamento de sangue, entre expansões de jubilo intenso e fraternal" (MACEDO, 1905, p. 428).

Em seguida, o autor cita as leis emancipacionistas afirmando que estas deram golpes à instituição servil, e cita José Clemente Pereira como responsável pelo projeto de lei que proibia o tráfico de africanos no Brasil, "Mas esse projecto, convertido em lei em 1835, nada veio fazer em favor da abolição, porque os interesses dos senhores de escravos sempre burlaram as suas disposições" (MACEDO, 1905, p. 428). O termo golpe, sobretudo, significa que o fim da

instituição servil não correspondia, naquele período, aos interesses da maioria. E por esse motivo teria então se prolongado a escravidão no Brasil.

Cita também a Lei de 28 de setembro de 1870, conhecida como "Lei do Ventre Livre", lei que declarava livres todos os nascidos de ventre escravo, que, em suas palavras, foi aprovada principalmente em razão do visconde do Rio Branco e sancionada pela princesa Isabel. O autor, após mencionar as leis, afirma que não foram suficientes para dar fim à escravidão, e faz referência à opinião pública, ao partido e à propaganda abolicionista como elementos importantes para que de fato ocorresse a Abolição:

Mas a opinião pública reclamava alguma coisa mais. O partido abolicionista, que cada vez se tornava mais forte, exigia a liberdade, imediata e sem condições, para todos os escravizados. Vários projectos, apresentados ao Parlamento, e tendentes a decretar a emancipação gradual, não logravam converter-se em leis. A propaganda abolicionista dilatava-se, impunha-se, conquistava todos os espiritos liberais. (MACEDO, 1905, p. 429)

Deste modo, é perceptível na narrativa desenvolvida a presença do público, das propagandas em prol da Abolição, dos projetos a que o público, propagandas e projetos estavam engajados, em favor do fim da escravidão no Brasil. O autor também considera as alforrias, que vinham acontecendo em grande número, seja pela "generosidade" dos senhores dos escravizados, seja "pelo resgate effectuado por meio de subscrições populares". Além disso, aponta as províncias do Ceará e do Amazonas que libertaram seus escravizados antes mesmo da Abolição de fato ocorrer.

Segundo Macedo (1905, p. 429), "em 1888, a agitação chegara ao seu auge", os escravizados abandonavam as fazendas, o exército teria se negado a intervir nesses levantes e teria então vencido a propaganda abolicionista no dia 13 de maio de 1888, lei assinada pela princesa D. Isabel.

O modo como o autor constrói a sua narrativa na lição explicita a participação dos escravizados, da propaganda (imprensa), da opinião pública e da resistência dos escravizados a partir de suas fugas. Fatores e elementos importantes para se compreender a história da Abolição no Brasil, que nas narrativas anteriores não foram observados.

No quadro sinóptico apresentado pelo autor, os personagens relacionados ao acontecimento histórico Abolição são: Princesa Isabel, José Clemente Pereira, Eusébio de Queirós, Visconde do Rio Branco e João Alfredo

Corrêa de Oliveira. No quadro sinóptico, João Alfredo é apontado como responsável em promover, como chefe do ministério de abolicionista, o decreto da lei da Abolição. Assim, o autor não atribuiu somente à Princesa Isabel o fato da assinatura da Lei Áurea.

Além disso, nas perguntas ao final da lição são indicados alguns aspectos mais relevantes do próprio texto que apontam também para as concepções de ensino de história recorrentes na época. Questionamentos que enfatizam o porquê do Brasil ser um dos últimos países a decretar o fim da escravidão, a participação do ministério de João Alfredo na assinatura da Lei Áurea e também o entendimento do aluno acerca das alforrias em massa.

#### **4.2.2 Pequena História do Brasil por perguntas e respostas (1907) – Dr. Joaquim Maria de Lacerda**

“Pequena História do Brasil por perguntas e respostas” foi escrita por Dr. Joaquim Maria de Lacerda para uso da infância brasileira e publicada em sua 2ª edição pela editora Francisco Alves e Cia no ano de 1907. A obra teria sido escrita no ano de 1880, quando teve sua primeira edição, de acordo com os dados apresentados no prefácio.

O livro é dividido em sete períodos, desde o “descobrimento” do Brasil até a República, possuindo ao todo 175 páginas. A temática da Abolição é abordada no capítulo intitulado “Factos posteriores a guerra do Paraguay”, no qual o tema é apresentado em uma página e meia. A edição possui prefácio, prólogo, tábua cronológica, índice geral e índice alfabético dos brasileiros ilustres.

De acordo com Bittencourt (2005), Lacerda era um autor religioso que publicou várias obras na década de 1880, as quais eram destinadas ao ensino elementar<sup>35</sup>. A pesquisadora afirma que mesmo com sua morte, as vendas dos livros do autor não diminuíram. Tal afirmação indica a circulação da obra e das novas edições da mesma que surgiram após a morte do autor, em 1886. Na capa

---

<sup>35</sup> Ensino fundamental ou ensino de base.

há indicações, também, sobre a vida do autor, afirmando que Lacerda era membro da Arcádia Romana<sup>36</sup>.

A obra possui um prefácio escrito pelo autor, o qual foi redigido em Paris, no dia 2 de Junho de 1880, em que se refere à “obrinha” de sua autoria:

Esta segunda edição da *Pequena Historia do Brazil por perguntas e respostas*, o autor a publica debaixo da mais grata satisfação que lhe causou a noticia de haver a sua obrinha merecido a insigne honra de ser approvada pelo Conselho Superior da Instrucção Publica. Foi tambem animado a emprehende-la pelo lisonjeiro acolhimento que ella obteve junto dos Srs. Professores e Directores de Collegios, a quem se deve o grande resultado de se ter em poucos annos esgotado a primeira edição, que foi de dez mil exemplares.

Taes favores, de que o autor confessa sinceramente não ser credor, mas que provavelmente lhe grangeou o ser a obrinha escripta com clareza, e de uma maneira adaptada à capacidade das crianças, são para ele novo incentivo para que empregue todos os esforços e o mais aturado e escrupuloso cuidado na execução dos trabalhos escolasticos que tem entre mãos, com que espera poder prestar algum serviço à sua patria, e para os quaes pede desde já a benevolencia dos Srs. Professores e Directores de collegios. (LACERDA, 1907, p. ?)

Ao considerar os dados apresentados no prefácio, é relevante considerar o número de dez mil exemplares esgotados da primeira edição, o que fornece significativa legitimidade à obra. Após o prefácio, é apresentada uma imagem de um navio português do século XVI e o prólogo da presente edição (1907) escrito por L.L Fernandes Pinheiro, que discorre sobre a importante circulação do livro:

A extraordinaria rapidez com que se esgotou a primeira edição desta obra por mim preparada para a Livraria Franscisco Alves, é prova evidente da aceitação que ella mereceu do publico, não só pela conservação do methodo do autor, como pelos melhoramento e accrescimos nella introduzidos.

Igual favor espero que merecerá esta edição, que vae augmentada até 15 de Novembro de 1906. (PINHEIRO, 1907 apud LACERDA, 1907, p. ?)

O texto apresentado no livro didático acerca da temática Abolição não seria de autoria de Joaquim Maria de Lacerda, mas de Fernandes Pinheiro, por tratar-se de uma edição atualizada com os acontecimentos mais recentes da história do Brasil.

O tema da escravidão é estruturado por meio de perguntas e respostas. Desse modo é apresentado um questionamento histórico e, em seguida, a resposta. A respeito da Abolição é apresentado o seguinte questionamento: “P.

---

<sup>36</sup> Os italianos criaram a Arcádia no ano de 1690, a qual se constituiu em uma academia literária que integrava escritores com o propósito de combater o Barroco e difundir os ideais neoclássicos. As associações de letrados, como a Arcádia Romana, contribuíram para a difusão do ideário do movimento iluminista na Europa (COSTA, 2010).

Quaes forao os factos mais importantes occorridos no brazil depois da guerra do paraguay? "(LACERDA, 1907, p.128). E a resposta dada é a seguinte:

R. Depois da guerra do Paraguay os factos mais importantes que ocorreram no Brazil foram: a primeira viagem de Suas Magestades Imperiais a Europa, que durou de 25 de maio de 1871 a 31 de Março de 1872, ficando como regente do Imperio a princeza imperial D. Isabel; -a promulgação da lei de 28 de Setembro de 1871, no ministerio de que era presidente do conselho o ilustre visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), decretando a liberdade dos filhos das escravas nascido dali por diante e criando o fundo de emancipação;- - o assentaento de um cabo electrico submarino entre o Brazil e a Europa (no 1º de janeiro de 1874); - a viagem de Suas Magestades Imperiaes aos Estados Unidos, á Europa, Ásia e África, de 26 de Março de 1876 a 25 de setembro de 1877; - a promulgação da lei de 28 de Setembro de 1855, declarando livre os escravos sexagenarios e contendo medidas para a extincção gradual da escravidão; - a 3ª viagem de D. Pedro II á Europa, em campanha de Sua Magestade a Imperatriz, deixando, como das outras vezes, sua filha D. Isabel regente do Imperio, de 30 de Junho de 1887 a 22 de Agosto de 1889; - a promulgação da lei de 13 de Maio de 1888, que declarou extinta a escravidão no Brazil; - a proclamação da Republica, em 15 de Novembro de 1889 (LACERDA, 1907, p.129-130).

Não há informação sobre causas ou motivações para o evento Abolição: o fato é registrado através da data da promulgação da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil. Também são citadas as leis emancipacionistas que foram aprovadas antes de 1888, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários. O texto é composto pelos fatos mais importantes ocorridos após a Guerra do Paraguai e pela data dos acontecimentos.

Oliveira (2007, p. 128), ao analisar a mesma obra, em edição de 1918, diz que o texto de Joaquim Maria de Lacerda é "eminentemente descritivo e repetitivo". Além disso, que a escrita da história é linear e diacrônica e parece que o narrador ou autor da obra está sempre interrogando os alunos sobre as mesmas coisas: como se chamava? Qual fato aconteceu? Que ação foi providenciada? Qual o desfecho dessa ação humana ou fato histórico?

Nota-se um texto simples, com perguntas e respostas sucintas e objetivas as quais não proporcionam maiores explicações acerca do conhecimento histórico ali apresentado e que não levam o leitor a maiores discussões. Assim, é possível supor que o essencial era que o(a) aluno(a) memorizasse o texto dentro de uma sequência lógico-cronológica prescrita pelo Dr. Lacerda.

Contudo, é necessário observar que o texto, escrito no início dos anos 1900, é uma reedição de uma obra originalmente escrita antes da abolição, no ano de 1880. E, como os livros publicados na década de 1890, não apresenta

um capítulo específico sobre o tema. Assim, é possível considerar que as primeiras abordagens sobre a Abolição seguem a lógica do registro da efeméride, uma referência direta à data que precisa ser registrada e conhecida dentre um conjunto de “fatos importantes ocorrido no Brasil”.

#### **4.2.3 Elementos de História do Brasil (1907) – Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt**

O livro didático “Elementos de História do Brasil”<sup>37</sup>, escrito pelo Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt, também foi publicado no ano de 1907 pela Livraria Francisco Alves. O volume utilizado para esta pesquisa não apresenta a edição.

O livro é dividido em capítulos e possui ao todo 203 páginas. A temática da Abolição é abordada no capítulo intitulado “Último período do reinado de Pedro II. Proclamação da Republica. 15 de Novembro de 1889”, compreendendo dois parágrafos. A edição possui prefácio, notas preliminares, imagens e índice.

O prefácio ao leitor, ao que tudo indica escrito pelo próprio autor, afirma que a “nossa história é tão interessante e instructiva como a de outros povos. É uma historia <modesta, mas honesta>” (BITTENCOURT, 1907, sem página). Além disso, expressa sua opinião de que a nacionalidade brasileira teria se constituído de maneira natural, sem mortes, opressões e sem derramamento de sangue. Seria uma história que não apresentaria cenas dramáticas ou trágicas como a de outros povos e que a história do Brasil deveria ser estudada tal qual ela era. No texto preliminar, o autor aborda a expansão marítima dos portugueses, enfatizando o infante D. Henrique e a Escola de Sagres. Além disso, cita os navegadores Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, descrevendo o caminho e as dificuldades desses portugueses até chegarem e “descobrirem” a terra de Vera Cruz.

O capítulo XVIII, intitulado “Último período do reinado de Pedro II. Proclamação da República.-15 de Novembro de 1889”, abrange quatro assuntos

---

<sup>37</sup> De acordo com a análise das notas marginais presentes neste livro didático, o mesmo teria circulado na cidade de Pelotas e sido utilizado pelo aluno José da Silva Crespo, no ano de 1911. José da Silva Crespo seria o autor de várias anotações ao longo das páginas, como, por exemplo, o período de exames na data “4-11-1912”.

principais que ocorreram no período: Abolição da escravidão; a questão de limites com alguns Estados; a controversia episcopo-maçônica; e a questão militar. De acordo com Feliciano Bittencourt (1907), em todos esses eventos Dom Pedro II não teria influenciado diretamente.

No capítulo, a história da Abolição é abordada em dois tópicos, contendo em cada um parágrafo apenas. O primeiro tópico intitulado "A lei de 13 de Maio de 1888. A princesa Izabel", apresenta o seguinte excerto:

Com effeito, o decreto que extinguiu a escravidão, datado de 13 de Maio de 1888, foi referendado pela princeza D.ISABEL, então regente, que já sancionára a lei de 28 de Setembro de 1871, enquanto o imperador viajava pela Europa. Seria longo historiar em todas as suas phases a luta do abolicionismo no Brasil. Basta lembrar que EUZÉBIO DE QUEIROZ acabou com o tráfico de africanos: RIO BRANCO fez seccar a fonte, com a lei do ventre livre; e JOÃO ALFREDO deu o golpe de misericórdia na nefanda instituição. (BITTENCOURT, 1907, p. 196)<sup>38</sup>

A narrativa apresenta, logo de início, informações pontuais sobre a Abolição, de forma descritiva. O editor, ao colocar em caixa alta nomes de autoridades da elite, dá ênfase a essas pessoas no acontecimento histórico. Além disso, apresenta a Princesa Isabel como responsável por sancionar a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888), implementações importantes que contribuíram para o fim da escravidão. Para mais, o autor faz referência à “luta do abolicionismo no Brasil” e cita outros três atores deste enredo: Eusébio de Queiros, Rio Branco e João Alfredo, que teriam também contribuído para o fim da escravidão, não atribuindo somente à Princesa Isabel o fato do fim desta “nefanda instituição”.

Ademais, no segundo subtítulo ou tópico, "Os primeiros apóstolos do abolicionismo", o autor cita outras pessoas que contribuíram para a causa abolicionista. Embora, ao final de sua escrita, indique para a importância da Princesa Isabel, como Redentora que sacrificou o trono por uma justa causa, conforme o texto:

O que fizeram pela causa abolicionista José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Clapp, Antonio Bento, Carlos de Lacerda e tantos outros, daria margem para um grosso volume. E como esquecer a princeza D.Izabel, a Redemptora, que sacrificou o throno pela santa causa? (BITTENCOURT, 1907, p. 196-197).

<sup>38</sup> Sobre os dispositivos textuais utilizados pelos autores/editores para direcionar a atenção dos leitores, Chartier (2014) afirma que a compreensão do texto é inseparável da análise da materialidade do impresso, que confere a ele um forma fixa. Deste modo, sempre que foi possível, mesmo não sendo o foco desta pesquisa, foi observada a materialidade e as características textuais dos textos apresentados acerca da Abolição da escravidão.

Os citados José do Patrocínio<sup>39</sup>, Joaquim Nabuco<sup>40</sup>, João Clapp<sup>41</sup>, Antonio Bento<sup>42</sup> e Carlos de Lacerda<sup>43</sup> teriam contribuído para o movimento abolicionista no Brasil. O que se percebe na referência sucinta à estes personagens históricos é que se tratavam de abolicionistas que, de certo modo, possuíam alguma influência na sociedade da Primeira República. Assim, a narrativa sobre Abolição contempla outras vozes, exclusivamente masculinas, para além da Princesa Isabel, ao considerar a existência de um movimento abolicionista.

#### **4.2.4 História do Brasil (1910) – Mario Bulcão**

O livro didático “História do Brasil” (1910), por Mario Bulcão, foi publicado pela Tipografia Magalhães, em São Paulo, e destinava-se aos cursos primário e ginasial. A contra capa apresenta algumas informações iniciais acerca do autor, mas não indica a edição.

A edição não possui prefácio e caracteriza-se por apresentar apenas narrativas acerca da História do Brasil. A obra é dividida em 35 capítulos, desde a “Descoberta da América” até Administração Republicana até 1909”, abordando temas históricos do Brasil, e possui ao todo 137 páginas. A temática da Abolição é abordada no capítulo intitulado “Factos principaes do reinado de D. Pedro”, o qual contém quatro páginas. A narrativa do autor é descritiva e apresenta datas, nomes e fatos “mais importantes” acerca da Abolição.

De início, Bulcão (1910) cita os fatos “de maior importância” que ocorreram após a Guerra do Paraguai: extinção da escravidão; as lutas entre o Episcopado e a Maçonaria; e as questões militares que tiveram como resultado a proclamação da República. De acordo com o texto: “(...) em nenhum destes acontecimentos se destaca a personalidade de D. Pedro II, porque os

---

<sup>39</sup> José Carlos Patrocínio foi político, jornalista, escritor, orador e farmacêutico. Destacou-se no movimento em prol da Abolição.

<sup>40</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro, formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

<sup>41</sup> João Fernandes Clapp foi um comerciante e abolicionista brasileiro. Foi presidente da Confederação Abolicionista e pioneiro em promover a educação gratuita para ex-escravizados.

<sup>42</sup> Antônio Bento de Souza e Castro foi promotor público, juiz e abolicionista brasileiro.

<sup>43</sup> Luís Carlos de Lacerda, jornalista, orador e delegado de polícia, recebeu do Imperador Pedro II a comenda Imperial Ordem da Rosa, criada em 1829 pelo seu antecessor, Pedro I.

importantes decretos relativos à abolição não foram assignados por elle (BULCÃO, 1910, p.128)".

Desta maneira, o autor apresenta algumas informações a respeito do fato histórico Abolição e trata também de outros acontecimentos anteriores a este. Segundo Bulcão (1910), no mês de janeiro do ano de 1866, já havia sido apresentado um projeto de lei por Pimenta Bueno (marques de São Vicente) ao Imperador, permitindo a emancipação gradual dos escravizados. Em 1867, D. Pedro II atendeu ao pedido da Sociedade Francesa de Abolição, permitindo a aprovação desse mesmo projeto, no qual havia um artigo em especial que garantiria a emancipação completa em 1899.

Já em 1868, Teixeira Junior (visconde do Cruzeiro) tentou obter a aprovação de um projeto, não especificado, o qual causara um desentendimento no ministério. Em seguida, o autor faz referência à Lei do Ventre Livre, a qual foi presidida pelo Visconde do Rio Branco, e cita a Princesa Isabel, atribuindo o adjetivo "fraca" à mesma:

O ministerio de 7 de Março de 1871, presidido pelo Visconde do Rio Branco, aproveitado-se da ausencia do imperador e da fraqueza da princeza D. Isabel, condessa d'Eu, obteve, depois de grande lucta, e de abrir dissidencia no partido conservador, a approvação da lei de 28 de setembro de 1871 que emancipava o berço dos captivos. O nome do visconde do Rio Branco, Paranhos, serviu para que as mães escravas testemunhassem aquele notavel estadista a sua gratidão, dando-o, como sobrenome, a seus filhos (BULCÃO, 1910, p. 129)

Neste caso o autor salienta a importância do Visconde do Rio Branco para a aprovação da Lei do Ventre Livre e o grande significado dessa lei para os escravizados. De acordo com a narrativa, as mães escravas passariam a ter tamanha gratidão pelo Visconde ao ponto de dar o sobrenome do mesmo para seus filhos, ou seja, a liberdade surge representada como ato de bondade e benevolência para com o povo negro. Nessa narrativa, a figura da Princesa Isabel não é vista como redentora, outro personagem histórico assume tal atributo, o Visconde do Rio Branco.

Em seguida, o autor comenta a queda do ministério Dantas, em 1865, devido ao seu esforço de fazer leis pelo fim da escravatura. Aponta o estado do Ceará e o do Amazonas, nos quais libertaram os escravizados no ano de 1885. E, por final, cita a data "13 de maio de 1888" como o grande dia no qual João

Alfredo teve a glória de obter a assinatura da Princesa Isabel em favor da Abolição. O autor considera que:

A questão do abolicionismo foi uma das que mais apaixonaram aos Brasileiros, os quaes commovidos pela propaganda feita pela mocidade das escolas e pela imprensa adeantada do paiz, não regatearam applausos aos nomes daquelles que se immortalizaam nesta campanha (BULCÃO, 1910, p.130).

A ideia que persiste nesta narrativa é de que a Abolição dos escravizados no Brasil teria sido um fato bem resolvido, um movimento “apaixonante”, o que, de certo modo, conduz à uma representação romantizada do movimento abolicionista. A narrativa desconsidera, portanto, que no Brasil, além de um longo processo de luta e resistência contra a escravidão, os negros foram libertos sem qualquer indenização ou outro bem que remunerasse todo trabalho responsável pela construção da nação brasileira, ou que garantisse o mínimo de recursos para a sobrevivência com alguma dignidade. Além disso, a Lei Áurea, tardia, também não indenizou os escravocratas que reivindicavam indenização por seus escravizados libertos, gerando um grande descontentamento também por parte da elite brasileira.

Para Mario Bulcão, a Abolição teria se dado por meio da propaganda abolicionista, que iniciou antes mesmo da Guerra do Paraguai e teria dado passos muito lentos até, de fato, ocorrer a libertação dos escravizados no Brasil. Tal propaganda teria sido difundida também por meio da imprensa, a qual o autor frisa que estaria bem adiantada em nosso país no período em que aconteceu a Abolição.

Dentre as narrativas didáticas analisadas publicadas na primeira década do século XX, observa-se a continuidade de muitos aspectos que envolvem o evento histórico Abolição, como também é possível considerar que novos elementos passam a ser incorporados. Dentre as questões que agora integram os acontecimentos históricos relativos à Abolição estão as alforrias e as fugas de escravizados, assim como a referência à propaganda abolicionista, à imprensa e ao partido abolicionista. Assim, percebe-se que aspectos como a resistência e a opinião pública começam a ser considerados na construção das narrativas. O repertório de personagens históricos envolvidos com o ato da Abolição também aumenta e, de certo modo, relativizam a atuação da Princesa

Isabel. Com exceção do que se observa na obra de Joaquim Maria de Lacerda, que se refere a uma reedição de um texto produzido em 1880.

### **4.3 A Abolição em livros didáticos publicados na década de 1910**

Nesta seção serão analisadas cinco obras publicadas na década de 1910, trata-se de: “Resumo de História do Brasil” (1911), de José E.C de Sá e Benevides, “Epítome da História do Brasil” (1911), de Alfredo Moreira Pinto, “Licções de História do Brasil” (1916), de Esmeralda Masson de Azevedo, “Pequena História do Brasil” (1918), da Coleção FTD, e “História do Brasil” (1918), de Rocha Pombo.

#### **4.3.1 Resumo de História do Brasil (1911) – José E.C de Sá e Benevides**

O livro didático “Resumo de História do Brasil” por José E.C de Sá e Benevides, em sua 7ª edição, foi publicado pela Livraria Francisco Alves & cia, em Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, no ano de 1911.

A obra contém 24 capítulos, desde "O descobrimento" até "A proclamação da Republica", totalizando setenta páginas. A temática da Abolição é abordada no capítulo intitulado "A Abolição da escravidão", o qual compreende duas páginas. Nesse livro didático, o índice é apresentado nas primeiras páginas e recebe o título de "Programma (de exames de sufficiencia para matricula na escola normal)". Não possui prefácio, imagens, quadros e perguntas.

De início, o autor declara que a escravidão africana durou séculos no Brasil e justifica tal sistema pela falta de mão de obra na nação. Porém, adverte que o "espírito" liberal da nação, quando essa tornou-se independente, já trabalhava em prol do fim da escravidão, assim, alegando a necessidade, justifica o sistema escravagista no país. O povo africano é representado pela sua capacidade de adaptação às condições de escravidão, como destaca o excerto que segue:

E' de data secular a instituição da escravidão africana no Brazil. A necessidade de braços fez com que o colono appellesse para o africano, que oferecia as melhores condições não só para resistir as intemperies de um clima tropical, como para supportar todos os excessos e passividades da escravidão.

O espirito liberal da nação, porém, quando ella se constituiu como uma nacionalidade autonoma, trabalhou pela extincção da escravidão (BENEVIDES, 1911, p. 66).

Em seguida, o autor cita as leis emancipacionistas e atribui a estas um dos fatores da Abolição. Em um texto de tratamento factual, o impacto das leis é pouco problematizado, mas relacionado a um segundo fator: a propaganda abolicionista. Como se observa:

Firmou-se com a Inglaterra a convenção de 26 de Novembro de 1826 da extincção do trafico que, a despeito da lei, continuou, até que Euzebio de Queiroz o extinguiu com a lei de 4 de setembro de 1850. O espirito democratico, porém, ainda não satisfeito com esta conquista, cogitou da liberdade dos nascituros, encontrando em Rio Branco, então presidente do conselho de ministros, um defensor de suas ideias. E, depois de muita resistencia, realizou-a, com a lei de 28 de Setembro de 1871. Assim estancavam-se as duas fontes da escravidão. Começou, então, a propaganda abolicionista, que preocupou os estadistas da ultima phase do segundo reinado, na qual se tornaram notavies Perdigão Malheiros, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Luiz Gama, Ferreira Menezes, José do Patrocínio, Antonio Bento, João Cordeiro, João Clapp e muitos outros. Quanto mais a opinião official resistia, mais a opinião publica reclamava, e avolumava-se a propaganda, até ser apresentado pelo ministerio de 8 de Maio de 1888 o projecto da abolição da escravidão, que a 13 do mesmo mez era lei do paiz. A escravidão, pois, deixou de existir no Brazil a 13 de Maio de 1888 em virtude da aurea lei (BENEVIDES, 1911, p.66-67).

O autor cita o acordo firmado com a Inglaterra, na convenção de 26 de novembro de 1826, pelo qual devia ser extinto o tráfico de africanos. A pressão inglesa seria um dos fatores que determinaram e poderia ser responsável pelo fim da escravidão. Além disso, é possível observar que, para o autor, as leis Eusébio de Queirós e do Ventre Livre teriam “estancado as duas fontes da escravidão”, sugerindo que o problema já estava sendo resolvido por parte do Parlamento e da Coroa. No entanto, o fim do tráfico de escravizados em 1850 não impediu a entrada ilegal de negros em nosso país para se tornarem cativos; e a Lei do Ventre Livre não garantiu a liberdade por completa dos nascituros, pois, de acordo com a lei, os recém-nascidos ficavam sob a “proteção” dos seus senhores até os 21 anos.

As leis permitiram a emancipação de alguns escravizados a longo tempo, mas não garantiram a liberdade. Além disso, é possível considerar que as pressões da opinião pública (da qual também faziam parte negros e negras em luta pela sua liberdade), da imprensa e dos abolicionistas, fizeram com que essas leis fossem aprovadas, atendendo, de certa maneira, aos interesses da

Coroa como uma maneira de se prolongar a escravidão no Brasil, pois Dom Pedro II temia extinguir a escravidão de imediato e este não era um de seus interesses de governo.

Nesse sentido é preciso destacar a citação de Benevides (1911) a alguns propagandistas abolicionistas, entre eles Luiz Gama, homem negro, nascido de ventre-livre e ilegalmente escravizado, que atuou em defesa dos escravizados. Contudo, a referência a este personagem negro na luta abolicionista é silenciada nessa abordagem, uma vez que não é feita uma descrição do personagem histórico, ficando a cargo do professor realizar essa discussão.

Na narrativa apresentada pelo autor, não há nenhuma referência a Princesa Isabel. Ao se referir à Abolição de fato, dá ênfase ao ministério presidido pelo João Alfredo, que teria encaminhado o projeto de lei, no qual garantiria a todos os escravizados a liberdade total.

#### **4.3.2 Epítome da História do Brasil (1911) – Alfredo Moreira Pinto**

“Epítome da História do Brasil” (1911), 10ª edição de uma obra escrita pelo bacharel Alfredo Moreira Pinto, foi publicada pela Livraria Francisco Alves nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O livro possui 19 capítulos e, ao todo, 177 páginas. A Abolição da escravidão é um tema abordado no capítulo “O Brasil sob Dom Pedro II”, apresentando apenas um parágrafo. A edição não possui prefácio, notas de rodapé e questionários, e ao final a obra apresenta o índice.

O capítulo intitulado “O Brasil sob Dom Pedro II” possui 24 páginas ao todo e aborda em dois tópicos fatos de caráter político, também destinando várias páginas para falar sobre a Guerra do Paraguai.. O primeiro tópico aborda a regência interina após a abdicação do trono por Dom Pedro I, o governo da regência e as rebeliões nas Províncias. Já no segundo tópico, aborda-se as guerras externas, como a Guerra do Paraguai, exército e marinha brasileira, a Tríplice Aliança, os desenrolamentos da guerra e o seu fim.

A temática da Abolição é abordada ao final do segundo tópico de maneira sucinta e resumida: “A 13 de Maio de 1888 foi promulgado o Decreto que extinguiu a escravidão no Brasil. Assignou-o S. A. Imperial, então na regencia do

imperio, por achar-se gravemente doente em Milão S. M. o Imperador” (PINTO, 1911, p. 176).

Entre inúmeros parágrafos, o autor se refere no texto sobre o tema Abolição somente no último parágrafo do referido capítulo. A narrativa é composta por uma data (13 de Maio de 1888) e dois personagens, S. A. Imperial (Princesa Isabel) e o Imperador. Observa-se que o autor não silencia o acontecimento em seu texto, mas não atribui significado e argumentos ao fato histórico.

Assim como se observou na obra de Joaquim Maria de Lacerda, que integra esse *corpus* trata-se de uma 10ª edição, que apresenta um texto ampliado e atualizado, mas que não foi escrito originalmente na década de 1910. Nesse sentido, a análise desses livros permite compreender que a edição das obras se apresenta como um fator bastante relevante no que se refere a atualização e complexidade das narrativas históricas apresentadas.

#### **4.3.3 Licções de História do Brasil (1916) – Esmeralda Masson de Azevedo**

“Licções de História do Brasil”, em sua 2ª edição, escrito por Esmeralda Masson de Azevedo, foi publicado pela Papelaria Mecedo no Rio de Janeiro em 1916, para alunos das escolas primárias.

O livro didático possui, ao todo, 141 páginas e foi dividido em três seções: a inicial, destinada ao ensino primário elementar; a final, destinada aos cursos médio e complementar do ensino primário; e uma terceira seção, que servia para integrar as duas anteriores como uma breve apresentação das chamadas “Individualidades históricas”. A Abolição da escravidão é um tema abordado na primeira seção, na lição intitulada “Scenas históricas”, e na última seção, “Individualidades históricas”, totalizando 3 parágrafos. A edição possui prefácio, imagens, e não apresenta índice.

Sobre a obra em questão, o autor Magno Santos afirma que:

[...] Esmeralda Masson de Azevedo, formada pela Escola Normal Livre do Rio de Janeiro, apresentava a segunda edição de seu livro escolar *Licções de História do Brasil*. Tratava-se de uma obra de história voltada para o ensino primário e que havia se tornado exitosa, no mercado editorial brasileiro do alvorecer do século XX, com a venda de 2 mil exemplares (SANTOS, 2017, p. 205).

O livro didático “Licções de História do Brasil” teria, conforme o autor, ganhado grande visibilidade entre os professores do ensino primário, e obteve grande número de vendas no mercado editorial brasileiro. Tal assertiva se justifica por meio do prefácio escrito na 2ª edição pela autora Esmeralda Masson Azevedo:

A 2ª Edição

Em menos de dous annos exgotou-se a edição de dous milheiros das Licções de Historia do Brazil. Este facto é o attestado mais elogioso que o livrinho pode apresentar.

Em vista do bom acolhimento que mereceu do publico e principalmente dos professores primarios, resolvemos dar a 2ª edição correcta, augmentada e illustrada.

Esperamos que a proteja a preferencia do magisterio primario da nossa amada pátria.

Capital Federal, 17 de Dezembro de 1915. (AZEVEDO, 1915, p. 7)

Além disso, a escrita de livros didáticos como este tinham como base as inquietações vivenciadas em sala de aula, ou seja, a experiência docente tornou-se instrumento para a elaboração de estratégias relativas ao ensino primário.

O prefácio apresentado na primeira edição dialoga com os professores de ensino primário, apresentando algumas percepções acerca do ensino de História e metodologias de como estudar e ensinar a História Pátria. Para além, a autora discute sobre qual seria a idade oportuna das crianças para que aprendam História, argumentando que este estudo poderia ser iniciado no curso médio do ensino primário (3ª série).

Na primeira seção, na lição intitulada “Scenas historicas”, Azevedo descreve brevemente como fora a escravidão no Brasil e quando teria acabado a escravidão negra: “Felizmente hoje não ha escravos; em 1888 acabaram com a escravidão no Brazil” (AZEVEDO, 1916, p. 15). Em seguida, na 7ª lição “2º Império” a autora traz mais informações acerca do acontecimento:

No governo de D. Pedro II, rebentou a luta pela libertação dos escravos negros. Os negros desde a epoca colonial eram trazidos para o Brazil e, por leis parciaes, foram obtendo liberdade.

Só em 13 de Maio de 1888 se extinguiu a escravidão, pela lei geral da abolição, assignada pela princeza imperial D. Izabel que foi apelidada: Izabel, a Redemptora (AZEVEDO, 1916, p. 28).

Já na última seção, intitulada “Individualidades históricas”, a autora explicita os personagens históricos que teriam participado do fato histórico Abolição e põe em destaque os abolicionistas e a Princesa Isabel como a redentora: “Nos ultimos annos da monarchia, José do Patrocínio, o visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, João Alfredo e outros abolicionistas, auxiliados

poderosamente pela princesa imperial D. Izabel, conseguiram acabar com a escravidão no Brasil” (AZEVEDO, 1916, p. 32). Os personagens citados, em sua maioria, estavam vinculados à monarquia, os “outros abolicionistas” não são nominados.

O livro didático “Licções de História do Brasil” foi estruturado com base em narrativas nas quais elencava-se uma sucessão de episódios, heróis e datas. Os homens citados nesta narrativa acerca da Abolição, e em outras lições no livro, emergiam como exemplos a serem seguidos, e apenas uma mulher - a Princesa Isabel - se tornaria uma referência para as futuras gerações. A Princesa Isabel foi nomeada e difundida na história como a Redentora dos escravizados, tendo auxiliado “poderosamente” os abolicionistas e, por fim, assinado a Lei que abolia por completo a escravidão no Brasil. Desse modo, é atribuída a Princesa Isabel uma posição ativa no processo da Abolição que não está presente em outras narrativas. Seria possível considerar que essa abordagem estaria relacionada ao fato do texto ter sido escrito por uma mulher?

#### **4.3.4 Pequena História do Brasil (1918) – Coleção FTD**

O livro didático “Pequena História do Brasil”, uma 4ª edição, foi publicado no ano de 1918 pela Coleção F.T.D<sup>44</sup>, Livraria Francisco Alves, nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Na obra não há indicação de autoria. Era destinado ao ensino primário e secundário.

O livro é dividido em seis períodos dispostos no Sumário: 1º Tempos primitivos (1500-1580), 2º Dominio Hespanhol e Hollandez (1580-1661), 3º Tempos coloniaes (1661-1763), 4º Vice-reino (1763-1822), 5º Imperio (1822-1899), 6º Republica (desde 1889). O conteúdo Abolição da escravidão está abordado no 5º Período, Lição VI, capítulo “Ultimos anos do Império (1870-1889). A lição é também dividida por tópicos: Política interna, Viagens do Imperador, Questão Religiosa, Abolição da Escravatura, Progressos realizados

---

<sup>44</sup> A Editora FTD surgiu no Brasil no ano de 1902, ampliando a atuação dos Irmãos Maristas, que estavam no país desde 1897 na direção de vários colégios. A editora pertencia ao Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria, ou Maristas, congregação católica francesa que chegou ao Brasil no referido ano. As iniciais da Editora são uma homenagem a *Frère Théophile Durand*, Irmão Superior-Geral do Instituto Marista, de 1883 a 1907, que teria sido um dos grandes incentivadores para produção de livros dos maristas.

e Queda do Império. A obra possui questionários ao longo das lições, além de conter notas de rodapé.

Os primeiros membros da instituição FTD, logo quando se estabeleceram no Brasil, por serem uma congregação católica, assumiram tanto a direção como a docência de algumas escolas. Nos anos finais do século XIX, iniciaram seu trabalho como professores nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e depararam-se com a precariedade de materiais didáticos decorrente da ausência de uma política pública do livro e de programas educacionais adequados a tal questão.

A partir disso tais docentes utilizaram de sua experiência em sala de aula e editorial para traduzir e produzir obras didáticas que viessem ao encontro das necessidades escolares daquele período. No Brasil, as primeiras tentativas de produção de livros foram realizadas pelo irmão Júlio Andrônico, no Colégio Nossa Senhora do Carmos, em São Paulo, no ano de 1910 (OLIVEIRA, 2017, p. 3018).

Os Maristas publicaram o primeiro livro FTD no Brasil em 1902: “Exercícios de Cálculo sobre as Quatro Operações”, que se tratava de uma tradução da obra francesa *“Exercices de Calcul sur les quatres regles”*, que já circulava e era utilizada nas escolas maristas da Europa. A obra era acompanhada de problemas, traduzidos e adaptados pelo Irmão Andrônico, que foi diretor de colégios Maristas no Brasil. A partir daí, a cada ano, com mais intensidade, os Irmãos dedicaram-se às tarefas de traduzir os livros de currículo comum aos dois países, Brasil e França, de criar textos para diferentes disciplinas (Português, História, Geografia) e de produzir os primeiros atlas escolares brasileiros.

Nos anos posteriores, simultâneo à expansão das escolas maristas em diversas regiões do Brasil, os irmãos continuavam a produzir livros didáticos e disponibilizá-los às suas próprias escolas, em outros estabelecimentos católicos e, logo depois, também às escolas públicas.

A Editora FTD, chamada no período de Collecção FTD, publicava principalmente livros didáticos e atribuía os serviços de impressão a outras empresas, pois não dispunha de um parque gráfico próprio, o que aconteceu somente nos anos finais da década de 1980.

Os primeiros serviços de impressão foram realizados especialmente pela *Imprimerie Emanuelle Vitte*, na França. Os livros eram organizados nas próprias escolas onde os irmãos trabalhavam e enviados para Lyon, via Porto de Santos em São Paulo. De acordo com Megale (2003), os maristas mantiveram um acordo com a *Emanuelle Vitte* nas três primeiras décadas do século XX, com algumas interrupções, e com a Tipografia Siqueira, em São Paulo. Os serviços de distribuição estavam a cargo de Francisco Alves. Nas palavras de Megale (2003):

Mesmo antes de 1910, a tarefa comercial era visto por muitos como empecilho à dedicação que deveriam dar à escola e a seus alunos. Decidiram então entregar a distribuição e comercialização a uma empresa capacitada e legalmente estabelecida em âmbito nacional. Foi assim que, em 1911, o Irmão Isodoro firmou contrato com o livreiro Francisco Alves de Oliveira (MEGALE, 2003, p. 51).

O acordo com a Francisco Alves estendeu-se até o momento em que os maristas estabeleceram contrato com a Editora do Brasil/S.A, na década de 1950. Tal parceria é demonstrada na publicação da obra “Pequena História do Brasil”, a qual se encontra no acervo do CEDOC/UFPEL.

Sobre a Abolição, o texto apresenta as seguintes informações:

168.ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA- A escravidão, como instituição civil, não podia conservar-se enquanto os outros países americanos iam abolindo esse tráfico ignobil. Creou-se o fundo da emancipação com a lei de 28 de Setembro de 1871, devida principalmente ao Visconde do Rio Branco, a qual declarou livres todos os filhos de mulher escrava, nascidos daquela data em diante (lei dos nascituros). - Outra lei promulgada a 28 de Setembro de 1885, libertava os escravos sexagenários, e assim acelerava a extinção da escravatura. Enfim, a 13 de maio de 1888, a Princesa Regente D<sup>a</sup> Isabel, a pedido de S.S Leão XIII, sancionou o decreto de total abolição da escravatura no Brasil. Por este acto eminentemente humanitário, o Papa mandou a Princesa a condecoração da Rosa de Ouro (1). (AUTOR DESCONHECIDO, 1918, p.109-110)

Embora o capítulo não aborde somente o conteúdo da Abolição, há um tópico em específico para tratar sobre o assunto. O fato deste livro didático não possuir autoria faz com que não se possa atribuir a escrita da narrativa a um único autor. O que, de certo modo, é algo considerável na produção de um livro, como sugere Bittencourt (2013), quando considera que um livro não é escrito somente pelo autor, mas pelos editores e demais profissionais que participaram da elaboração do material impresso.

De início, argumenta-se sobre a escravidão como uma instituição que não poderia mais ser sustentada no Brasil, pois em outros países americanos já havia sido extinta. São citadas algumas leis emancipacionistas, como a Lei do Ventre Livre e Leis dos Sexagenários, embora não sejam assim denominadas, podem ser reconhecidas por meio de datas e atribuições. Segundo a narrativa, as leis teriam contribuído, aos poucos, para a extinção da escravatura, mas ela só teria se dado de fato no dia 13 de Maio de 1888 pelas mãos da Dona Princesa Isabel, a pedido do Papa Leão III.

É percebido no texto o apoio da Igreja Católica para o fim da escravidão, representado pelo Papa Leão III, o qual é lembrado pelo seu pronunciamento encíclica *In Plurimis*, de 1888, para os bispos do Brasil, sobre a Abolição da escravatura. Graças ao “grande” feito da Princesa, teria ele condecorado a dona Isabel à Rosa de Ouro. Tal condecoração é especificada em nota de rodapé: “Joia benta a cada anno, na 4ª dominga da quaresma, pelo Papa, e oferecida depois a um soberano catholico do mundo (AUTOR DESCONHECIDO, 1918, p.110).

A entrega da Rosa de Ouro ocorreu no dia 28 de Setembro de 1888, na Capela Imperial, celebrada em uma grande missa em que a condecoração foi enviada pelo Papa Leão XIII a Princesa Isabel. O “mimo” teria sido uma retribuição pela “atitude caridosa e cristã” da princesa regente que libertou os escravizados do Brasil, no dia 13 de maio do mesmo ano.

A Rosa de Ouro, segundo o historiador Robert Daibert Junior, era “a mais importante condecoração conferida pela Santa Sé” (DAIBERT JÚNIOR, 2006). A 157ª Rosa de Ouro foi a primeira a atravessar o Atlântico e chegar à América, o destino era as mãos da Princesa Isabel e seria a primeira vez que tal dádiva papal teria atravessado o Oceano para ilustrar um personagem da América. A primeira condecoração papal que teria chegado às terras brasileiras teria sido graças à ação que deu liberdade a diversos negros e negras cativos. O historiador Alcindo Sodré escreveu um pequeno texto sobre a Rosa de Ouro e a Princesa Isabel intitulado “Isabel a Redentora, e a Rosa de Ouro(1943)” no qual classifica a Rosa de Ouro não como uma condecoração, mas sim como “um alto dom, um presente excepcional, um mimo precioso que os sumos pontífices se dignam ofertar as Igrejas, Santuários célebres, Soberanos católicos, Príncipes

ilustres, guerreiros famosos ou pessoas por quaisquer títulos sejam beneméritas da Santa Sé" (SODRÉ, 1943, p. 596-600).

Tal assertiva de Sodré caracterizou-se por uma visão da abolição realizada pelos esforços da Princesa Isabel, que por sua bondade e generosidade teria libertado os escravizados e teria perdido seu trono por tal causa. Essa visão elevou a Princesa Isabel ao título de Redentora do Brasil e prevaleceu forte na memória nacional até os anos de 1980, reforçando a ideia de que os escravizados não teriam lutado e resistido pelo fim da escravidão. É somente a partir de 1980, com novas pesquisas, que surgem outros sujeitos que atuaram para a história da Abolição.

De acordo com a pesquisa de Camila Mendonça Pereira (2011) sobre o Abolicionismo e catolicismo, a qual teve como objeto de estudo a elite eclesiástica que esteve ligada às determinações de Roma, essa elite eclesiástica teria adotado uma postura mais moderada, a favor da Abolição, e a solicitava, mas sem abalar a ordem vigente, caracterizada como emancipacionista.

De acordo com Pereira (2011):

A elite eclesiástica brasileira ligada à Roma era conhecida como ultramontana ou romanizadora, e advogou por um projeto emancipacionista próprio, por meio de discursos, cartas pastorais ou da imprensa católica, em que defendiam uma abolição gradual, mantenedora da ordem e das relações de dependência, criticava a imigração e investia na educação dos libertos.[...] (PEREIRA, 2011, p. 17-18)

A participação e a relevância das ações dos eclesiásticos foram mencionados pelo abolicionista Joaquim Nabuco, que as considerou como essenciais para uma vitória mais rápida do movimento em prol da Abolição. Uma das perspectivas históricas que vão ao encontro da participação da Igreja Católica no processo de emancipação dos escravizados é defendida por Emília Viotti da Costa. A autora elencou uma diversidade de atores que, de alguma forma, participaram do processo que resultou no fim da escravidão no Brasil; entre esses atores sociais lembrados pela autora estava a Igreja Católica, que foi mencionada com destaque para o ano de 1887, data em que a Igreja manifestou-se abertamente a favor da Abolição. Emília também observou que no discurso da Princesa Isabel, no ano de 1888, o cristianismo, que durante muito tempo tinha coexistido com a escravidão, havia se tornado incompatível com ela.

Desse modo, a autora estabelece a Igreja Católica como uma instituição atuante também do processo histórico da Abolição. No entanto, como aponta Pereira (2011), embora haja muitos estudos na historiografia sobre a Abolição da escravidão no Brasil, e apesar de muitos sujeitos sociais terem ganhado destaque após a revisão historiográfica, em 1988 a liderança católica continuava oculta dessa história. Já na narrativa didática apresentada percebe-se que os principais personagens históricos atuantes na Abolição teriam pertencido à elite e a Igreja Católica, não atribuindo outros feitos a demais sujeitos sociais da história.

A ação do clero seria mais um dos elementos que contribuiriam para o fim da escravidão e que participariam da disputa pela memória da Abolição. Assim como muitos outros grupos sociais, que de diferentes formas, participaram e lutaram pela causa abolicionista, a elite eclesiástica propunha um roteiro próprio para a conquista da liberdade, e tal roteiro é disposto nesse livro didático, mesmo que em entrelinhas, o qual destaca o papel da Igreja juntamente com a elite imperial. No entanto, os interesses do clero estavam atrelados à emancipação lenta e gradual dos escravizados por meio de concessão de alforrias e tendo como resposta gratidão dos escravizados aos seus senhores, mantendo a ordem e passividade na sociedade.

#### **4.3.5 História do Brasil (1918) – Rocha Pombo**

O livro didático “História do Brasil”, de Rocha Pombo, fora publicado em sua 17ª edição no ano de 1918, pela Companhia Melhoramentos de S. Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), com o objetivo de ser utilizado no ensino secundário.

A obra é composta de 89 capítulos, que vão desde "O mundo no século XV" até os novos presidentes da então proclamada República, no total de 317 páginas. O conteúdo Abolição da escravidão é abordado no capítulo intitulado “LXXXI Nova Era” que trata sobre o fim da escravidão e sobre a "nova era" que se instalava no Brasil a partir dali, totalizando quatro páginas. A obra apresenta prefácio, gravuras, quadros, mapas históricos.

Em geral, o livro segue as marcas tradicionais de periodização da história do Brasil, acompanhando os fatos políticos-administrativos que marcaram a

formação da nação e do Estado brasileiro: “descobrimento”, colonização, independência, Abolição, proclamação da República. Pelo texto, o autor, por várias vezes, deixa perpassar o seu sentimento republicano, coerente com seu posicionamento político, por ser um ativo participante do movimento republicano (PINA, 2009).

Em paratextos do livro são apresentadas as principais informações a respeito da obra, como no prefácio escrito pelo próprio autor, Rocha Pombo:

Esta pequena historia  
 Este é o segundo compendio de historia do Brazil que escrevo para a casa Weiszflog Irmãos. Amplio neste um pouco o que se encontra no primeiro; mas seguindo a mesma orientação.  
 É necessario crear entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa historia - sem o que, não haverá esforço que levante o nosso espirito de povo. O que é preciso para isso, a meu ver, é ir começando por alliviar da massa dos factos o contexto historico, reduzindo a narração aos successos mais significativos, de modo a esclarecer a consciencia, a infundir sentimento, poupando o mais que fôr possivel a memoria. E depois, aquelles que desejarem entrar mais fundo nas causas e mais amplamente nos assumptos - que recorram a mais largas fontes.  
 O primeiro trabalho, e o mais interessante, é este - o de mostrar como a nossa historia é bella, e como a patria, feita, defendida e honrada pelos nossos maiores, é digna do nosso culto.  
 É isso o que pretendi fazer, inspirando-me na coragem, no zelo e dedicação com que os snrs. Weiszflog emprehenderam essa cruzada, que estão levando galhardamente, de renovar a nossa bibliographia das escolas e dos lares, convencidos de que este é o esforço fundamental de tudo o que se tiver de fazer no sentido de reerguer a alma da patria.  
 Rio-1918.  
 Rocha Pombo. (POMBO, 1918, p. 3)

O capítulo intitulado “LXXXI Nova Era” trata sobre o fim da escravidão e sobre a “nova era” que se instalava no Brasil com o fim da Guerra do Paraguai (1870). Seria essa uma nova era da história do Brasil, composta de: liberdade; reformas políticas e sociais; incremento à economia interna; construção de estradas de ferro; ampliação da navegação; chegada telégrafo para todas as províncias e para o exterior; formação de novas empresas e grandes companhias com recursos do próprio país; fundação de colônias agrícolas; estabelecimento de engenhos, manufaturas, fabricas e oficinas; transformação dos centros urbanos; criação de Escolas Normais para a formação de professores e multiplicação de escolas de primeiras letras; organização de institutos de humanidades em todas as capitais; imprensa em rápido desenvolvimento; fundação de clubes de leitura, bibliotecas populares, institutos históricos; entre outros eventos citados pelo autor.

É interessante o modo como o autor estrutura o capítulo, bem como o título que escolhe para nomeá-lo. A Nova era, segundo Rocha Pombo, seria constituída por grandes avanços econômicos, políticos, sociais e educacionais, e se aproximaria da então desejada República. De acordo com o texto de Rocha Pombo, após o fim da escravidão o Brasil teria avançado em todos os sentidos.

Para Rocha Pombo, no Brasil procurou-se um meio para que se pusesse fim à escravidão sem comprometer por inteiro a economia e sem prejudicar “uma só geração” por um “crime secular”. Para dar conta deste propósito é colocada em prática uma emancipação lenta e gradual dos escravizados através da elaboração de leis:

2. Como à existência da nefanda instituição se prendessem os maiores interesses econômicos do paiz, procurou-se um meio termo, que evitasse o fracasso de uma solução radical, e que não impuzesse, portanto, a uma só geração todo o castigo do crime secular. Confiou-se esse trabalho ao benemérito Paranhos (visconde Rio Branco); e este conseguiu passar nas Camaras a lei de 28 de Setembro (1871) chamada ventre livre, que extinguiu, daquela data em diante, a condição servil. Essa lei, no entanto, não satisfez ao sentimento nacional. A escravidão estava morta, mas ainda existiam escravos (POMBO, 1918, p. 267-268)

No entanto, tais leis não foram responsáveis pelo fim imediato da instituição servil e nem o bastante para refrear o sentimento nacional, que seria o mesmo dos vários sujeitos envolvidos na luta abolicionista, desde a resistência dos negros e negras nas senzalas e fugitivos até os mais letrados pertencentes à elite, que desejavam o fim do regime servil. Rocha Pombo afirma que:

Procurou-se contemporizar, decretando medidas com que se apressasse a manumissão da escravatura subsistente. Nada disso bastou. Em todas as províncias clamava-se pela abolição imediata. Chegou um momento em que não foi mais possível adiar o desfecho daquela crise: e a 13 de Maio de 1888 era promulgada a lei aurea, que aboliu a escravidão (POMBO, 1918, p. 268)

De acordo com o autor, a situação escravagista no Brasil tornou-se insustentável, denominando-a como “crise”. Pombo, em sua narrativa, faz menção apenas a um sujeito histórico envolvido no processo de Abolição, que seria o Visconde de Rio Branco, o qual adjetiva como “benemérito Paranhos”, e cita apenas duas leis: Lei do Ventre Livre e Lei Áurea.

É percebível nessa narrativa que o fim da escravatura é consequência da crise em que se encontrava o Brasil diante do fato de não haver condições para prolongar o regime escravocrata. A Abolição teria ocorrido no dia 13 de Maio de

1888 com a promulgação da Lei Áurea, data, fato e evento sempre lembrados nas narrativas didáticas vistas até aqui. No entanto, Pombo não cita a corte imperial nesse evento, tampouco fala a respeito da Princesa Isabel. A ausência desta personagem caracterizaria a nova era como um tempo sem reis e rainhas, sem Corte Imperial, e aproximava-se de uma sociedade que ansiava em ser republicana. Essa nova era seria contemplada também por novas narrativas didáticas, ao menos, por Rocha Pombo.

Deste modo, é possível afirmar que nas narrativas até aqui apresentadas a Abolição teria sido o fato que culmina o processo abolicionista e não o processo em si. O fim da escravidão, de modo geral, é descrito como um fato – a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888 – que rompe a ordem social, política e econômica brasileira, ligado às leis que a antecederam.

#### **4.4 A Abolição em livros didáticos publicados na década de 1920**

Nesta seção, serão analisadas seis obras publicadas na década de 1920: “Alma Brasileira” (1922), de Assis Cintra, “História do Brasil por perguntas e respostas” (1925), de João Von Frankenberg, “Noções de História do Brasil” (1925), de Afonso Guerreiro Lima, “Resumo da História do Brasil” (1928), de Maria G.L Andrade, “História da Minha Terra” (1928), de Jorge Sallis Goulart e “Pequena História do Brasil para uso das escolas primárias” (1930), de Mario da Veiga Cabral.

##### **4.4.1 Alma Brasileira (1922) - Assis Cintra**

O livro didático “Alma Brasileira”, de autoria de Assis Cintra, foi publicado em 1922 pela Editora Companhia de Melhoramentos, de São Paulo. A obra foi aprovada pela Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo.

O livro é caracterizado por apresentar datas de festas nacionais, datas memoráveis e chefes de estado, dividido em duas partes: Dias de Festa Nacional e Os chefes de Estado. A Abolição da escravidão é abordada na primeira parte com o seguinte título “13 de Maio (Libertação dos escravos)”, a qual apresenta

cinco figuras representativas do fato: Patrocínio, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco e Dona Isabel; o texto compreende três páginas.

O livro “Alma Brasileira” (1922) trata-se de um manual de civismo e tinha como objetivo despertar o amor à pátria e enaltecer a República. Na introdução, o autor Assis Cintra destaca que os países dito “civilizados” despertariam na alma do povo, por meio de festas e celebrações, três sentimentos: “o amor da pátria, a fraternidade humana e o culto da liberdade” (CINTRA, 1921, p. 5).

O livro apresenta cada um dos feriados instituídos pelo Decreto de 15 de novembro de 1890. Deste modo, são apresentadas pelo autor algumas datas memoráveis do Brasil e do mundo europeu que seriam recordadas pelo regime republicano, como, por exemplo: 15 de novembro de 1889, queda da Monarquia; 1 de janeiro, confraternização dos povos; 3 de maio, “descoberta” do Brasil; 14 de julho de 1789, queda da Bastilha; entre outras.

As comemorações citadas são divididas em três grupos: o da fraternidade universal, o da pátria e o da liberdade. No terceiro grupo, intitulado “Liberdade dos homens”, o autor destaca três datas por ele consideradas de suma importância para a plena liberdade dos homens: 14 de Julho, 13 de Maio e 24 de fevereiro.

Em 13 de Maio comemoramos a queda e destruição de uma lei barbara e cruel que transformava seres humanos em simples mercadorias: a *escravatura*, abolida em 1888.

Em 24 de Fevereiro festejamos o advento da Democracia Brasileira, através de uma Constituição tão liberal como a do mais livre paiz do mundo, - a consagração ultima da igualdade de direitos sociaes:

<< Perante a Lei todos os brasileiros são iguaes, quer seja o chefe do Estado, quer o mais humilde operário. Nenhuma classe é privilegiada.>> (CINTRA, 1921, p. 9)

É importante destacar esta ênfase dada pelo autor na introdução, pois nota-se que ele irá abordar tal temática no livro didático, indicando sua posição quanto ao assunto histórico. Para Assis Cintra, comemora-se no dia 13 de Maio a Abolição da escravatura, queda e destruição de um sistema, segundo ele, bárbaro e cruel. Além disso, o autor remete às demais comemorações e cita a Constituição, que garante a igualdade entre os povos e classes, apontamento muito importante para ser discutido na Primeira República. Nota-se, ainda, uma nova abordagem dada à temática Abolição, esta contemplando a liberdade dos escravizados e os direitos de todos à igualdade social.

O dia 13 de Maio é visto pelo autor como uma festa nacional em que se comemora “um dos factos mais importantes de nossa vida: a abolição da escravidão no Brasil (CINTRA, 1922, p.27)”. De maneira geral, o autor faz um comentário sobre a escravidão e descreve-a como uma “mancha” que o país possuía:

[...] A escravidão era uma grande mancha que o Brasil tinha. Brasileiros notáveis fizeram a propaganda contra ella. Foram eles Ruy Barbosa, Perdigão Malheiros, Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Joaquim Serra, João Clapp, Antonio Bento, João Cordeiro, Manoel Pereira Guimarães e outros. (CINTRA, 1922, p. 28)

Além disso, o autor destaca alguns brasileiros que participaram da propaganda abolicionista, dentre eles figuras já vistas em outras narrativas didáticas e outras ainda não indicadas, como: Ruy Barbosa, Perdigão Malheiros, Tavares Bastos, Joaquim Serra, Antônio Bento, João Cordeiro e Manoel Pereira Guimarães; todos políticos que, de algum modo, estiveram envolvidos com as questões abolicionistas no período.

Assis Cintra segue escrevendo sobre a temática e cita o feito do Visconde do Rio Branco em prol da libertação dos nascituros da escravidão, sem especificar a lei. Afirma que a lei não foi o bastante, e por esse motivo a propaganda teria continuado. Escritores franceses enviaram uma mensagem pedindo a liberdade dos escravizados, assim como o papa publicou uma bula (carta aos católicos) pelo fim da escravidão. Faz também menção à fuga dos escravizados, à ordem dada ao exército pelo Império para prender os negros fugitivos e às agitações do fim da escravidão, não comentadas pelos demais autores. Para Cintra, a Princesa Isabel não teria sido ativa no processo da abolição, sendo responsável apenas pela assinatura da lei:

[...] A liberdade dos negros tinha que vir. E veio com o decreto de 13 de Maio de 1888, assignado pela *Princesa Regente* e pelo ministro da Agricultura *Rodrigo Silva*. O presidente do Ministerio, ou seja o 1º ministro, era o dr. João Alfredo. E assim que acabou a escravidão no Brasil (CINTRA, 1922, p. 29).

Para concluir o texto acerca da temática, ele justifica o porquê de se comemorar a data 13 de Maio:

Eis ahi porque em todos os recantos de nossa pátria se commemora o dia 13 de Maio, como um dia de festa nacional. É justíssima tal comemoração que lembra a liberdade de uma raça oprimida pela ambição criminosa de gente que se dizia civilizada (CINTRA, 1922, p.29)

A data - 13 de maio de 1888 –, seria um marco do acontecimento histórico da Abolição. Essa teria sido comemorada por muito tempo na Primeira República, como uma maneira de rememorar o fim da escravidão no Brasil. Há a construção de uma memória nacional acerca da data, pois ainda hoje existem comemorações acerca da mesma. Contudo, desde a década de 1970, a data não é tão prestigiada como fora no passado, pois, a partir das mobilizações do movimento negro no Brasil, decidiu-se instituir um dia especial para o dia da consciência negra, para ressaltar o papel dos próprios negros na Abolição da escravidão, até então silenciados. Assim, o dia 20 de novembro, que rememora a execução do líder Zumbi, seria um contraponto ao 13 de maio.

Assis Cintra foi um historiador de sua época e seus livros foram adotados em importantes instituições. A História vista pelo autor era constituída de datas, acontecimentos e heróis que deveriam ser inseridos na história republicana e rememorados. Foi por meio de seus escritos que propôs sua interpretação da História.

O livro “Alma Brasileira” (1922) foi uma obra com boa circulação, adotado na Escola Normal, e ao que tudo indica educou uma geração. Em 1929, foi adotado também nas escolas do Rio Grande do Sul, pelo então governador do estado Getúlio Vargas. Assim, “Alma Brasileira” teve êxito por mais de uma década, adaptando-se às normas do Estado Novo (MACHADO, 2004).

#### **4.4.2 História Do Brasil Por Perguntas E Respostas (1925) – João Von Frankenberg**

O livro didático “História do Brasil por perguntas e respostas” (1925), é uma 7ª edição do escritor e gaúcho João Von Frankenberg, publicada pela Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia, em Porto Alegre.

A obra possui 170 páginas e nove capítulos, desde o “Descobrimento e colonização do Brasil 1500-1580” à “A República”. A temática da Abolição é abordada no capítulo VIII, intitulado “O declínio da Monarquia 1871-1889”, o qual contém quatro tópicos: Administração e progressos, A questão religiosa, o Abolicionismo e a propaganda republicana. O tópico “O Abolicionismo” contém quatro páginas. O conjunto de paratextos da obra é composto pela imagem do brasão do Brasil, prefácio da 6ª edição, prefácio da 1ª edição e Índice.

A Livraria Selbach & Cia., fundada em 1908, contava com livraria, papelaria, encadernação e pautaço. A editora Selbach foi uma das editoras que eram voltadas quase exclusivamente para o campo editorial didático. Sobre a história da editora, Eduardo Arriada afirma:

Esta casa editorial foi fundada em 1888 por João Mayer Júnior, a qual se associou, em 1903, Jacob Selbach Júnior, constituindo a firma Selbach & Mayer. Em 1907, falecendo Jacob Selbach Júnior, assume a sua parte seu filho Afonso Selbach. Retirando-se em julho de 1910 o sócio João Mayer Júnior, a casa passa a adotar apenas o nome de Afonso Selbach, até 01 de abril de 1911, quando incorpora como sócio José Rodrigues da Fonseca, passando a denominar-se Selbach & Cia. Trabalhando em prédio próprio, a firma além da Livraria, edita diversas obras, principalmente livros escolares adotados nas aulas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.[...]

Em 1913, por ocasião do falecimento do sócio Afonso Selbach, foi a partir de 1917, organizada nova firma, sob a razão social de J.R. da Fonseca & Cia. Dividida em várias seções, sendo principais as que se referem à livraria, papelaria, artigos para escritório, máquinas de escrever, e artigos para igrejas, ramo no qual se destaca, sendo muito procurada pelo clero rio-grandense.[...] (ARRIADA, 2012, p. 11 e 12)

O prefácio da 1ª Edição, escrito pelo João Von Frankenberg, em Porto Alegre, no dia 24 de Junho de 1916, traz algumas considerações importantes a respeito da obra. A primeira versão sobre a História do Brasil foi escrita por Frankenberg no ano de 1883, no modelo perguntas e respostas. A obra foi estruturada com essa metodologia a pedido de muitos professores, a qual, segundo o autor, seria uma forma de livro “antiga”. Já o prefácio da 6ª edição não foi assinado nem trouxe redigido as iniciais do autor ao final. Foi escrito em Porto Alegre, no dia 23 de Janeiro de 1925: “Completamente reformado e enriquecido de instructivas figuras apresenta-se pela 6ª vez este manual da historia pátria” (FRANKENBERG, 1925, p. 3). A partir disso contata-se que houve várias edições deste livro didático, sendo esta última acrescida de imagens em um livro “completamente reformado e enriquecido”.

Sobre a Abolição da escravidão, Frankenberg aborda o assunto no tópico intitulado “Abolicionismo”. Atualmente, o termo abolicionismo é considerado como um movimento social e político que visava a Abolição da escravatura. Desenvolveu-se durante o Iluminismo do século XVIII e tornou-se uma das formas mais representativas de ativismo político do século XIX até a atualidade. De acordo com as proposições de Ângela Alonso (2014), o movimento abolicionista é estudado como um processo e caracterizado como um movimento social ocorrido no Brasil, pois tanto os atores sociais foram diversos

como também os espaços onde ocorreram os debates políticos foram diferentes. Neste movimento estiveram envolvidas pessoas da elite e pessoas das camadas mais pobres, manifestando-se em diferentes espaços de convivência, desde os mais luxuosos até os mais simples, como nas senzalas. A causa abolicionista foi debatida, também, em locais públicos e privados, como no Parlamento, nas ruas, nas entidades abolicionistas, nas casas das famílias e na imprensa.

Como o texto da obra é estruturado por perguntas e respostas, neste tópico o autor faz cinco questionamentos: “Porque foi que se conservou a escravidão tanto tempo?”, “Que acontecimento contribuiu para apressar o movimento abolicionista?”, “Quais foram as leis promulgadas relativas à escravidão?”, “Que sociedade contribuiu muito para acelerar a completa abolição?” e “Quando se deu o último golpe à odiosa instituição?”. As respostas, de modo geral, são sucintas e apresentam datas, leis e personagens históricos do período.

Segundo Frankenberg, a escravidão teria se prolongado por mais tempo devido a oposição dos grandes fazendeiros, dificultando o progresso do movimento abolicionista mesmo após a extinção do tráfico. O acontecimento que que favoreceu o movimento teria sido a Guerra do Paraguai, durante a qual os brasileiros estabeleceram contato com os países espanhóis, onde já não havia mais escravidão. Com o fim da guerra, o Imperador teria se entendido com o ministério de Visconde do Rio Branco.

O autor cita duas leis promulgadas relativas à escravidão: Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários, que teriam contribuído para o fim da escravidão. Além disso, Frankenberg fala acerca da sociedade que contribuiu para acelerar a Abolição, no que destaca José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. A questão teria sido nacional e popular, e muitos municípios teriam abolido a escravidão antes mesmo da Lei Áurea. No ano de 1888, o movimento teria chegado ao seu auge, quando muitos negros haviam abandonado as fazendas e as tropas do Império não poderiam mais resistir e impedi-los.

O fato de o autor conceituar a Abolição como movimento indica uma nova interpretação histórica acerca do tema. Além disso, o autor cita a participação popular neste processo no qual se instituiu a Abolição de fato. Ao citar os negros e sua resistência ao sistema escravagista, Frankenberg não oculta ou inviabiliza por completo a participação destes atores sociais no acontecimento.

Para Frankenberg, o último golpe dado à "odiosa instituição" teria ocorrido na Câmara, quando o gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo propusera o projeto pelo fim da escravidão por completo, que foi aceito e transformado em lei no dia 13 de Maio de 1888. Deste modo, a princesa Isabel sancionou e assinou a lei que pôs fim a escravidão no Brasil como último ato.

#### **4.4.3 Noções De História Do Brasil(1925) – Afonso Guerreiro Lima**

O livro “Noções de História do Brasil”, por Afonso Guerreiro Lima, foi publicado em sua 3ª edição no ano de 1925 pelos Editores Barcellos, Bertaso & Cia., Livraria do Globo, em Porto Alegre. A obra teve dez edições publicadas, a 1ª em 1915 e a 10ª em 1942 (MANKE, 2018). A Livraria do Globo surgiu em 10 de dezembro de 1883, na rua dos Andradas, nº 268, por iniciativa de Laudelino Pinheiro Barcelos e Saturnino Antunes Pinto. Na década de 1920, era um dos principais locais de encontro de intelectuais porto-alegrenses. A razão social desta editora, primeiro, foi L.P Barcelos & Cia, depois, com o ingresso de José Bertaso, passou a denominar-se Barcelos, Bertaso & Cia (ARRIADA, 2012).

O livro possui 152 gravuras, sendo: 21 mapas explicativos, 81 retratos, 44 vistas de batalhas, 6 polychromias, 12 quadros de recapitulação e 4 quadros de civilização. O prefácio da obra direcionado ao leitor é escrito pelo próprio Afonso Guerreiro Lima, apresenta a estrutura da obra pormenorizando. A obra apresenta, assim, duas partes: pré-história do Brasil e os tempos históricos. Nas palavras do autor: “Este livro, abrange duas partes: a pre-história do Brasil, onde se expõe a vida do selvagem, os seus usos e costumes na paz e na guerra: os tempos historicos, desde o descobrimento até nossos dias (LIMA, 1925, p. 2)”.

Na composição do livro didático o autor indica que cada lição contém na página par um ponto histórico e explicações, e na página ímpar um resumo cronológico da lição. Após cada período histórico citado é apresentado um quadro de recapitulação das lições, além de possuir ilustrações. O livro didático era destinado aos professores: "Aos senhores professores rogamos que nos advirtam as lacunas e erros encontrados, afim de que, em edições subsequentes, possamos melhorar este despretencioso trabalho" (LIMA, 1925, p. 2).

O conteúdo Abolição é abordado na 8ª Lição, com o título "Declínio da monarchia", no tópico "Extincção da escravatura", o qual compreende três parágrafos de texto e apresenta uma imagem da Princesa Isabel. Acerca do assunto, o autor escreve:

Extincção da escravatura

O imperador havia seguido doente para a Europa, deixando a princeza imperial **d. Izabel**, como regente do Imperio (1887).

A opinião publica manifestava-se cada vez mais favoravel á abolição da escravatura, no que o governo se achava tambem empenhado.

Nestas condições, formou-se o gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo, que apresentou um projecto de libertação incondicional e o converteu em lei no dia 13 de maio de 1888, no meio de grande regosijo popular (LIMA, 1925, p. 154, destaque no original).

No texto, o nome da Princesa Isabel, "d. Izabel", aparece em negrito, e ao lado fora colocado uma imagem da mesma, dando destaque a esta figura histórica, que na ausência de seu pai, o Imperador, representava o poder imperial. O autor também destaca a opinião pública, a qual se manifestava a favor do fim da escravatura no Brasil, elemento importante pois contempla também a participação popular na Abolição.

Lima considera, em sua narrativa, que o governo, o Império, se achava empenhado também a favor da Abolição. Contudo, de acordo com Joaquim Nabuco, na obra "O abolicionismo", o imperador prolongou por muito tempo a instituição servil, pois não queria descontentar a elite brasileira, a qual era constituída por grandes fazendeiros e senhores de escravizados, e por tal motivo, prorrogou o quanto pôde a escravidão para estabelecer a "ordem" no Império. A pressão dos abolicionistas, da população, as fugas e resistências escravas fizeram com que o sistema se tornasse insustentável e, na ausência do Imperador, fosse apresentado um projeto de libertação pelo conselheiro João Alfredo. Tal projeto teria como resultado a data, 13 de maio de 1888, e a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que, embora estudos apontem ter sido a favor do fim da escravidão, na verdade não teria outra opção, independente de opinião, se não pôr fim à "odiosa instituição" (Nabuco, 2012).

No tópico "Ultimo ministério" o autor coloca que a Abolição dos escravizados teria fortalecido muito o partido republicano, o qual teria recebido em toda parte adesões numerosas. Assim o autor acaba por associar o movimento abolicionista ao fim da Monarquia e relata os inúmeros problemas que apresentavam o Império.

Dessa forma, o livro “Noções de história do Brasil” apresenta o conteúdo Abolição da escravidão de modo cronológico e descritivo, a narrativa histórica assemelha-se aos moldes dos textos que compunham os livros de leitura. Observa-se, ainda, na narrativa um destaque à figura da princesa Isabel, mas o autor também dá ênfase às manifestações populares que estariam empenhadas pelo fim da escravidão.

#### **4.4.4 Resumo Da História Do Brasil (1928) – Maria G. L. Andrade**

O livro didático “Resumo da História do Brasil”, para uso das escolas primárias brasileiras, de autoria da Professora Maria G. L. de Andrade, foi publicado no ano de 1928, pela Tipografia Siqueira em São Paulo. Na obra não consta a edição da mesma.

A obra possui 32 capítulos, desde "Resumo da história de Portugal antes do descobrimento do Brasil" até "A república desde a presidência de Prudente de Moraes até a eleição de Epitácio Pessoa". Apresentando também um capítulo adicional ao final da obra, quadros sinópticos, questionários, notas de rodapé e imagens.

Na contra capa da obra há imagens de bustos de homens reconhecidos como ilustres da História do Brasil: General Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Quintino Bocaiuva, Dr. Ruy Barbosa, Eduardo Wandenkolk, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Aristides Lobo, Demétrio Ribeiro, Dr. Campo Salles. Entre essas figuras históricas, não se destaca nenhuma figura feminina, popular ou abolicionista. O prefácio da obra é escrito pela própria autora, que afirma ter o objetivo de despertar o interesse e a paixão dos meninos pela pátria, oferecendo a eles um resumo acerca da História do Brasil, o qual está baseado no método do Professor G. W. Pockels, a quem considera como sendo seu “venerável mestre”.

A Abolição da escravidão é um conteúdo abordado no capítulo 30, intitulado "Governo de D. Pedro II desde o fim da Guerra do Paraguai até a Revolução de 15 de novembro de 1889, que aboliu a monarquia e estabeleceu a república federativa dos Estados Unidos do Brasil". O espaço destinado para o conteúdo é de duas páginas e meia, sendo abordado em quatro tópicos: Emancipação dos escravos, Primeira vitória abolicionista, Segunda vitória

abolicionista e Triunfo abolicionista. No primeiro tópico, a autora discute acerca da emancipação dos escravizados, que, segundo ela, deu-se de modo lento, pois temia-se um grande conflito nacional. Embora as ideias filantrópicas associadas ao abolicionismo já houvessem se propagado nas cidades e entre todas as classes sociais e vários ministérios lutassem pelo fim imediato da escravidão, tal projeto teria sido adiado até o fim da Guerra do Paraguai.

De acordo com Andrade (1928), o Imperador resistia aos projetos de leis que colocavam fim à escravidão e prolongava tal situação. Para Dom Pedro II seria mais importante tratar assuntos militares e vencer a Guerra do Paraguai e apenas posteriormente resolver tal situação no Brasil. De acordo com Maria G. L. Andrade, Visconde do Rio Branco teria se aproveitado da ausência do Imperador para aprovar, em 1871, a lei que libertava os nascituros.

De acordo com a narrativa histórica da autora, a primeira vitória abolicionista teria sido a aprovação de leis que libertavam alguns escravizados, mais especificamente os nascituros e os sexagenários. Para Andrade (1928), a Princesa Isabel partilhava das ideias abolicionistas, assim como seu pai, e teria tido a honra e a glória de ter assinado a lei de 28 de setembro de 1871. No entanto, a autora atribui também tal vitória ao partido abolicionista e ao Visconde do Rio Branco, como mostra a narrativa a seguir:

**Primeira victoria abolicionista**

Partilhava a jovem princeza as ideias abolicionistas de seu pae, e teve a gloria de assignar a lei de 28 de setembro de 1871, que emancipava o berço dos captivos, apezar da luta fortissima que travou-se na camara, a qual effectuou uma dissidencia no partido conservador.

Esta brilhante victoria do partido abolicionista foi devida aos esforços à habil diplomacia do visconde do Rio-Branco, José Maria da Silva Paranhos, cujo nome (Paranhos) derão aos seus filhos, que nascerão nessa epoca, as mães escravas agradecidas.

Mas com essa lei não ficarão de todo satisfeitos os abolicionistas, como esperavão os conservadores, e é notavel a epoca de 1880 a 1885 pela actividade da propaganda libertadora, que teve em resultado o projecto Dantas (1884), em que o deputado Rodolpho Dantas, de combinação com o ministerio, propoz o augmento do fundo de emancipação e a alforria dos velhos sexagenarios. Este projecto suscitou uma opposição tão decidida que a camara teve de ser dissolvida. Mas os novos deputados continuarão com a opposição de tal modo que foi o gabinete obrigado a dimittir-se. Succedeu-lhe o ministerio Saraiva que por sua vez cedeu o lugar aos conservadoes presididos pelo barão de Cotegipe (1885) (ANDRADE, 1928, p. 228-229, destaque no original).

Embora a autora atribua o fato da lei ter sido aprovada ao partido abolicionista e ao Visconde do Rio Branco, percebe-se nesta narrativa, como em outras já vistas até aqui, constrói da imagem da Princesa Isabel enquanto

redentora dos escravizados e muitas vezes responsável pelo fato histórico da Abolição. Tal narrativa respondeu a uma política de abolicionismo moderado e ao desejo de perpetuar na memória as boas ações de uma futura imperatriz, embora não houvesse mais um regime monárquico e o republicanismo tentasse apaga-la da memória.

No texto, a segunda vitória abolicionista ocorre a partir do progresso do partido abolicionista e dos ministérios de Antônio Prado e Francisco Belisário, que se comprometem pela votação da lei em prol da libertação dos escravizados que possuíam mais de 65 anos. Além disso, a autora relata a enfermidade pela qual o imperador foi assolado em princípios de 1887 e a sua viagem à Europa, deixando em seu lugar, no trono, a princesa Dona Isabel, a qual, influída pelas ideias abolicionistas, teria resolvido aprovar a reforma tão desejada, ou seja, o fim da escravidão.

Porém, um grande adversário da causa abolicionista teria sido o partido conservador, que vinculava o fim da escravidão à vitória republicana. De acordo com Andrade (1928), a Princesa Isabel acreditava que com a abolição haveria a queda do partido republicano, como mostra o texto:

Os conservadores apoiados pelo gabinete Cotegipe oppunhão-se fortemente áquella medida que na sua opinião traria como consequencia immediata a victoria republicana. Mas a entusiasta princeza acreditava o contrario e estava certa de que a abolição seria um meio infallivel de alcançar popularidade e de destruir o partido republicano que ia ganhando terreno entre a mocidade de nossas academias, anciosa pelo engrandecimento da patria sob um regimen de verdadeira liberdade (ANDRADE, 1928, p. 230).

O triunfo dos abolicionistas teria se dado a partir da demissão do barão de Cotegipe do cargo de Ministério, sendo substituído por João Alfredo, este que se pôs à frente dos abolicionistas e teria alcançado a reforma pela liberdade dos escravizados. A autora relata sobre o dia 13 de Maio de 1888: o povo estava cheio de alegria, que jogavam flores as ruas, por onde o carro da princesa passava. Teria sido um grande acontecimento e pacífico, todas as nações teriam aplaudido ao Brasil. E o imperador ao receber a notícia teria chorado de alegria e exclamava "Grande povo! Grande povo"(ANDRADE, 1928, p.230).

O romantismo com o qual a autora narra o fato histórico nos remete às narrativas literárias. No entanto, é preciso discernir entre os fatos históricos e os fictícios impressos no texto pela autora. O povo brasileiro era constituído de várias etnias e classes sociais e nem todos estavam felizes e gostariam que a

Abolição de fato ocorresse. Os senhores de escravizados e grandes fazendeiros ficaram de imediato descontentes com a Lei Áurea, pois esta não previa a indenização pela perda de suas "propriedades". E no que se trata dos negros escravizados libertos, nem todos tinham para onde ir, a lei não previa também nenhum amparo social a essas pessoas.

A Abolição da escravidão neste livro didático apresenta-se como um movimento abolicionista moderado, formado basicamente por políticos e intelectuais da Corte, que construíram uma imagem acerca de si mesmo como verdadeiros redentores, tendo à frente a Princesa Isabel. Assim, os negros foram, também nesta narrativa histórica, invisibilizados, e tidos como incapazes de desfrutar de uma consciência que lhes possibilitasse tomar ações autônomas pelo fim daquela instituição, uma vez que estariam degenerados pelo título a eles atribuído: escravos.

#### **4.4.5 História Da Minha Terra (1928) – Jorge Sallis Goulart**

O livro didático “História da Minha Terra”, por Jorge Sallis Goulart, foi publicado pela Livraria do Globo- Barcellos, Bertaso & Cia, no ano de 1928, em Pelotas. É uma obra adaptada pela Diretoria da instrução publica de Pelotas e destinava-se ao curso primário, nela não consta a edição.

Neste livro didático, o autor reserva um capítulo, intitulado "A Abolição da escravatura", para discorrer sobre a temática Abolição, abrangendo uma página, e contendo apenas dois parágrafos e uma imagem.

No prefácio, escrito pelo próprio autor, Goulart diz que na obra procurou tornar a História do Brasil mais acessível às crianças por meio de um texto com estilo simples e com um vocabulário propositalmente "pobre". Segundo Jorge Sallis Goulart, "A preocupação de estilo rebuscado, com vocabulário mais variado, estaria menos ao alcance das intelligencias infantis" (1928, p. 3). Além disso, Goulart deixa claro que seu objetivo neste livro didático é o de preencher uma lacuna existente no Brasil de uma história interessante às crianças, compreensível, e não de narrações acerca de governos e governadores, que, segundo ele, eram tão comuns nas escolas brasileiras.

Após o prefácio, na próxima página, é apresentado um parecer da Associação Brasileira de Educação sobre o livro “História da Minha Terra”,

escrito no Rio de Janeiro, em agosto de 1928, por Mabel Lacombe, Venancio Filho e Delgado Carvalho. A avaliação da obra dada pelo parecer enaltece a mesma. Segundo o parecer, o livro didático seria escrito com uma linguagem acessível e a forma é em geral correta. Além do mais, nas palavras dos mesmos: “Em mãos do professor é um guia eficaz para orientá-lo no ensino primário da História do Brasil; para o aluno é de leitura atraente e útil. Somos pois de parecer que deve ser conferido o prêmio ao autor (LACOMBE; FILHO; CARVALHO, 1928, p.4)”.

A imagem apresentada no início do capítulo refere-se a Fernando Osorio Pai, que de acordo com o texto teria sido um ilustre escritor, no jornal "A discussão" e teria redigido brilhantes artigos em favor dos escravizados. O texto se refere propriamente a Abolição na cidade de Pelotas, por isso destaca essa figura pelotense na ilustração. Jorge Sallis Goulart afirma que os pelotenses teriam se destacado no movimento de liberdade dos escravizados, especialmente o escritor Fernando Osorio Pai, o padre Canabarro e um Club abolicionista. Além destes, era preciso lembrar dos grandes charqueadores Felisberto Cunha, barão de Correntes, e do Visconde de Piratini, que teriam espontaneamente libertado os cativos que possuíam. Destaca-se também o papel da imprensa na propaganda abolicionista, nos quais muitos escritores falavam acerca da escravidão.

A narrativa é breve, simples, não apresenta datas, apenas nomes de figuras importantes da sociedade pelotense que teriam contribuído para o fim da escravatura. No texto não é citada a data 13 de maio de 1888 e nem mencionado o nome da Princesa Isabel. O autor aborda um “Club” abolicionista, porém sem denominação, o qual apresentava um teor de resistência. Muitos estudos<sup>45</sup> e pesquisas já trataram sobre Clubes abolicionistas negros em Pelotas e o quão foram importantes no período pós-abolição.

Na narrativa, percebe-se a referência a escritores pelotenses e à imprensa, tal fato pode ser associado também à trajetória do autor Jorge Sallis Goulart, que estava inserido neste meio. A ausência de outras informações e referências à Abolição contribui, de certo modo, para dar visibilidade à elite

---

<sup>45</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da (2001, 2017); GONÇALVES, Mariana Couto(2013); LONER, Beatriz Ana (1999,2007).

pelotense, buscando construir outras representações a respeito desses “senhores de escravo”.

#### **4.4.6 Pequena História Do Brasil Para Uso Das Escolas Primarias (1930) – Mario Da Veiga Cabral**

O livro didático “Pequena História do Brasil”, 7ª edição, foi publicado no ano de 1930 pelo autor Mario da Veiga Cabral. A obra teria sido adotada nas escolas públicas do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas e outros estados.

No que se trata do conteúdo Abolição da escravidão, o capítulo 30, intitulado “Libertação dos Escravos”, possui ao todo cinco páginas, trinta parágrafos e uma imagem. Nele é mencionado um processo lento e gradual da libertação dos escravizados no Brasil.

De acordo com Silva (2014), a partir das primeiras décadas do século XX o perfil do autor de livro didático acaba se modificando, pois há casos de autores que se dedicam exclusivamente à produção didática, sendo o caso de Mario da Veiga Cabral,

[...] cuja produção de obras didáticas é muito maior que publicações de outro gênero, o que talvez evidencie que o sentido de escrever livros didáticos para este fosse mais importante do que para outros autores reconhecidos como importantes “homens de letras” do país, como Afrânio Peixoto e Sílvio Romero (SILVA, 2014, p.162 e 163).

No início do capítulo “Libertação dos Escravos”, Mario da Veiga Cabral introduz o assunto acerca da escravidão no Brasil e afirma que desde o Brasil colônia já haviam surgido ideias abolicionistas, tendo como precursor delas o padre Manoel Ribeiro da Rocha. Na Conspiração mineira (1789), também a libertação dos escravizados já era um assunto a ser discutido, porém nenhuma solução foi tomada, sendo o Brasil um dos últimos países a emancipar os escravizados. Além disso, o autor se remete à escravidão indígena e diz que ela teria sido combatida pelos esforços jesuítas. Em seguida, o autor fala sobre as grandes navegações e de como os portugueses teriam chegado à África e teriam feito dos negros escravizados.

O autor salienta as pressões da Inglaterra pela Abolição dos escravizados e também as pressões internas que ocorriam no Império. Cabral cita as leis

promulgadas durante o Império em favor da libertação dos negros e também destaca pessoas do âmbito da política, além da Princesa Isabel, que teriam contribuído para o fim do sistema escravocrata. Entre eles estão: José do Patrocínio, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, José Nabuco de Araújo, Benjamin Constant, entre outros.

O capítulo possui uma única ilustração que corresponde a um retrato da Princesa Isabel. Ao observar a imagem que está na página 151 e ao ler o texto, que está posto ao lado, não é possível entender o porquê desta imagem. Mas ao prosseguirmos na leitura, encontramos na página 153 o seguinte excerto:

A's tres horas da tarde era o projecto convertido em lei com a assignatura da Princeza Regente D. Izabel, que foi nesse dia cognominada a Redemptora.

" A lei foi firmada por Sua Alteza, com uma penna de ouro, adquirida por subscrição popular e mereceu desde logo a designação de lei aurea. Ao terminar o acto, José do Patrocinio, o grande tribuno da abolição, exclamou: "Meu Deus! Já não ha mais escravos em minha terra", e, allucinado, chorando, ajoelhando-se aos pés da Princeza, proferiu arrebatador discurso que arrancou, entre lagrimas, vehementes applausos da immensa multidão circumstante." ( citação de Conde de Affonso Celso, p. 153)

Cabral ao colocar em seu texto uma narrativa produzida por Conde Affonso Celso, descrevendo minunciosamente, com forte emoção, a reação de José do Patrocínio ao presenciar o ato da assinatura da Lei Áurea, oferece visibilidade a Princesa Isabel, como figura de importância para o fim da escravidão, ou até mesmo a principal responsável por tal fato. Na exclamação de José do Patrocínio parece haver uma imensa gratidão à Princesa Isabel.

Não sabemos se o autor propositalmente escolheu a ilustração da Princesa Isabel para ser adicionada ao texto escrito ou se esta foi escolhida pelo editor/ilustrador. Mas a ilustração reforça a representação do poder da Princesa Isabel em um fato importante para história brasileira que é o fim do regime servil.

Segundo Robert Dailbert Junior (2001), após a Abolição da escravidão, a imagem da Princesa Isabel como "Redentora" dos escravizados permaneceu como representação oficial do fim do regime escravista, assim como o dia 13 de maio tornou-se um importante dia a ser lembrado. O que é possível constatar em várias das narrativas analisadas nesta pesquisa.

Desta maneira, ao consolidar a imagem da Princesa Isabel enquanto "Redentora " dos escravizados se atribui aos negros a invisibilidade no processo que determinou o fim da escravidão. A imagem da princesa estaria relacionada

a um discurso de um abolicionismo redentor, no caráter bondoso e generoso dos brancos. As narrativas analisadas, contempladas nessas seis obras publicadas na década de 1920 apresentam a Abolição da escravidão de modos diferentes. No entanto, todas apresentam o fato e a descrição de tal acontecimento histórico. Além de elencar personagens históricos, destacados como os mentores e/ou responsáveis pela Abolição. .

É perceptível também nestas narrativas, exceto a de Mario da Veiga Cabral, que a Princesa Isabel não é mencionada como única e principal responsável pelo fim da escravidão, dividindo o espaço na narrativa com os abolicionistas, a população e com o ministério de João Alfredo.

## 5 Considerações Finais

Ao longo deste texto, analisou-se narrativas sobre a Abolição da escravidão em 19 obras didáticas, com o objetivo de investigar como os livros didáticos de História publicados entre os anos de 1889 e 1930 apresentaram o conteúdo da Abolição da escravidão no Brasil após a promulgação da lei Áurea, observando de forma mais específica a abordagem histórica desse acontecimento em um período recente ou próximo ao fato histórico.

Primeiramente, considerou-se o contexto histórico em que foram produzidas as obras e os referenciais teóricos acerca da Abolição da escravidão. Posteriormente, deu-se ênfase às narrativas didáticas sobre o tema abordado pelos dezenove autores. Ao tomar o livro didático de História como fonte de pesquisa, foi possível compreender, de certo modo, o contexto de produção e as concepções educacionais do tempo em que seus autores viveram e da sociedade em que estavam inseridos.

No primeiro capítulo, destacou-se a história do Ensino de História nos primeiros tempos republicanos, assim como alguns aspectos da disciplina de História e dos livros didáticos no Brasil. Também caracterizou-se o termo “narrativa histórica”, para compreender os textos apresentados nas obras.

No segundo capítulo, apresentou-se os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, indicando-a como uma investigação associada à Nova História Cultural, além de explicitar o caminho percorrido para constituição do *corpus* documental que foi investigado e o método da análise de conteúdo.

No terceiro capítulo, realizou-se a análise de conteúdo das obras didáticas, levando em conta o contexto em estudo, a trajetória do autor de cada livro e informações textuais apresentadas na capa e na folha de rosto do próprio livro, considerando que esta fonte histórica apresenta, ao longo do tempo, embates e disputas em torno das memórias que foram consolidadas ou silenciadas, necessitando, assim, analisar o material didático numa perspectiva mais ampla, que levou em conta a obra, o contexto e a autoria.

A Abolição da escravidão narrada nos livros didáticos de História analisados tratou-se de uma abordagem do tempo presente, talvez um assunto que apresentasse inúmeros desafios aos autores, ou mesmo um assunto a ser evitado, por configurar-se como um tema histórico ainda contemporâneo durante

a primeira república. Segundo Magalhães e Gontijo (2017), os fatos do presente teriam ocupado um lugar importante nas narrativas destinadas ao uso escolar, mesmo que apresentassem inúmeros desafios aos homens de letras do período para descrevê-los, como, conseqüentemente, cair em contradições.

A maior parte dos autores das obras eram membros do IHGB, outros pertenciam a entidades educacionais do governo. Por meio de suas trajetórias individuais nota-se que alguns deles eram formados no Curso Normal, que os habilitava a serem professores. Estes utilizavam de sua experiência em sala de aula e de suas anotações para produzirem e elaborarem os livros didáticos. Mas os demais possuíam formação em Direito, Medicina e Ciências Contábeis, eram homens e mulheres envolvidos na política de seu tempo, sendo, muitos deles, além de professores e escritores, médicos e jornalistas. Esses autores, “homens de letras” do período, pertenciam a redes de sociabilidades nas quais eram partilhados saberes, pesquisas e leituras, sobretudo no IHGB e Colégio Pedro II, o que permitia que se legitimassem como historiadores(as). Nesse período, o perfil do historiador não estaria bem definido pois não havia uma distinção disciplinar entre as várias áreas do conhecimento.

As narrativas acerca da Abolição da escravidão nos livros didáticos da década de 1890 contemplaram aspectos diferentes entre si sobre o fato. Na abordagem realizada por João Ribeiro, observa-se uma ampliação com diferentes aspectos a serem considerados, o que não é apresentado na narrativa de Villa Lobos, publicada 3 anos após a Lei Áurea. Villa Lobos (1891), Almeida (1899) e João Ribeiro (1900) apresentam a temática da Abolição como um processo longínquo, no qual vários personagens históricos, ligados ao Estado, estariam envolvidos. O Padre Raphael Galanti aponta o acontecimento histórico como “grande movimento” de modo sucinto e direto, elencando somente a participação da Princesa Isabel e do Papa. Nestas quatro obras, a Princesa Isabel é a protagonista e responsável pela assinatura da Lei Áurea. Nos anos próximos ao ato da Abolição, percebe-se abordagens mais sucintas e pontuais, com o tempo há uma ampliação da abordagem e maior diversidade de enfoque dados nas narrativas.

Os livros didáticos publicados na primeira década do século XX apresentam narrativas nas quais observa-se novos elementos incorporados ao fato, como as alforrias, as fugas de escravizados, bem como referência à

propaganda abolicionista, à imprensa e ao partido abolicionista. Deste modo, percebe-se que a opinião pública começa a ser considerada na construção das narrativas. Nos textos, o ato da Abolição ganha um repertório maior de personagens históricos envolvidos, com exceção da obra de Joaquim Maria de Lacerda, que se refere a uma reedição de um texto produzido em 1880.

Na segunda década do século XX, as narrativas apresentam a Abolição como um fato que resultou do processo abolicionista e não como o acontecimento em si. Contudo, o fim da escravidão, de modo geral, é descrito como um episódio- a assinatura da Lei Áurea, em 13 de Maio de 1888 - que ligado às leis emancipacionistas teria ocasionado transformações na sociedade, na política e na economia.

As narrativas históricas presentes nos livros didáticos de História do final do século XIX a início do XX acerca da Abolição da escravidão, em sua maioria, caracterizam-se como exemplares<sup>46</sup> e positivistas, nas quais os autores selecionados procuram, de algum modo, reafirmar a origem de tal acontecimento e perpetuar na memória dos cidadãos brasileiros padrões culturais, além de personagens históricos que devem ser lembrados por um longo tempo, como, por exemplo, a Princesa Isabel.

A Princesa Isabel é citada na maioria das narrativas históricas presentes nos livros, exceto nas obras dos autores José E.C de Sá e Benevides e Rocha Pombo. Em conformidade com os resultados obtidos ao longo da pesquisa, percebe-se por parte de alguns autores, como Padre Raphael Maria Galanti, João Vieira de Almeida, Esmeralda Masson de Azevedo, Maria G.L Andrade e Mario da Veiga Cabral, a consolidação da imagem da Princesa Isabel enquanto “redentora” dos escravizados. Embora a Monarquia já não mais existisse, procurava-se manter a imagem de uma mulher branca, soberana, como principal responsável por tão grande feito no país. Assim, procurava-se controlar a movimentação dos negros no pós-abolição e atribuir significados e padrões que não estavam de acordo com o sentido de luta desses.

Contudo, segundo Daibert Junior (2001), o governo republicano também uniu esforços para combater a mistificação da Princesa e a atribuição à Monarquia pelo fim do escravismo no Brasil. Ou seja, havia empenho por parte

---

<sup>46</sup> RUSEN, Jörn (2010).

da República em dar uma nova interpretação a esse fato histórico. O que também se percebe, de algum modo, nos livros analisados, pois aos poucos a recorrência desta personagem nos textos vai diminuindo, e na maioria dos casos acaba dividido espaço com outros personagens envolvidos com o fato histórico. Porém, o regime republicano (1889-1930) não foi capaz de desmitificar a figura da Princesa Isabel e a participação do Império pelo fim da escravidão no Brasil neste primeiro momento pós-abolição.

Já as seis obras analisadas na terceira década do século XX apresentam a Abolição da escravidão a partir da data - 13 de maio de 1888 - e a descrição de tal acontecimento, elencando personagens históricos destacados como responsáveis pelo acontecimento. Nos seus textos é possível observar, exceto naquele de Mario da Veiga Cabral, que a Princesa Isabel já não é mencionada como única e principal responsável pelo fim da escravidão, dividindo espaço na narrativa com os abolicionistas, a população e com o ministério de João Alfredo.

Entre todos os livros didáticos analisados, as narrativas convergem na apresentação do fato a partir da data - 13 de maio de 1888 - mesmo que apresentem apenas o registro efeméride do acontecimento, como no caso dos livros publicados na década de 1890. As narrativas apresentam também algumas motivações no que diz respeito aos envolvidos, que se constituem como atores individuais - Princesa Isabel, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Alfredo, Luís Gama, por exemplo - e coletivos - Igreja, fazendeiros e senhores de escravizados. A história política é o fio condutor dessas narrativas e o evento é organizado de forma mais fragmentada por meio de lições.

Nas narrativas observa-se que, conforme Nabuco (2012), a causa abolicionista não caberia aos escravizados, os mesmos seriam “incapazes” de obter a sua liberdade sem prejudicar a ordem vigente no período. Tais questões deviam ser resolvidas por parte do Império e pelos senhores de escravos. Embora algumas narrativas apresentem indícios de que a população negra resistia à escravidão por meio de fugas, estas não eram consideradas como um ato de resistência escrava, tampouco como um fator determinante para a Abolição, segundo a historiografia da época.

Do mesmo modo, quando mencionada a participação de Luís Gama no fato, em algumas narrativas evidencia-se a participação e atuação dos negros nas discussões e lutas em favor da Abolição. Entretanto, Luís Gama não é

descrito como sendo um homem negro, inviabilizando essa compreensão, sendo apenas apontado como um político abolicionista de seu tempo, e por isso demonstraria influência.

Portanto, a história da Abolição nas narrativas didáticas é construída no período estudado (1889-1930) de modo que se compreenda a Abolição como uma concessão à população negra e não como um movimento social constituído de vários atores individuais e instituições, dentre os quais os escravizados são incluídos, como aponta Ângela Alonso (2014). Assim, como se observa em algumas narrativas, ocorre a indicação para que homens e mulheres negras demonstrem gratidão e até mesmo idolatrem a figura da Princesa Isabel e a elite da época, de modo a indicar os escravizados como sujeitos passivos desse acontecimento.

Após o 13 de Maio de 1888, a população negra nos livros didáticos analisados acaba por ser inviabilizada, de modo que nas abordagens os escravizados são referenciados no passado. De modo algum é citado o destino de negros e negras após a Abolição e as precárias condições de vida que vivenciaram. O pós abolição de fato estava ocorrendo no período estudado e não apresentava-se como um objeto investigativo da História.

Em todos os livros didáticos observa-se a recorrência da data - 13 de maio de 1888 –, a qual seria um marco do acontecimento histórico da Abolição. Essa teria sido comemorada por muito tempo na Primeira República, como uma maneira de rememorar o fim da escravidão no Brasil. Há a construção de uma memória nacional acerca da data, pois ainda hoje existem comemorações acerca da mesma. Contudo, desde a década de 1970, a data não é tão prestigiada como fora no passado, pois, a partir das mobilizações do movimento negro no Brasil, decidiu-se instituir um dia especial para o dia da consciência negra, para ressaltar o papel dos próprios negros na Abolição da escravidão, até então silenciados. Assim, o dia 20 de novembro, que rememora a execução do líder Zumbi, seria um contraponto ao 13 de maio.

Os livros didáticos de História na Primeira República assumiam um papel, revelando lições a serem aprendidas pelos alunos, a exemplo do catecismo. Como nos lembra Ângela de Castro Gomes, "a história se tornou um dos pilares do projeto de construção de uma identidade" (2007, p.46). A escrita da história da Abolição, pela maior parte dos autores, muitas vezes percorria o caminho da

narrativa única e não apresentava discussões acerca do processo ou acontecimento histórico. Desta maneira, a história da Abolição contada nos livros é uma narrativa “descritiva e factual”, e ainda continua sem desvios, ou linhas de fuga. Trata-se de uma narrativa factual, pois, no que se trata ao tema, o estilo narrativo propõe a construção de uma história total. Nas obras, o tema está relacionado ao fim da Monarquia e início da República.

As narrativas apresentadas nos livros didáticos de História do final do século XIX e início do XX são organizadas de modo cronológico e descritivo, narrando o fato Abolição da escravidão e a figura de sujeitos que faziam parte da memória social, partindo da concepção de história como “mestra da vida”. Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao espaço que o conteúdo passa a ocupar nos livros com o passar dos anos, possuindo maior número de páginas e recebendo um capítulo específico para tratar do assunto.

A partir da análise de conteúdo é possível afirmar, assim como Bittencourt (1993), que a produção didática do final do século XIX e início do XX reforçava o método de ensino de memorização. Sobre o conteúdo Abolição da escravidão era proposto um conhecimento superficial, apresentando informações breves e pontuais, datas e nomes sem maiores problematizações.

As narrativas didáticas sobre a Abolição da escravidão no Brasil do período 1889-1930 apresentam uma determinada compreensão da história desse tempo. Os textos apresentam com sentido “a experiência do tempo” daqueles autores e editores que viveram naquele período e escreveram sob a influência historiográfica da época.

Contudo, os textos analisados não são entendidos como “uma narrativa sobre o que de fato aconteceu”, mas como interpretações individuais de fontes e testemunhas transpostas para o saber escolar. Isso é percebível a partir da apresentação da historiografia da Abolição da escravidão, que remonta desde Joaquim Nabuco até autores contemporâneos que investigam sobre o fato histórico.

Nas dezenove obras analisadas é possível perceber quatro perspectivas de abordagem da Abolição da escravidão: a que percebia a Abolição como um movimento; a que via o fato histórico protagonizado pelo ato da Princesa Isabel; a que considerou a Abolição da escravidão como um processo longínquo, resultado das políticas do Império, acrescido das leis emancipacionistas; e a que

percebia a atuação dos abolicionistas, das mobilizações populares, que se encerrou com a promulgação da Lei Áurea.

Dito isso, acredita-se que tal investigação contribuirá para as futuras pesquisas relacionadas ao tema, indicando o percurso teórico e metodológico e apontando novos questionamentos a respeito desta fonte histórica, pois considera-se que as perguntas realizadas a essas fontes não esgotam-se e apresentam inúmeros desafios aos pesquisadores em/sobre livro didático.

## Fontes

### Livros didáticos de História:

AUTOR DESCONHECIDO. **Pequena História do Brasil**. Livraria Francisco Alves & Cia: Rio de Janeiro, 1918.

ANDRADE, Maria G. L. **Resumo da História do Brasil**. Typographia Siqueira: São Paulo, 1928.

ALMEIDA, João Vieira de. **Pátria**. Casa Eclectica: São Paulo, 1899.

AZEVEDO, Esmeralda Masson de. **Licções de História do Brasil**. Papelaria Mecedo: Rio de Janeiro, 1916.

BITTENCOURT, Pinheiro. **Elementos de História do Brasil**. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1907.

BENEVIDES, José E.C de Sá e. **Resumo de História do Brasil**. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, 1911.

BULCÃO, Mario. **História do Brasil**. Typographia Magalhães: São Paulo, 1910.

CABRAL, Mario da Veiga. **Pequena História do Brasil: para uso das escolas primárias**. Jacintho Ribeiro dos Santos: Rio de Janeiro, 1930.

CINTRA, Assis. **Alma brasileira**. Editora Proprietária: São Paulo, 1922.

FRANKENBERG, João v. **História do Brasil por perguntas e respostas**. Livraria Selbach de J.R. da Fonseca & cia: Porto Alegre, 1925.

GALANTI, Raphael. **Lições de História do Brasil**. Tipographia da Industrial de São Paulo: São Paulo, 1895.

GOULART, Jorge Sallis. **História da Minha Terra**. Livraria do Globo: Pelotas, 1928.

LACERDA, Joaquim Maria de. **Pequena História do Brasil por perguntas e respostas**. Livraria Francisco Alves: Belo Horizonte/São Paulo, 1907.

LIMA, Afonso Guerreiro. **Noções de História do Brasil**. Barcellos, Bertaso & Cia: Porto Alegre, 1925.

LOBOS, R. Villa. **História do Brasil**. Companhia Typographica do Brasil: Rio de Janeiro, 1891.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil**. Garnier: Rio de Janeiro, 1905.

PINTO, Alfredo Moreira. **Epítome da História do Brasil**. Livraria Francisco Alves: São Paulo/Belo Horizonte, 1911.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Weisflog Irmãos: São Paulo, 1918.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Livraria Cruz Coitinho de Jacintho Ribeiro dos Santos: Rio de Janeiro, 1900.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C.M.F. **O saber histórico na sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ANGELO, Maria Deusia Lima; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros didáticos de Geografia no Brasil (1870-1910): mapeamento das publicações e lugar social dos autores. **XIII ENANPEGE**. A Geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo: 2019. Disponível em: [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562600269\\_ARQ\\_UIVO\\_Trabcompletoenanpege2019-Versaoenviada.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562600269_ARQ_UIVO_Trabcompletoenanpege2019-Versaoenviada.pdf). Acesso em: 14 de jan. de 2020.

ARRIADA, Eduardo. Livrarias e Editoras no Rio Grande do Sul: o campo editorial do livro didático. **35ª Reunião Anual da ANPED**. 2012. Disponível em: [https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-1745\\_int.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-1745_int.pdf). Acesso em: 27 de jan. de 2021.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campina: Mercado de Letras, 2009.

BARBOSA, F.G.A e. **A abolição da escravidão e modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918)**. 2012. 129f. Dissertação (mestrado)-Faculdade de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11642/1/2012\\_FabianyGlauraAlencareBarbosa.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11642/1/2012_FabianyGlauraAlencareBarbosa.pdf)> Acesso em: 10 de jan. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977. p. 93-151.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. 369p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set/dez. 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 12.ed.São Paulo: Contexto, 2013

BITTENCOURT, Circe. Métodos de ensino. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p.162 -167.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAIMI, Flávia E. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.25-109.

CARULA, Karoline. Darwinismo e raça em Feliciano Pinheiro de Bittencourt. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.8-20, jan/jun. 2013.

CARNEIRO, Maristela. **Metodologia do ensino de história**. 1.ed. Curitiba: Paraná: IESDE Brasil, 2017.

CARVALHO, Guilherme Paiva de.; SIQUEIRA, Adriel Jonathas Fernandes. Representações das culturas africanas e afro-brasileiras em livros didáticos de História. **Educação & Linguagem**. ISSN: 2359-277X, ano 6, n.1, p.90-101, jan.-abr.2019.

CHAMON, Carla Simone. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913).338p. Tese(doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.Belo Horizonte:FAE, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. A “Nova” História Cultural existe? In: LOPES, Antonio H.; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) **História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. São paulo:Editora Unesp, 2014.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.**Caderno AEL**, v.14, n.26, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.2, 1990, p. 177-229.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**. Porto Alegre, v.13, n.27, p.9-75, 2009.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. Pelotas, v.6, n.11, abril 2002b, p.5-24.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte: In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set/dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. Prefácio. In: BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

COMENIUS, Jan Amos. **Didáctica magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [1657].

COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

COSTA, D.A. Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro: 1890-1946. 2010. 278f. **Tese de Doutorado em Educação Matemática** - Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2010.

COSTA, Warley da. **Olhares sobre olhares: imagens da escravidão nos livros de História: representações do ser negro e construção de identidades**. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo6.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora" dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

DE MORAES MONÇÃO, Vinicius. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade nas redes de Kindergarten. **Tese(doutorado)** - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2018. 231p.

FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. Uma obra didática e suas diferentes versões. **Revista História** (São Paulo), n. 176, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/113882/122725>. Acesso em 12 de jan. de 2021.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 120p.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva, MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Orgs.). **História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006.

FRAZÃO, Dilva. Resumo da biografia de João Alfredo Correia de Oliveira. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/joao\\_alfredo\\_correia\\_de\\_oliveira/](https://www.ebiografia.com/joao_alfredo_correia_de_oliveira/). Acesso em 20 de mar. de 2021.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 51.ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1998. 569 p.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

KRENISKI, Gislania Carla Protratz. **O Colégio Pedro II e os livros didáticos**. 116 f. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-graduação em História, Rio Grande, 2014.

LIMA, Guilherme Pontieri de. **O ensino de História no Brasil: da história natural à história naturalizada**. 2011. 145f. Dissertação (mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. São Paulo. [s.n], 2011. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251116/1/Lima\\_GuilhermePontieride\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251116/1/Lima_GuilhermePontieride_M.pdf) Acesso em: 10 de nov. de 2018.

LUCINDO, Willian Robson Soares. Desvitimizar para humanizar: uma análise sobre a escravidão nos livros didáticos. **Antíteses**, vol.3, n.6, jul.-dez. de 2010, p. 879-897.

MATTOS, Selma Rinaldi de. A História do Ensino de História do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Fundação Getulio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro, fev. 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8913/000059389.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de dez. de 2020.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MACHADO, M.H. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década de abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MACHADO, Felipe Luiz Borges. Assis Cintra: uma outra história. O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Minas Gerais-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: 2004.173 p. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-66JL57/1/assis\\_cintra\\_\\_uma\\_outra\\_hist\\_ria.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-66JL57/1/assis_cintra__uma_outra_hist_ria.pdf). Acesso em: 26 de jan. de 2021.

MARTINS, Jefferson Teles. O pensamento histórico e social de Jorge Sallis Goulart: uma incursão pelo "campo" intelectual rio-grandense na década de 1920. **Dissertação(Mestrado)** - Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A construção de um canône republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**- ANPUH- São Paulo, julho 2011.

MANKE, Lisiane Sias. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A formação leitora em manuais escolares: o caso de um leitor não escolarizado (século XX). **Revista Brasileira de História da Educação**. e-ISSN: 2238-0094v.18, 2018.

MENDONÇA, Ana W. P.C; LOPES, Ivone G.; SOARES, Jefferson da C.; PATROCLO, Luciana B. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.4, p.985-1000, out./dez. 2013.

MENDONÇA, Ligia Bahia de. "Pela promoção da boa educação" Padre Raphael Maria Galanti: autor de livros didáticos de História. **X Seminário Nacional do Histedbr**, 2016. p.1-22.

MEGALE, Lafayette. **FTD 100 anos fazendo o amanhã**. São Paulo: FTD, 2003.

MESQUITA, Natiele Gonçalves.; SCHIAVON, Carmen G. Burget. Análise das representações de negros e negras em dois livros didáticos de História. **Identidade!** São Leopoldo, vol. 18, n.3, ed. esp., dez. 2013, p. 334-344.

MICHEL, Caroline Braga; ARRIADA, Eduardo. VIAGEM EDUCACIONAL AO URUGUAI EM 1913: IMPRESSÕES DOS PROFESSORES RIO-GRANDENSES ACERCA DAS ESCOLAS DE MONTEVIDÉO. **Hist. Educ.**, Santa Maria , v. 21, n. 51, p. 253-270, abr. 2017 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-34592017000100253&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000100253&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/60766>.

MOREIRA, K. H. POVO BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REPUBLICANOS: 1889-1950. **História Revista** (UFG. Impresso), v.17, p. 34-46, 2012.

MOREIRA, K. H. **O ensino de história no Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica**. 2011. 236f. Tese (doutorado)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100934/moreira\\_kh\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100934/moreira_kh_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 01 de nov. 2018.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros Didáticos de História do Brasil para o ensino secundário (1889-1950): procedimentos de localização, seleção e acesso. **Educação e Fronteira**, Dourados/MS, v.7, n.20, p.67-90, maio/ago. 2017.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, Porto Alegre, v.20, n.50, p.119-138, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, Luiz Augusto. **História visual dos livros de leitura publicados no Brasil (1867-1938)**. Dissertação (mestrado), Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, v.9: sociedade e instituições (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.283-318.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. . Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **O livro didático**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1968.

OLIVEIRA, Renato Edson. O Brasil imaginado em José Francisco da Rocha Pombo. 140 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Luciano de. A infância dos livros de literatura infantojuvenil da editora FTD. **EDUCERE**. XIII Congresso Nacional de Educação - Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. ISSN: 2176-1396 2017. p.3018-3031.

ORIÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. **XVIII Simpósio Nacional de História**: Recife, jul. 1995.

OLIVEIRA, L.F. de. História do Brasil para crianças: o livro escolar nos primeiros anos da República e a iniciativa de Joaquim Maria de Lacerda. **Cadernos de História da Educação**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/277>. Acesso em: 01 de fev. de 2021.

Pastore, V. D. (2015). A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos: Textos e Imagens na Construção da História na Escola. **Epígrafe**, 2(2), 109-135. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v2i2p109-135>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

PEREIRA, Camila Mendonça. *Abolição e Catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil*. **Dissertação(Mestrado)**- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011. 140p.

PINA, M. C. D. **A escravidão no Livro Didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)**. 2009. 220 f. Tese (doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.  
Disponível em: <  
[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251770/1/Pina\\_MariaCristinaDantas\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251770/1/Pina_MariaCristinaDantas_D.pdf)> Acesso em: 20 de out. 2018.

PINTO, Patrícia Duarte. **Uma análise acerca da abordagem sobre escravidão em livros didáticos de História (1901-1950)**. Trabalho de Conclusão de Curso –Faculdade de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil de Varnhagem a FHC**. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÜSEN, Jörn. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. In: SCHMIDT; BARCA; MARTINS (Org.) **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.p. 93-108.

ROSA RIBEIRO, R. Exóticos, infantis e submissos na colônia identitária: as representações dos negros nos livros didáticos de História do Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 38, 31 mar. 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Scenas da História do Brazil": Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. **Revista História Hoje**, v.6, nº12. p.204-230-2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria": Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS. Antiguos Jesuitas en Iberoamérica**. ISSN: 23143908. Vol.7. n.2, jul.-dez. 2019.

SILVA, Alexandra Lima da. Culturas letradas, experiência e ensino: uma análise a partir de livros didáticos de História do Brasil (1870-1924). **Projeto História**, São Paulo, n.51, p.140-173, dez. 2014.

SILVA, Norma Lucia; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v.2, n.17, p. 283-306, jul./dez. 2011. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/11242/10010>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2020.

SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.13-31.

SILVA FILHO, João Bernardo da. **Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros em livros didáticos de história**. 2005. 143p. Dissertação(mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85EQBH/jo\\_o\\_\\_\\_tese.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85EQBH/jo_o___tese.pdf?sequence=1)> Acesso em: 23 de jun. de 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Manuais de de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952. **História**. vol. 30. n.2 Franca, dez. 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742011000200007&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200007&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em 18 de nov. de 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização**. Revista História da Educação. Porto Alegre, v. 16, n.37, maio/ago.2012. p.73-91.

STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAIS, Fernando A; SILVA, Rogério F. da. **Nova História em perspectiva**. v. 2. São Paulo: Cosac&Naify, 2013, p. 8-36.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor** – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Aparecido Borges da. Mato Grosso nos Livros Didáticos de História (1889-1930): imaginários e representações. 142 p. **Dissertação (mestrado)**- Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2013. Disponível em: [https://ri.ufmt.br/bitstream/1/891/1/DISS\\_2013\\_%20Aparecido%20Borges%20da%20Silva.pdf](https://ri.ufmt.br/bitstream/1/891/1/DISS_2013_%20Aparecido%20Borges%20da%20Silva.pdf). Acesso em 06 de jan. de 2020.

SODRÉ, Alcindo. "Isabel a Redentora, e a Rosa de Ouro". **Revista Católica de Cultura**. Fascículo 5. Petrópolis: Vozes. Setembro/outubro 1943.

SOARES, Magda B. "Um olhar sobre o livro didático". **Presença Pedagógica**, n. 12, vol. 2, Belo Horizonte: Dimensão, nov./dez. 1996, p. 52-63.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2019. Revisão técnica de Aline Herbstrith Batista, Dafne Silva de Freitas e

Patrícia de Borba Pereira. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/normas-da-ufpel-para-trabalhos-academicos/>. Acesso em:04/05/2021.

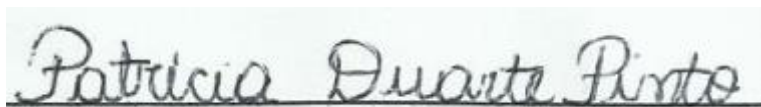
VERGAS, Bárbara.; BARBOSA, Adrina Mendes. A Legislação abolicionista nos livros didáticos. **Revista Fórum Identidades**, vol.9, n.9, jan.-jun. 2011.

VOGT, Olgário Paulo.; BRUM, Meline de Barros. Escravidão e Negros em livros didáticos de História. **Aedos**, Porto Alegre, vol.8, n.18,p.52-74,ago. 2016.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO**

Eu, Patrícia Duarte Pinto, matrícula nº 19104126 declaro para todos os fins que o texto em forma de ( X ) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado Narrativas da Abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de História (1889-1930), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 23 de Abril de 2021.

A handwritten signature in cursive script, reading "Patrícia Duarte Pinto", is written over a light blue horizontal line.

---

**ASSINATURA**